



**Companhia Paranaense de Energia**

CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

Inscrição Estadual 10146326-50

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel - Curitiba - PR

CEP 80420-170

# INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

## ITR

**Setembro / 2016**

## SUMÁRIO

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>3</b>
Balancos Patrimoniais .....	3
Demonstrações de Resultados .....	5
Demonstrações de Resultados - Movimento do Terceiro Trimestre .....	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes - Movimento do Terceiro Trimestre .....	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	9
Demonstrações do Valor Adicionado .....	11
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>13</b>
1 Contexto Operacional.....	13
2 Concessões e Autorizações .....	15
3 Base de Preparação.....	17
4 Principais Políticas Contábeis .....	19
5 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	19
6 Títulos e Valores Mobiliários .....	20
7 Clientes .....	21
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná.....	22
9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais .....	23
10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão.....	27
11 Contas a Receber Vinculadas à Indenização da Concessão .....	29
12 Outros Créditos .....	30
13 Tributos .....	30
14 Despesas Antecipadas.....	34
15 Partes Relacionadas .....	34
16 Depósitos Judiciais .....	36
17 Investimentos .....	37
18 Imobilizado.....	41
19 Intangível .....	44
20 Obrigações Sociais e Trabalhistas .....	45
21 Fornecedores .....	45
22 Empréstimos e Financiamentos .....	47
23 Debêntures .....	52
24 Benefícios Pós-Emprego.....	53
25 Encargos do Consumidor a Recolher .....	55
26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.....	56
27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão.....	57
28 Outras Contas a Pagar.....	58
29 Provisões para Litígios e Passivo Contingente .....	58
30 Patrimônio Líquido .....	68
31 Receita Operacional Líquida .....	69
32 Custos e Despesas Operacionais .....	75
33 Resultado Financeiro .....	81
34 Segmentos Operacionais .....	82
35 Instrumentos Financeiros .....	87
36 Transações com Partes Relacionadas .....	97
37 Seguros .....	101
38 Evento Subsequente .....	102
<b>COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO PERÍODO.....</b>	<b>103</b>
<b>COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....</b>	<b>112</b>
<b>RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS .....</b>	<b>113</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**Balanços Patrimoniais**
**levantados em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015**
**em milhares de reais**

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.077	25.653	1.417.706	1.480.727
Títulos e valores mobiliários	6	183	168	337.224	406.274
Cauções e depósitos vinculados		127	132	1.672	2.000
Clientes	7	-	-	2.298.685	3.032.827
Dividendos a receber		399.829	488.187	27.796	40.345
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	-	111.663	-	111.663
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	-	910.759
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	17.585	9.162
Outros créditos	12	12.027	13.018	336.150	474.889
Estoques		-	-	138.964	131.018
Imposto de renda e contribuição social	13.1	56.777	154.077	139.808	194.244
Outros tributos a recuperar	13.3	162	-	81.662	70.725
Despesas antecipadas	14	-	-	41.126	49.282
Partes relacionadas	15	39.627	447	43.515	19.482
		<b>518.809</b>	<b>793.345</b>	<b>4.881.893</b>	<b>6.933.397</b>
<b>NAO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	189.241	91.117
Cauções e depósitos vinculados	22.1	-	-	77.101	86.137
Clientes	7	-	-	103.321	75.062
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	1.476.618	1.271.579	1.476.618	1.271.579
Depósitos judiciais	16	84.319	267.411	592.359	719.927
Ativos financeiros setoriais	9	-	-	-	134.903
Contas a receber vinculadas à concessão	10	-	-	3.520.473	1.358.451
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	11	-	-	59.339	219.556
Outros créditos	12	-	-	43.708	31.614
Imposto de renda e contribuição social	13.1	149.212	79.144	165.671	94.686
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	46.582	100.919	723.125	537.562
Outros tributos a recuperar	13.3	15	15	128.318	112.902
Despesas antecipadas	14	-	-	29.467	25.493
Partes relacionadas	15	256.406	297.237	167.566	192.803
		<b>2.013.152</b>	<b>2.016.305</b>	<b>7.276.307</b>	<b>4.951.792</b>
<b>Investimentos</b>	17	<b>14.922.537</b>	<b>14.140.573</b>	<b>2.750.672</b>	<b>2.224.710</b>
<b>Imobilizado</b>	18	<b>577</b>	<b>455</b>	<b>9.169.506</b>	<b>8.692.682</b>
<b>Intangível</b>	19	<b>3.165</b>	<b>3.046</b>	<b>6.419.205</b>	<b>6.145.076</b>
		<b>16.939.431</b>	<b>16.160.379</b>	<b>25.615.690</b>	<b>22.014.260</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>17.458.240</b>	<b>16.953.724</b>	<b>30.497.583</b>	<b>28.947.657</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

**Balanços Patrimoniais**  
**levantados em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015**  
**em milhares de reais**

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>					
Obrigações sociais e trabalhistas	20	5.131	15.436	261.331	258.401
Fornecedores	21	2.226	2.602	1.206.386	1.613.126
Imposto de renda e contribuição social	13.1	-	-	97.773	311.916
Outras obrigações fiscais	13.3	1.087	32.617	211.305	340.948
Empréstimos e financiamentos	22	421.618	61.788	845.780	308.558
Debêntures	23	391.011	19.497	1.132.609	924.005
Dividendos a pagar		3.319	310.020	19.133	346.007
Benefícios pós-emprego	24	161	21	43.221	43.323
Encargos do consumidor a recolher	25	-	-	144.357	277.458
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	159.552	167.881
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	62.033	61.786
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	193.402	-
Outras contas a pagar	28	684	232	255.244	135.709
		<b>825.237</b>	<b>442.213</b>	<b>4.632.126</b>	<b>4.789.118</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	21	-	-	5.923	5.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	-	-	212.171	214
Outras obrigações fiscais	13.3	1.646	1.466	237.529	257.273
Empréstimos e financiamentos	22	558.909	969.412	3.100.312	3.768.502
Debêntures	23	665.727	996.590	3.682.669	2.759.923
Benefícios pós-emprego	24	9.583	7.795	616.053	551.337
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26	-	-	304.883	231.112
Contas a pagar vinculadas à concessão	27	-	-	501.965	473.879
Passivos financeiros setoriais	9	-	-	165.205	-
Outras contas a pagar	28	-	-	64.894	30.962
Provisões para litígios	29	112.540	290.520	1.364.655	1.494.936
		<b>1.348.405</b>	<b>2.265.783</b>	<b>10.256.259</b>	<b>9.574.061</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Atribuível aos acionistas da empresa controladora</b>					
Capital social	30.1.1	6.910.000	6.910.000	6.910.000	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	30.1.2	1.063.223	1.177.372	1.063.223	1.177.372
Reserva legal		744.784	744.784	744.784	744.784
Reserva de retenção de lucros		5.413.572	5.413.572	5.413.572	5.413.572
Lucros acumulados		1.153.019	-	1.153.019	-
		<b>15.284.598</b>	<b>14.245.728</b>	<b>15.284.598</b>	<b>14.245.728</b>
<b>Atribuível aos acionistas não controladores</b>					
	30.2	-	-	324.600	338.750
		<b>15.284.598</b>	<b>14.245.728</b>	<b>15.609.198</b>	<b>14.584.478</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>17.458.240</b>	<b>16.953.724</b>	<b>30.497.583</b>	<b>28.947.657</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

**Demonstrações de Resultados**  
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	31	-	-	<b>9.675.390</b>	<b>11.391.128</b>
<b>Custos Operacionais</b>	32	-	-	<b>(7.105.456)</b>	<b>(9.230.240)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		-	-	<b>2.569.934</b>	<b>2.160.888</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>					
Despesas com vendas	32	-	-	(174.516)	(228.075)
Despesas gerais e administrativas	32	(73.698)	(83.322)	(493.331)	(445.518)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	176.951	(25.973)	(109.920)	(514.274)
Resultado da equivalência patrimonial	17	944.347	892.479	173.868	150.901
		<b>1.047.600</b>	<b>783.184</b>	<b>(603.899)</b>	<b>(1.036.966)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>1.047.600</b>	<b>783.184</b>	<b>1.966.035</b>	<b>1.123.922</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	33				
Receitas financeiras		271.127	171.828	824.197	748.726
Despesas financeiras		(225.235)	(203.023)	(1.066.782)	(594.473)
		<b>45.892</b>	<b>(31.195)</b>	<b>(242.585)</b>	<b>154.253</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>1.093.492</b>	<b>751.989</b>	<b>1.723.450</b>	<b>1.278.175</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	13.4				
Imposto de renda e contribuição social		-	(217)	(639.637)	(571.855)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(54.143)	45.144	(26.200)	157.119
		<b>(54.143)</b>	<b>44.927</b>	<b>(665.837)</b>	<b>(414.736)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.039.349</b>	<b>796.916</b>	<b>1.057.613</b>	<b>863.439</b>
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		-	-	1.039.349	796.916
Atribuído aos acionistas não controladores	30.2	-	-	18.264	66.523
<b>LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais</b>					
Ações ordinárias	30.1.3	3,62752	2,78138	3,62752	2,78138
Ações preferenciais classe "A"	30.1.3	3,99027	3,06081	3,99027	3,06081
Ações preferenciais classe "B"	30.1.3	3,99027	3,05952	3,99027	3,05952

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

**Demonstrações de Resultados - Movimento do Terceiro Trimestre**  
para os períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	31	-	-	2.907.196	3.245.188
<b>Custos Operacionais</b>	32	-	-	(2.404.053)	(2.836.156)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		-	-	503.143	409.032
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>					
Despesas com vendas	32	-	-	(52.929)	(42.070)
Despesas gerais e administrativas	32	(24.915)	(34.265)	(180.735)	(161.831)
Outras receitas (despesas), líquidas	32	(2.074)	(3.504)	(90.348)	(143.306)
Resultado da equivalência patrimonial	17	(38.061)	124.533	69.159	59.092
		<b>(65.050)</b>	<b>86.764</b>	<b>(254.853)</b>	<b>(288.115)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(65.050)</b>	<b>86.764</b>	<b>248.290</b>	<b>120.917</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	33				
Receitas financeiras		32.766	60.820	164.008	220.215
Despesas financeiras		(80.423)	(79.031)	(376.480)	(227.476)
		<b>(47.657)</b>	<b>(18.211)</b>	<b>(212.472)</b>	<b>(7.261)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	13.4	<b>(112.707)</b>	<b>68.553</b>	<b>35.818</b>	<b>113.656</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Imposto de renda e contribuição social		13.364	-	(60.509)	(101.481)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.227	19.056	(50.363)	79.258
		<b>25.591</b>	<b>19.056</b>	<b>(110.872)</b>	<b>(22.223)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(87.116)</b>	<b>87.609</b>	<b>(75.054)</b>	<b>91.433</b>
Atribuído aos acionistas da empresa controladora		-	-	(87.116)	87.609
Atribuído aos acionistas não controladores	30.2	-	-	12.062	3.824
<b>LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais</b>					
Ações ordinárias	30.1.3	(0,30405)	0,30578	(0,30405)	0,30578
Ações preferenciais classe "A"	30.1.3	(0,33446)	0,33658	(0,33446)	0,33658
Ações preferenciais classe "B"	30.1.3	(0,33446)	0,33634	(0,33446)	0,33634

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>1.039.349</b>	<b>796.916</b>	<b>1.057.613</b>	<b>863.439</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>					
Ganhos (perdas) com passivos atuariais					
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial	30.1.2	(854)	14.999	(854)	14.999
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado</b>					
Ganhos com ativos financeiros disponíveis para venda	30.1.2	569	56	569	272
Tributos sobre outros resultados abrangentes	30.1.2	(194)	122	(194)	(94)
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>		<b>(479)</b>	<b>15.177</b>	<b>(479)</b>	<b>15.177</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>		<b>1.038.870</b>	<b>812.093</b>	<b>1.057.134</b>	<b>878.616</b>
Atribuível aos acionistas da empresa Controladora				1.038.870	812.093
Atribuível aos acionistas não controladores				18.264	66.523

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

**Demonstrações de Resultados Abrangentes - Movimento do Terceiro Trimestre**  
para os períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>(87.116)</b>	<b>87.609</b>	<b>(75.054)</b>	<b>91.433</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que nunca serão reclassificados para o resultado</b>				
Ganhos com passivos atuariais				
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial	-	14.999	-	14.999
<b>Itens que são ou talvez sejam reclassificados para o resultado</b>				
Perdas com ativos financeiros disponíveis para venda	400	(403)	400	(403)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	(136)	137	(136)	137
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>	<b>264</b>	<b>14.733</b>	<b>264</b>	<b>14.733</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>(86.852)</b>	<b>102.342</b>	<b>(74.790)</b>	<b>106.166</b>
Atribuído aos acionistas da empresa Controladora	-	-	(86.852)	102.342
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	12.062	3.824

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros					
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>		<b>6.910.000</b>	<b>1.046.663</b>	<b>130.709</b>	<b>744.784</b>	<b>5.413.572</b>	-	<b>14.245.728</b>	<b>338.750</b>	<b>14.584.478</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.039.349	1.039.349	18.264	1.057.613
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos com ativos financeiros, líquidos de tributos	30.1.2	-	-	375	-	-	-	375	-	375
Perdas atuariais, líquidas de tributos	30.1.2	-	-	(854)	-	-	-	(854)	-	(854)
<b>Resultado abrangente total do período</b>		-	-	<b>(479)</b>	-	-	<b>1.039.349</b>	<b>1.038.870</b>	<b>18.264</b>	<b>1.057.134</b>
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	30.1.2	-	(113.670)	-	-	-	113.670	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	30.2	-	-	-	-	-	-	-	(23.072)	(23.072)
Distribuição de dividendos com lucros retidos	30.2	-	-	-	-	-	-	-	(9.342)	(9.342)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2016</b>		<b>6.910.000</b>	<b>932.993</b>	<b>130.230</b>	<b>744.784</b>	<b>5.413.572</b>	<b>1.153.019</b>	<b>15.284.598</b>	<b>324.600</b>	<b>15.609.198</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

	Capital social	Atribuível aos acionistas da empresa controladora						Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
		Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>6.910.000</b>	<b>1.137.104</b>	<b>(160.140)</b>	<b>685.147</b>	<b>4.516.825</b>	<b>241.753</b>	-	<b>13.330.689</b>	<b>352.091</b>	<b>13.682.780</b>
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	796.916	796.916	66.523	863.439
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos com ativos financeiros, líquidos de tributos	-	-	178	-	-	-	-	178	-	178
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	-	-	14.999	-	-	-	-	14.999	-	14.999
<b>Resultado abrangente total do período</b>	-	-	<b>15.177</b>	-	-	-	<b>796.916</b>	<b>812.093</b>	<b>66.523</b>	<b>878.616</b>
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	-	(71.312)	-	-	-	-	71.312	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(241.753)	-	(241.753)	(8.733)	(250.486)
Distribuição de dividendos com lucros retidos	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.601)	(48.601)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2015</b>	<b>6.910.000</b>	<b>1.065.792</b>	<b>(144.963)</b>	<b>685.147</b>	<b>4.516.825</b>	-	<b>868.228</b>	<b>13.901.029</b>	<b>361.280</b>	<b>14.262.309</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>1.039.349</b>	<b>796.916</b>	<b>1.057.613</b>	<b>863.439</b>
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:</b>					
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		71.871	44.665	543.095	238.699
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	9.3	-	-	1.190.132	(322.708)
Resultado da remensuração do fluxo de caixa dos ativos RBSE	10.1	-	-	(771.332)	-
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	10.1	-	-	(84.866)	(66.340)
Imposto de renda e contribuição social	13.4	-	217	639.637	571.855
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.4	54.143	(45.144)	26.200	(157.119)
Resultado da repactuação do risco hidrológico		-	-	(26.872)	-
Resultado da equivalência patrimonial	17.1	(944.347)	(892.479)	(173.868)	(150.901)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	24.4	2.054	1.174	96.632	106.758
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	24.4	1.375	4.928	98.537	95.299
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	74.595	94.901
Depreciação e amortização	32	873	4.364	532.108	503.355
Provisões e reversões operacionais líquidas		(176.407)	20.283	206.170	497.139
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	10.1	-	-	55	38.664
Resultado das baixas de imobilizado		-	-	21.316	17.614
Resultado das baixas de intangíveis	19.1	-	-	34.309	17.707
		<b>48.911</b>	<b>(65.076)</b>	<b>3.463.461</b>	<b>2.348.362</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>					
Clientes		-	-	684.811	(952.839)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		1.164.179	1.568.129	44.332	50.315
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8.1	49.425	133.941	49.425	133.941
Depósitos judiciais		183.092	1.841	127.568	21.441
Ativos financeiros setoriais	9.3	-	-	223.666	-
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão		-	-	-	267.703
Outros créditos		991	(602)	107.549	(174.849)
Estoques		-	-	(7.946)	14.671
Imposto de renda e contribuição social		27.232	(6.312)	(16.549)	(27.361)
Outros tributos a recuperar		(162)	(14)	(15.342)	44.398
Despesas antecipadas		-	34	4.182	(2.251)
Partes relacionadas		(6.955)	(14.623)	-	(16.163)
		<b>1.417.802</b>	<b>1.682.394</b>	<b>1.201.696</b>	<b>(640.994)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>					
Obrigações sociais e trabalhistas		(10.305)	1.551	2.930	(24.774)
Fornecedores		(376)	3.632	(655.035)	34.949
Outras obrigações fiscais		(31.350)	(3.746)	(149.387)	275.892
Benefícios pós-emprego	24.4	(1.501)	(4.925)	(130.555)	(122.995)
Encargos do consumidor a recolher		-	-	(133.101)	371.697
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	26.2	-	-	(40.121)	(57.177)
Contas a pagar vinculadas à concessão	27.1	-	-	(633.145)	(41.199)
Outras contas a pagar		452	(1.814)	1.217	(3.031)
Provisões para litígios quitadas	29.1.1	(1.573)	(152)	(76.888)	(143.039)
		<b>(44.653)</b>	<b>(5.454)</b>	<b>(1.814.085)</b>	<b>290.323</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1.422.060</b>	<b>1.611.864</b>	<b>2.851.072</b>	<b>1.997.691</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.659)	(853.780)	(555.268)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	22.4	(131.688)	(121.188)	(312.276)	(382.597)
Encargos de debêntures pagos	23.2	(75.412)	(63.541)	(368.613)	(188.717)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>1.214.960</b>	<b>1.424.476</b>	<b>1.316.403</b>	<b>871.109</b>

(continua)

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aplicações financeiras		(10)	(12)	(19.711)	91.593
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(8.100)	(36.800)	-	(29.400)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		5.112	11.735	5.112	7.894
Aportes em investimentos	17.1	(914.563)	(1.211.785)	(384.436)	(273.480)
Aquisições de imobilizado		(155)	(72)	(938.629)	(707.302)
Participação financeira do consumidor - imobilizado		-	-	40	-
Aquisições de intangível	19.1	(119)	(159)	(683.059)	(735.923)
Participação financeira do consumidor - intangível	19.1	-	-	108.472	184.239
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(917.835)</b>	<b>(1.237.093)</b>	<b>(1.912.211)</b>	<b>(1.462.379)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Ingressos de empréstimos e financiamentos		-	640.005	25.274	1.149.956
Ingressos de debêntures emitidas	23.2	-	-	1.322.965	1.008.633
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	22.4	(6.000)	(606.000)	(188.487)	(1.143.591)
Amortizações de principal de debêntures	23.2	-	-	(267.677)	(32.008)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(306.701)	(241.441)	(359.288)	(300.283)
<b>CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(312.701)</b>	<b>(207.436)</b>	<b>532.787</b>	<b>682.707</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(15.576)</b>	<b>(20.053)</b>	<b>(63.021)</b>	<b>91.437</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	25.653	34.862	1.480.727	740.131
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	10.077	14.809	1.417.706	831.568
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(15.576)</b>	<b>(20.053)</b>	<b>(63.021)</b>	<b>91.437</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>Receitas</b>				
Venda de energia e outros serviços	-	-	16.049.798	16.562.800
Receita de construção	-	-	1.371.625	1.244.634
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	(1.190.132)	979.343
Outras receitas	-	-	3.931	8.166
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(127.622)	(188.110)
	-	-	<b>16.107.600</b>	<b>18.606.833</b>
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	3.752.604	5.429.790
Encargos de uso da rede elétrica ( - ) ESS e EER	-	-	520.810	521.028
Material, insumos e serviços de terceiros	17.638	9.451	494.807	608.718
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	192.960	769.683
Custo de construção	-	-	1.233.171	1.084.387
Perda / Recuperação de valores ativos	-	253	39.020	85.748
Outros insumos	(147.460)	39.778	156.947	380.149
	<b>(129.822)</b>	<b>49.482</b>	<b>6.390.319</b>	<b>8.879.503</b>
<b>( = ) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>129.822</b>	<b>(49.482)</b>	<b>9.717.281</b>	<b>9.727.330</b>
<b>( - ) Depreciação e amortização</b>	<b>873</b>	<b>4.364</b>	<b>532.108</b>	<b>503.355</b>
<b>( = ) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>128.949</b>	<b>(53.846)</b>	<b>9.185.173</b>	<b>9.223.975</b>
<b>( + ) Valor adicionado transferido</b>				
Receitas financeiras	271.127	171.828	824.197	748.726
Resultado de participações societárias	945.887	893.882	175.410	152.305
Outras receitas	-	-	75.664	64.761
	<b>1.217.014</b>	<b>1.065.710</b>	<b>1.075.271</b>	<b>965.792</b>
	<b>1.345.963</b>	<b>1.011.864</b>	<b>10.260.444</b>	<b>10.189.767</b>

(continua)

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	30.09.2016	%	30.09.2015	%	30.09.2016	%	30.09.2015	%
<b>Pessoal</b>								
Remunerações e honorários	15.619		33.836		619.830		560.293	
Planos previdenciário e assistencial	4.170		6.102		208.111		202.057	
Auxílio alimentação e educação	860		2.676		84.812		76.167	
Encargos sociais - FGTS	1.216		2.648		48.976		44.113	
Indenizações trabalhistas	22		21		17.119		5.074	
Participação nos lucros e/ou resultados	345		985		34.520		28.549	
Apropriação no imobilizado e no intangível em curso	-		(38)		(34.565)		(44.934)	
	<b>22.232</b>	<b>1,7</b>	<b>46.230</b>	<b>4,6</b>	<b>978.803</b>	<b>9,5</b>	<b>871.319</b>	<b>8,6</b>
<b>Governo</b>								
Federal								
Tributos	59.353		(31.857)		1.880.552		1.745.978	
Encargos setoriais	-		-		1.932.359		2.636.547	
Estadual	1		-		3.298.928		3.329.285	
Municipal	78		42		5.848		7.391	
	<b>59.432</b>	<b>4,4</b>	<b>(31.815)</b>	<b>(3,1)</b>	<b>7.117.687</b>	<b>69,4</b>	<b>7.719.201</b>	<b>75,8</b>
<b>Terceiros</b>								
Juros	224.046		199.224		1.074.468		703.126	
Arrendamentos e aluguéis	749		1.309		28.304		25.474	
Doações, subvenções e contribuições	155		-		3.569		7.208	
	<b>224.950</b>	<b>16,7</b>	<b>200.533</b>	<b>19,8</b>	<b>1.106.341</b>	<b>10,8</b>	<b>735.808</b>	<b>7,2</b>
<b>Acionistas</b>								
Participações de acionistas não controladores	-		-		18.264		66.523	
Lucros retidos	1.039.349		796.916		1.039.349		796.916	
	<b>1.039.349</b>	<b>77,2</b>	<b>796.916</b>	<b>78,7</b>	<b>1.057.613</b>	<b>10,3</b>	<b>863.439</b>	<b>8,4</b>
	<b>1.345.963</b>	<b>100,0</b>	<b>1.011.864</b>	<b>100,0</b>	<b>10.260.444</b>	<b>100,0</b>	<b>10.189.767</b>	<b>100,0</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das informações trimestrais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016  
em milhares de reais

## **1 Contexto Operacional**

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, é uma sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, e cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e também negociadas na Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios, em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente, nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

### **1.1 Participações societárias da Copel**

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

### 1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A.	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Telecomunicações S.A.	Curitiba/PR	Telecomunicações e comunicações	100,0	Copel
Copel Renováveis S.A. (Copel REN)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel Energia)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Elejr - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,0	Copel
			60,0	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Copel Brisa Potiguar S.A. (a)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel REN
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A. (a)	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Fase pré-operacional.

### 1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Voltaia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Paraná Gás Exploração e Produção S.A. (a)	Curitiba/PR	Extração de petróleo e gás natural	30,0	Copel
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	51,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	80,0	Copel GeT
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Florianópolis/SC	Transmissão de energia elétrica	20,0	Copel GeT
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchá Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A. (a)	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	49,0	Copel Energia

(a) Fase pré-operacional.

### 1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação % Copel
Cia. de Saneamento do Paraná - Sanepar (a)	Curitiba/PR	Saneamento básico	7,6252
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	23,0303
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	35,77
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda. (b)	Curitiba/PR	Energia elétrica	30,0
Copel Amec S/C Ltda. - em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	48,0
Escoelectric Ltda. (c)	Curitiba/PR	Serviços	40,0
Sercomtel S.A. Telecomunicações (d)	Londrina/PR	Telecomunicações	45,0

(a) Apesar de possuir apenas 7,6252% de participação direta na Sanepar, a Copel possui influência significativa através da controlada em conjunto da Copel Comercialização, Dominó Holdings, pela existência de Acordo de Acionistas.

(b) Fase pré-operacional.

(c) Extinta em abril de 2016.

(d) Investimento reduzido a zero por conta dos testes de recuperação de ativos.

### 1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Empreendimento	Participação % Copel Get	Demais consorciados	Participação %
UHE Mauá	51,0	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	49,0
UHE Baixo Iguaçu (NE nº 18.5.1) (a)	30,0	Geração Céu Azul S.A (controlada da Neoenergia S.A.)	70,0

(a) Fase pré-operacional.

## 2 Concessões e Autorizações

### 2.1 Contratos de concessão/autorização das participações societárias da Copel

Copel		Participação %	Vencimento
<b>Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias</b>			
Copel Distribuição	Contrato de concessão nº 046/1999, prorrogado pelo 5º Termo Aditivo	100	07.07.2045
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e UHE Santa Clara	70	28.05.2037
	Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCHs Fundão I e Santa Clara I	70	18.12.2032
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	27.08.2033
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	36	23.04.2030
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60% da Copel GeT)	20	22.12.2029
Compagás	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	06.07.2024
Dois Saltos (a)	Autorização - Resolução nº 5204/2015	30	22.04.2045
Paraná Gás (a)	PART-T-300_R12 Nº 4861-.0000.99/2014-00 - ANP	30	15.05.2045
Usina de Energia Eólica São João S.A. (b)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	25.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (b)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	08.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (b)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	15.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (b)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	17.04.2047

(a) Empreendimento em construção.

(b) Subsidiária integral da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

## 2.2 Contratos de concessão/autorização da Copel Geração e Transmissão e das suas participações societárias

Copel Geração e Transmissão	Participação %	Vencimento	
<b>Contrato de Concessão nº 045/1999</b>			
UTE Figueira	100	26.03.2019	
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	100	17.09.2023	
UHE São Jorge	100	03.12.2024	
UHE Guaricana	100	16.08.2026	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	15.11.2029	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	04.05.2030	
<b>Autorização - Resolução nº 278/1999 - UEE Palmas</b>	100	28.09.2029	
<b>Despacho nº 182/2002 - PCH Melissa, PCH Pitangui e PCH Saldo do Vau (apenas registro na Aneel)</b>	100	-	
<b>Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Mauá</b>	51	02.07.2042	
<b>Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder (a)</b>	100	16.01.2046	
<b>Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II</b>	100	27.02.2046	
<b>Contrato de Uso de Bem Público nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu (a)</b>	30	19.08.2047	
<b>Contrato de Uso de Bem Público nº 007/2013</b>			
UHE Apucarantina	100	12.10.2025	
UHE Chaminé	100	16.08.2026	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	15.11.2029	
UHE Cavernoso	100	07.01.2031	
<b>Contrato de Concessão nº 002/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)</b>	100	05.01.2046	
<b>Em processo de homologação na Aneel - UHE Marumbi</b>	100	-	
<b>Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - UHE Chopim I (apenas registro na Aneel)</b>	100	-	
<b>Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias</b>			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20% da Copel)	60	22.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	24.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	30.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	30.05.2046
Nova Eurus IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100	26.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	07.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	08.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	08.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	27.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	19.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	31.05.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	18.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste (a)	100	10.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste (a)	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada (a)	100	04.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena (a)	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar (a)	100	10.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru (a)	100	04.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia (a)	100	04.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I (a)	100	03.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II (a)	100	03.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III (a)	100	03.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I (a)	100	03.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II (a)	100	03.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III (a)	100	03.08.2050

(a) Empreendimento em construção.

Copel Geração e Transmissão		Participação %	Vencimento
<b>Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE</b>			
Contrato nº 060/2001 (prorrogado pelo 3º Termo Aditivo) - Instalações de transmissão - diversos empreendimentos		100	31.12.2042
Contrato nº 075/2001 - LT Bateias - Jaguariaíva		100	16.08.2031
Contrato nº 006/2008 - LT Bateias - Pilarzinho		100	16.03.2038
Contrato nº 027/2009 - LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste		100	18.11.2039
Contrato nº 010/2010 - LT Araraquara 2 - Taubaté (a)		100	05.10.2040
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilha III		100	05.10.2040
Contrato nº 022/2012 - LT - Foz do Chopim - Salto Osorio C2; LT 230 kV Londrina - Figueira		100	26.08.2042
Contrato nº 002/2013 - LT - Assis - Paraguaçu Paulista II; SE 230/88 kV Paraguaçu Paulista II		100	24.02.2043
Contrato nº 005/2014 - LT - Bateias - Curitiba Norte (a); SE 230/20138 kV Curitiba Norte		100	28.01.2044
Contrato nº 021/2014 - LT Foz do Chopim - Realeza (a); SE Realeza 230/20138 kV - Pátio novo em 230 kV (a)		100	04.09.2044
Contrato nº 022/2014 - LT Assis - Londrina (a)		100	04.09.2044
Contrato nº 006/2016 - LT 525kV Curitiba Leste - Blumenau C1 (a)		100	06.04.2046
LT 230 kV Uberaba - Curitiba Centro C1 e C2 (Subterrânea) (a)			
SE 230/138 kV Curitiba Centro (SF6) - 230/138 kV - 2 x ATF 150 MVA (a)			
SE 230/138 kV Medianeira (pátio novo 230 kV) - 2 x 150 MVA (a)			
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza (a)			
SE 230/138 kV Andirá Leste - 2 x ATR 150 MVA (a)			
<b>Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias</b>			
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012 - LT Cascavel Oeste - Umuarama; SE Umuarama 230/20138 kV	51	11.01.2042
Transmissora Sul Brasileira	Contrato nº 004/2012 - LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3 - Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita; SE Camaquã 3 230/69/2013,8 kV	20	09.05.2042
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012 - LT Umuarama - Guaira; LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte; SE Santa Quitéria 230/69-13,8 Kv; SE Cascavel Norte 230/20138-13,8 kV	49	09.05.2042
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012 - LT Curitiba - Curitiba Leste; SE Curitiba Leste 525/230 kV	80	09.05.2042
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012 - LT Açailândia - Miranda II	49	09.05.2042
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012 - LT Paranaíta - Ribeirãozinho; LT 500 kV Paranaíta - Cláudia; SE Cláudia 500 kV; LT 500 kV Cláudia - Paranatinga; SE Paranatinga 500 kV; LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho	49	09.05.2042
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012 - LT Ribeirãozinho - Marimondo II; LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte; LT 500 Rio Verde Norte - Marimondo II; Seccionamento das LTs 500 kV Marimondo - Araraquara, na SE Marimondo II; SE Marimondo II 500 kV	49	09.05.2042
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013 - LT - T 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas (a); LT 500 kV Rio Das Éguas - Luziânia (a); LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2 (a)	24,5	01.05.2043
Mata de Santa Genebra	Contrato nº 001/2014 - LT - Itatiba - Bateias (a); LT 500 kV Itatiba - Bateias (a); LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba (a); LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias (a); SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV (a); SE Itatiba 500 kV (a); SE 500/440 kV Fernão Dias (a)	50,1	13.05.2044
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014 - LT - Estreito - Fernão Dias (a)	49	04.09.2044

(a) Empreendimento em construção.

### 3 Base de Preparação

#### 3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais são compostas pelas informações financeiras individuais da Controladora e informações financeiras consolidadas que foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias. Conseqüentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2015, que não sofreram modificações nos primeiros nove meses de 2016, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2015, disponíveis nos sites da CVM e da Copel.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 08.11.2016.

### **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As informações trimestrais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.3 Base de mensuração**

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda, que são mensurados pelo valor justo;
- os investimentos em controladas (nas demonstrações financeiras individuais da Controladora), em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas, que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial; e
- O valor do passivo assistencial líquido, que é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, calculada por atuário contratado, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas informações trimestrais, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

#### 4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas na NE nº 4 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

#### 5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	1.104	126	216.347	167.724
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.973	25.527	1.201.359	1.313.003
	<b>10.077</b>	<b>25.653</b>	<b>1.417.706</b>	<b>1.480.727</b>

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 6 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Consolidado	
		30.09.2016	31.12.2015
<b>Títulos disponíveis para venda</b>			
Operação Compromissada	Pré-Fixada	51.257	48.085
Operação Compromissada	CDI (a)	1.204	-
Cotas de fundos de investimentos	CDI	91.333	64.368
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	49.285	45.996
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic (b)	1.429	2.623
Cotas de fundos de investimentos	CDI	113	105
		<b>194.621</b>	<b>161.177</b>
<b>Títulos para negociação</b>			
Fundo Multimercado	CDI	159.242	111.760
Operação Compromissada	Pré-Fixada	99.671	88.594
Letras Financeiras	CDI	49.777	26.025
Cotas de fundos de investimentos	CDI	12.839	100.282
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	CDI	4.851	4.515
Letras do Tesouro Nacional - LTN	Selic	3.023	2.563
Crédito Imobiliário	CDI	2.316	2.316
Debêntures	CDI	118	157
Tesouraria	-	7	2
		<b>331.844</b>	<b>336.214</b>
		<b>526.465</b>	<b>497.391</b>
	<b>Circulante</b>	<b>337.224</b>	<b>406.274</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>189.241</b>	<b>91.117</b>

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(b) Taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic

A Copel e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

## 7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.09.2016	Saldo 31.12.2015
<b>Consumidores</b>					
Residencial	234.515	166.622	61.506	462.643	593.803
Industrial	185.396	49.601	62.344	297.341	386.777
Comercial	164.916	43.603	33.630	242.149	377.310
Rural	37.646	17.219	8.937	63.802	81.772
Poder público	29.734	11.844	18.751	60.329	66.919
Iluminação pública	28.334	96	122	28.552	40.599
Serviço público	29.891	909	1.683	32.483	42.985
Receita de fornecimento não faturada	335.770	-	-	335.770	648.455
Parcelamento de débitos (7.1)	138.257	19.040	31.596	188.893	130.589
Subsídio baixa renda - Eletrobras	11.572	-	-	11.572	12.351
Outros créditos	34.317	28.126	92.617	155.060	141.481
	<b>1.230.348</b>	<b>337.060</b>	<b>311.186</b>	<b>1.878.594</b>	<b>2.523.041</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>					
<b>Suprimento de energia elétrica</b>					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR	107.829	26.297	6.281	140.407	147.809
Contratos bilaterais	111.721	2.077	434	114.232	94.961
CCEE (7.2)	148.720	20.804	181.646	351.170	434.523
Receita de suprimento não faturada	25.460	-	-	25.460	49.431
Regime de cotas e Ressarcimento de geradores	13.360	1.565	3.156	18.081	4.158
	<b>407.090</b>	<b>50.743</b>	<b>191.517</b>	<b>649.350</b>	<b>730.882</b>
<b>Encargos de uso da rede elétrica</b>	<b>77.173</b>	<b>3.214</b>	<b>7.414</b>	<b>87.801</b>	<b>83.171</b>
<b>Telecomunicações</b>	<b>13.403</b>	<b>12.383</b>	<b>44.581</b>	<b>70.367</b>	<b>49.766</b>
<b>Distribuição de gás</b>	<b>42.786</b>	<b>2.196</b>	<b>2.574</b>	<b>47.556</b>	<b>60.715</b>
<b>PCLD (7.3)</b>	-	-	<b>(331.662)</b>	<b>(331.662)</b>	<b>(339.686)</b>
	<b>1.770.800</b>	<b>405.596</b>	<b>225.610</b>	<b>2.402.006</b>	<b>3.107.889</b>
				<b>2.298.685</b>	<b>3.032.827</b>
				<b>103.321</b>	<b>75.062</b>

### 7.1 Parcelamento de débitos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto, que varia de 0,24% a 3,60%.

### 7.2 CCEE

Do saldo apresentado, o montante mais significativo é o valor de R\$ 197.480 referente a Copel Geração e Transmissão. Desse total, R\$ 181.560 são provenientes da venda de energia a ser reprocessada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE do período de janeiro a maio de 2015 em decorrência do pedido, junto a Aneel, pela exclusão de responsabilidade na entrega de energia para cumprir os contratos de comercialização da Usina Hidrelétrica de Colíder (NE nº 18.4). Atualmente a Companhia aguarda julgamento do pedido de reconsideração do Despacho Aneel nº 1.580, de 14.06.2016, que manteve inalterado o cronograma de implantação e os cronogramas de suprimento de energia associados à usina.

### 7.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Adições	Perdas	Saldo em 30.09.2016
<b>Consumidores</b>				
Residencial	104.167	60.932	(87.352)	77.747
Industrial	42.176	19.795	(18.985)	42.986
Comercial	48.385	37.808	(26.634)	59.559
Rural	1.827	2.402	(2.536)	1.693
Poder público	10.651	1.474	(75)	12.050
Iluminação pública	81	13	-	94
Serviço público	607	313	-	920
	<b>207.894</b>	<b>122.737</b>	<b>(135.582)</b>	<b>195.049</b>
<b>Concessionárias e permissionárias</b>				
CCEE (7.3.1)	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	10.141	1.758	-	11.899
	<b>129.806</b>	<b>1.758</b>	-	<b>131.564</b>
<b>Telecomunicações</b>	<b>191</b>	<b>1.732</b>	-	<b>1.923</b>
<b>Distribuição de gás</b>	<b>1.795</b>	<b>1.385</b>	<b>(54)</b>	<b>3.126</b>
	<b>339.686</b>	<b>127.612</b>	<b>(135.636)</b>	<b>331.662</b>

#### 7.3.1 CCEE

Em 2015, foi constituída PCLD no valor de R\$ 119.665, referente a diferenças entre os preços de venda de energia negociada nos contratos de comercialização da Usina Hidrelétrica de Colíder e o Preço de Liquidação de Diferença - PLD, negociado na CCEE. A Companhia aguarda a definição por parte da Aneel quanto ao pleito de revisão do cronograma de início da operação comercial dessa usina para a possível reversão desta provisão.

## 8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, foi renegociado, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo em 31.12.2004, da Conta de Resultados a Compensar - CRC, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema price de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

Conforme solicitação do Governo do Estado do Paraná, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, está em andamento a Novação do Termo de Ajuste da CRC, que contempla, no período de abril a dezembro de 2016, carência total dos pagamentos e, de janeiro a dezembro de 2017, somente do valor principal, sem perda real do valor total do contrato, mantendo seu Valor Presente Líquido. As demais cláusulas do contrato serão mantidas.

As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

### 8.1 Mutação do CRC

Controladora e consolidado	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em 1<sup>o</sup>.01.2016</b>	<b>111.663</b>	<b>1.271.579</b>	<b>1.383.242</b>
Juros	43.917	21.288	65.205
Variacão monetária	1.555	76.041	77.596
Transferências	60.559	(60.559)	-
Transferências em virtude da Nova�o do Termo de Ajuste	(168.269)	168.269	-
Recebimentos	(49.425)	-	(49.425)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>-</b>	<b>1.476.618</b>	<b>1.476.618</b>

### 8.2 Vencimento das parcelas de longo prazo

Controladora e consolidado	30.09.2016
2018	162.729
2019	173.552
2020	185.094
2021	197.403
2022	210.532
Após 2022	547.308
	<b>1.476.618</b>

## 9 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais referem-se à Conta de Compensac o de Varia o de Custos da Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros, que correspondem aos custos não gerenciáveis incorridos no ciclo tarifário, sem a devida cobertura tarifária. Os saldos destas contas representam as varia es positivas e negativas entre os valores previstos na tarifa e realizados, sendo corrigidos por  ndice determinado pela Aneel e repassados no próximo reajuste tarifário.

**9.1 Composição dos saldos de ativos financeiros setoriais**

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2015</b>				
Parcela A				
Rede básica	-	69.781	-	-
ESS	-	(200.644)	-	-
CDE	-	171.008	-	-
Proinfa	-	(1.185)	-	-
CVA Energ	-	365.276	-	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	-	2.859	-	-
Outros componentes financeiros	-		-	
Diferimento IRT 2013	-	143.624	-	-
Diferimento IRT 2014	-	324.003	-	-
Revisão tarifária extraordinária	-	(179.763)	-	-
Sobrecontratação	-	78.778	-	-
Neutralidade	-	(7.888)	-	-
Exposição financeira	-	9.922	-	-
Garantias	-	84	-	-
	-	<b>775.855</b>	-	-
<b>Ativos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2016</b>				
Parcela A				
Rede básica	-	3.615	-	3.615
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	-	349.704	-	349.704
ESS	-	(69.255)	-	(69.255)
CDE	-	231.052	-	231.052
Proinfa	-	(40)	-	(40)
CVA Energ	-	(190.070)	-	(190.071)
Transporte de energia comprada de Itaipu	-	2.432	-	2.432
Outros componentes financeiros	-		-	
Revisão tarifária extraordinária	-	(264.423)	-	(264.423)
Sobrecontratação	-	20.999	-	20.999
Neutralidade	-	36.266	-	36.266
Abrace	-	10.228	-	10.228
Exposição financeira	-	4.396	-	4.396
	-	<b>134.904</b>	-	<b>134.903</b>
	-	<b>910.759</b>	-	<b>134.903</b>

## 9.2 Composição dos passivos financeiros setoriais

Consolidado	Circulante		Não circulante	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>Passivos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2016</b>				
Parcela A				
Rede básica	102	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	(539.152)	-	-	-
ESS	99.898	-	-	-
CDE	(221.962)	-	-	-
Proinfa	(23.075)	-	-	-
CVA Energ	484.810	-	-	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	(5.715)	-	-	-
Outros componentes financeiros				
Sobrecontratação	7.289	-	-	-
Revisão tarifária extraordinária	391.236	-	-	-
Neutralidade	(61.667)	-	-	-
Exposição financeira	24.704	-	-	-
Outros	(228)	-	-	-
	<b>156.240</b>	-	-	-
<b>Passivos financeiros setoriais - reajuste tarifário 2017</b>				
Parcela A				
Rede básica	(107)	-	(322)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	(9.277)	-	(27.832)	-
ESS	27.256	-	81.769	-
CDE	14.537	-	43.612	-
Proinfa	(300)	-	(901)	-
CVA Energ	64.825	-	194.478	-
Transporte de energia comprada de Itaipu	(687)	-	(2.058)	-
Outros componentes financeiros				
Sobrecontratação	(37.546)	-	(112.638)	-
Neutralidade	(21.539)	-	(64.619)	-
	<b>37.162</b>	-	<b>111.489</b>	-
<b>Passivos financeiros setoriais - revisão tarifária 2021</b>				
Componentes financeiros				
Devoluções tarifárias	-	-	53.716	-
	-	-	<b>53.716</b>	-
	<b>193.402</b>	-	<b>165.205</b>	-

### 9.3 Mutações dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	Saldo em 1º.01.2016	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Saldo em 30.09.2016
		Constituição	Amortização	Atualização		
<b>Parcela A</b>						
Rede básica	77.011	(8.292)	(74.351)	5.959	-	327
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	699.408	30.723	(212.619)	58.749	-	576.261
ESS	(339.154)	(29.690)	255.010	(25.025)	(70.064)	(208.923)
CDE	633.112	(235.438)	(269.800)	35.939	-	163.813
Proinfa	(1.265)	31.528	(7.825)	1.838	-	24.276
CVA Energ	(14.865)	(339.939)	(207.370)	(28.337)	(153.602)	(744.113)
Transporte de energia comprada de Itaipu	7.723	5.236	(5.302)	803	-	8.460
<b>Outros componentes financeiros</b>						
Sobrecontratação	120.776	109.453	(76.090)	(11.244)	-	142.895
Diferimento reposição tarifária	467.627	-	(467.627)	-	-	-
Revisão tarifária extraordinária	(708.609)	21.541	324.059	(28.227)	-	(391.236)
Neutralidade	64.644	94.483	(14.856)	3.554	-	147.825
Abrace	20.456	(19.808)	-	(648)	-	-
Exposição financeira	18.714	(42.000)	(811)	(607)	-	(24.704)
Devoluções tarifárias (9.3.1)	-	(50.589)	-	(3.127)	-	(53.716)
Outros	84	410	(168)	(98)	-	228
	<b>1.045.662</b>	<b>(432.382)</b>	<b>(757.750)</b>	<b>9.529</b>	<b>(223.666)</b>	<b>(358.607)</b>

#### 9.3.1 Devoluções tarifárias

A Aneel, através do Despacho nº 245 de 28.01.2016, determinou que os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos devem ser apropriados, a partir de 1º.01.2016, em Passivos Financeiros Setoriais, atualizados mensalmente pela taxa Selic.

## 10 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

### 10.1 Mutações das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Circulante	Não circulante		Consolidado
		Ativo	Obrigações especiais	
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>9.162</b>	<b>1.434.161</b>	<b>(75.710)</b>	<b>1.367.613</b>
<b>Bonificação de outorga (10.2)</b>				
Reconhecimento da bonificação de outorga	-	574.827	-	574.827
Transferências entre circulante e não circulante	70.395	(70.395)	-	-
Remuneração	-	77.578	-	77.578
Amortização	(63.678)	-	-	(63.678)
<b>Contratos de transmissão e distribuição</b>				
Capitalizações do intangível em curso (NE nº 19.1)	-	37.403	-	37.403
Transferências para o intangível - prorrogação da concessão de distribuição (NE nº 19.1)	-	2.230	-	2.230
Transferências entre circulante e não circulante	44.568	(44.568)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(42.862)	-	-	(42.862)
Transferências para o imobilizado	-	(2.206)	-	(2.206)
Transferências para o intangível	-	(150)	-	(150)
Variação monetária (NE nº 33)	-	129.311	-	129.311
Remuneração	-	86.171	(1.305)	84.866
Receita de construção	-	286.263	-	286.263
Baixas	-	(55)	-	(55)
Remensuração de fluxo de caixa dos ativos RBSE (10.3)	-	771.332	-	771.332
Transferência do contas a receber vinculadas à indenização da concessão - reconhecimento RBSE (10.3)	-	160.217	-	160.217
Transferências do imobilizado - reconhecimento RBSE (10.3)	-	155.369	-	155.369
Reconhecimento Laudo RBSE + RBNI (Indenizado) (10.3)	-	61.760	-	61.760
Reconhecimento RBSE - Ativo Financeiro	-	(61.760)	-	(61.760)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>17.585</b>	<b>3.597.488</b>	<b>(77.015)</b>	<b>3.538.058</b>

### 10.2 Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

A Copel Geração e Transmissão firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$ 574.827, fixados pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 18.09.2015 e no Edital do Leilão Aneel nº 12/2015.

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõem a remuneração da Copel Geração e Transmissão, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Copel Geração e Transmissão classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo e determinável, e, portanto, foi classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

### **10.3 Remensuração do ativo financeiro RBSE**

A Copel Geração e Transmissão prorrogou o contrato de concessão 060/2001 nos termos da lei nº 12.783/2013.

Dos valores a receber referente a parte dos ativos de transmissão de energia elétrica da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e das instalações de conexão e Demais Instalações de Transmissão - RPC, anteriores a maio de 2000, a Copel Geração e Transmissão protocolou, em 31.03.2015 junto a Aneel, o laudo de avaliação desses ativos, no montante de R\$ 882.300 na data base de 31.12.2012, o qual está pendente de homologação.

Em 20.04.2016, foi publicada a Portaria nº 120 pelo MME, determinando que os valores dos ativos provenientes da construção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica exclusivamente desses ativos ainda não depreciados e/ou amortizados, passem a compor a Base de Remuneração Regulatória - BRR das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017 para definição da nova Receita Anual Permitida - RAP. A Portaria abordou aspectos relacionados à atualização, remuneração e prazo de recebimento dos valores envolvidos, os quais estão em processo de regulamentação pela Aneel por meio da Audiência Pública 068/2016.

Em 30.06.2016 a Companhia registrou o valor de R\$ 1.355.123, com base em sua melhor estimativa.

Em outubro de 2016, a Aneel apresentou novos apontamentos da Aneel, que em sua interpretação, reduzem o montante a receber. A Companhia remensurou o fluxo de caixa, acarretando redução no saldo do ativo em R\$ 206.445 comparativamente a 30.06.2016, tendo como contrapartida a receita operacional, de modo que o saldo do ativo registrado passou para R\$ 1.148.678. No entanto, exercendo o direito ao contraditório, a Companhia protocolará defesa no prazo legal concedido por aquela agência.

#### 10.4 Compromissos relativos às concessões de transmissão

Compromissos assumidos com os fornecedores de equipamentos e serviços, referentes aos seguintes empreendimentos:

<b>Linhas de Transmissão e Subestações</b>	<b>Valor</b>
Contrato nº 010/2010 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	274.575
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim Realeza Sul e SE 230 kV Realeza Sul	39.382
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Londrina - Assis	96.613
Contrato nº 006/2016 - LT 500 kV Blumenau - Curitiba Leste	190.453
SE 230 kV Medianeira Norte e LT 230 kV SE B. Iguçu - Realeza Sul	
SE 230 kV Curitiba Centro e LT 230kV Curitiba Centro - Uberaba	
SE 230 kV Andirá Leste e secc LT 230 kV Assis - Salto Grande	

### 11 Contas a Receber Vinculadas à Indenização da Concessão

<b>Consolidado</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>219.556</b>
Transferência para o contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10)	(160.217)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>59.339</b>

O saldo registrado em 30.09.2016 refere-se aos ativos de geração em decorrência do vencimento das concessões das PCH Rio dos Patos, UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel Geração e Transmissão depreciou as usinas até a data de vencimento das concessões e as reclassificou para Contas a Receber Vinculadas à Indenização da Concessão pelo valor residual contábil do Ativo Imobilizado. A Copel Geração e Transmissão avaliou esses ativos e, apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado a forma do pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre sua indenização indica a recuperabilidade do saldo registrado.

A Copel Geração e Transmissão manifestou tempestivamente junto a Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável. A formalização da comprovação de realização dos respectivos investimentos junto àquela agência reguladora ocorreu em 17.12.2015. Para elaboração das informações, foi utilizada a metodologia do valor novo de reposição, conforme definido pela Resolução Normativa Aneel nº 596/2013.

Dos saldos registrados em 31.12.2015, houve reclassificação para o Contas a Receber Vinculado a Concessão, dos valores a receber dos ativos de transmissão de energia elétrica da RBSE e das instalações de conexão e Demais Instalações de Transmissão - RPC, em decorrência do reconhecimento dos efeitos da Portaria MME nº 120, conforme NE nº 10.3.

## 12 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Serviços em curso (a)	11.016	11.013	153.109	128.336
Desativações em curso	-	-	42.317	31.159
Repasso CDE (12.1)	-	-	37.176	119.010
Adiantamento a empregados	808	1.798	34.202	24.660
Adiantamento a fornecedores (b)	-	5	22.471	95.765
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	-	18.729	20.277
Outros créditos	203	202	71.854	87.296
	<b>12.027</b>	<b>13.018</b>	<b>379.858</b>	<b>506.503</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.027</b>	<b>13.018</b>	<b>336.150</b>	<b>474.889</b>
<b>Não circulante</b>	-	-	<b>43.708</b>	<b>31.614</b>

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Referem-se a adiantamentos previstos em cláusulas contratuais.

### 12.1 Repasse CDE

A CDE (NE nº 31.5.1) tem entre suas finalidades prover recursos para subsidiar os descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição.

O valor repassado à Copel Distribuição de junho de 2015 a maio de 2016, homologado pelas resoluções da Aneel nºs 1.858/2015 e 1.897/2015, foi alterado pela resolução nº 2.094, de 21.06.2016, que homologou o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica da Copel Distribuição.

O saldo de 31.12.2015 refere-se às parcelas de outubro a dezembro de 2015, recebidas em 2016, e o saldo de 30.09.2016 refere-se a valores a receber de 2016. Em 17.10.2016 foi recebido o valor de R\$ 25.505.

## 13 Tributos

### 13.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>Ativo circulante</b>				
IR e CSLL a compensar	56.777	174.987	671.380	517.206
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(20.910)	(531.572)	(322.962)
	<b>56.777</b>	<b>154.077</b>	<b>139.808</b>	<b>194.244</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
IR e CSLL a recuperar	149.212	79.144	165.671	94.686
	<b>149.212</b>	<b>79.144</b>	<b>165.671</b>	<b>94.686</b>
<b>Passivo circulante</b>				
IR e CSLL a recolher	-	-	629.167	613.278
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	-	(531.394)	(301.362)
	-	-	<b>97.773</b>	<b>311.916</b>

### 13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2016	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 30.09.2016
<b>Ativo não circulante</b>				
Provisões para litígios	98.779	(60.516)	-	38.263
Amortização do direito de concessão	18.918	286	-	19.204
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	6.050	6.159	-	12.209
Provisão Finam	3.457	-	-	3.457
Outros	8.945	(1.844)	-	7.101
	<b>136.149</b>	<b>(55.915)</b>	-	<b>80.234</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	5.850	-	194	6.044
Efeitos CPC 08 - custo de transação	4.083	(1.772)	-	2.311
	<b>35.230</b>	<b>(1.772)</b>	<b>194</b>	<b>33.652</b>
<b>Líquido</b>	<b>100.919</b>	<b>(54.143)</b>	<b>(194)</b>	<b>46.582</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Saldo em 1º.01.2016</b>	<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>Reconhecido no resultado abrangente</b>	<b>Saldo em 30.09.2016</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Provisões para litígios	456.316	(3.648)	-	452.668
Planos previdenciário e assistencial	256.071	22.096	-	278.167
Efeitos CPC 01 - redução ao valor recuperável de ativos	252.026	4.917	-	256.943
Provisão para P&D e PEE	116.671	23.483	-	140.154
PCLD	125.941	(5.143)	-	120.798
Provisão para compra de energia	184.471	(71.738)	-	112.733
Amortização do direito de concessão	39.539	3.444	-	42.983
INSS - liminar sobre depósito judicial	36.758	3.572	-	40.330
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	38.009	(11.478)	-	26.531
Provisão para perdas tributárias	17.426	(1.594)	-	15.832
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	6.316	8.888	-	15.204
Provisão para participação nos lucros	25.825	(15.040)	-	10.785
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	6.050	6.159	-	12.209
Recebimento liminar GSF	41.308	(41.308)	-	-
Bandeira tarifária	16.486	(16.486)	-	-
Outros	39.970	5.548	-	45.518
	<b>1.659.183</b>	<b>(88.328)</b>	-	<b>1.570.855</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos CPC 27 - custo atribuído	539.190	(43.851)	-	495.339
Efeitos ICPC 01 - contratos de concessão	91.126	334.933	-	426.059
Efeitos CPC 33 - benefícios a empregados	56.700	-	-	56.700
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Diferimento de ganho de capital	11.320	-	-	11.320
Efeitos CPC 38 - instrumentos financeiros	5.849	-	194	6.043
Capitalização de encargos financeiros	5.357	-	-	5.357
Ativos financeiros setoriais	355.525	(355.525)	-	-
Outros	31.471	2.315	-	33.786
	<b>1.121.835</b>	<b>(62.128)</b>	<b>194</b>	<b>1.059.901</b>
<b>Líquido</b>	<b>537.348</b>	<b>(26.200)</b>	<b>(194)</b>	<b>510.954</b>
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	537.562			723.125
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(214)			(212.171)
<b>Líquido</b>	<b>537.348</b>			<b>510.954</b>

### 13.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>Ativo circulante</b>				
ICMS a recuperar	-	-	78.768	66.475
PIS/Pasep e Cofins a compensar	162	30	55.390	76.810
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	(30)	(53.071)	(73.162)
Outros tributos a compensar	-	-	575	602
	<b>162</b>	<b>-</b>	<b>81.662</b>	<b>70.725</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
ICMS a recuperar	-	-	32.316	20.386
PIS/Pasep e Cofins	-	-	62.694	59.209
Outros tributos a compensar	15	15	33.308	33.307
	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>128.318</b>	<b>112.902</b>
<b>Passivo circulante</b>				
ICMS a recolher	4	-	113.305	143.561
PIS/Pasep e Cofins a recolher	457	32.578	81.455	163.840
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	(30)	(53.071)	(73.162)
IRRF sobre JSCP	-	20.910	-	71.662
IRRF sobre JSCP a compensar com o IR e CSLL ativo	-	(20.910)	(178)	(21.600)
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	58.098	45.586
Outros tributos	626	69	11.696	11.061
	<b>1.087</b>	<b>32.617</b>	<b>211.305</b>	<b>340.948</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	1.646	1.466	118.859	108.278
Parcelamento ordinário junto à Receita Federal do Brasil	-	-	116.197	148.153
Outros tributos	-	-	2.473	842
	<b>1.646</b>	<b>1.466</b>	<b>237.529</b>	<b>257.273</b>

### 13.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>1.093.492</b>	<b>751.989</b>	<b>1.723.450</b>	<b>1.278.175</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(371.787)</b>	<b>(255.676)</b>	<b>(585.973)</b>	<b>(434.580)</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>				
Equivalência patrimonial	317.191	300.395	52.688	46.555
Dividendos	523	238	523	238
Despesas indedutíveis	(70)	(30)	(8.694)	(3.080)
Incentivos fiscais	-	-	11.098	2.131
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-	(28.665)	369
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	10.255	(32.812)
Outros	-	-	(117.069)	6.443
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>-</b>	<b>(217)</b>	<b>(639.637)</b>	<b>(571.855)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(54.143)</b>	<b>45.144</b>	<b>(26.200)</b>	<b>157.119</b>
Alíquota efetiva - %	5,0%	-6,0%	38,6%	32,4%

## 14 Despesas Antecipadas

<b>Consolidado</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Prêmio de risco - Repactuação GSF (14.1)	49.078	48.653
Outros	21.515	26.122
	<b>70.593</b>	<b>74.775</b>
	<b>Circulante</b>	<b>41.126</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>29.467</b>
		<b>49.282</b>
		<b>25.493</b>

### 14.1 Prêmio de risco - Repactuação GSF (*Generation Scaling Factor*)

Os saldos do ativo e do passivo da repactuação do risco hidrológico estão demonstrados a seguir:

<b>Consolidado</b>	<b>Saldo em 1º.01.2016</b>	<b>Amortização</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 30.09.2016</b>
Prêmio de risco - ativo circulante	23.313	(24.510)	20.961	19.764
Prêmio de risco - ativo não circulante	25.340	-	3.974	29.314
Intangível	30.807	(2.829)	26.872	54.850
Redutora do passivo com CCEE	55.160	(3.353)	(51.807)	-
	<b>134.620</b>	<b>(30.692)</b>	<b>-</b>	<b>103.928</b>
<b>Prêmio de risco a amortizar</b>	<b>76.171</b>			<b>51.661</b>
<b>Extensão de prazo da outorga</b>	<b>58.449</b>			<b>52.267</b>

## 15 Partes Relacionadas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.09.2016</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Controlador</b>				
Estado do Paraná (15.1)	167.566	167.566	187.048	187.048
<b>Controladas</b>				
Copel Distribuição (15.2)	88.839	104.434	-	-
Copel Telecomunicações (15.3)	8.192	-	-	-
Copel Renováveis - compartilhamento de estrutura	5.124	312	-	-
Copel Comercialização - compartilhamento de estrutura	1.564	135	-	-
Copel Geração e Transmissão - reembolso	13	-	-	-
Copel Distribuição - reembolso	702	-	-	-
<b>Empreendimento controlado em conjunto</b>				
Voltalia São Miguel do Gostoso (15.4)	24.033	25.237	24.033	25.237
	<b>296.033</b>	<b>297.684</b>	<b>211.081</b>	<b>212.285</b>
	<b>Circulante</b>	<b>39.627</b>	<b>447</b>	<b>43.515</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>256.406</b>	<b>297.237</b>	<b>167.566</b>
				<b>19.482</b>
				<b>192.803</b>

## **15.1 Estado do Paraná**

### 15.1.1 Crédito referente ao Programa Luz Fraterna, R\$ 153.300

As transferências dos direitos creditórios da conta Luz Fraterna da Copel Distribuição para a Copel foram suspensas a partir do segundo semestre de 2015, considerando o Decreto nº 2.789 de 13.11.2015, que criou a possibilidade de utilização de crédito presumido de ICMS para quitação das faturas relativas a esse programa. Adicionalmente, a Lei Estadual nº 18.875 de 27.09.2016 autorizou o Estado do Paraná a parcelar os débitos vencidos e não pagos junto à Copel, relativos a serviços prestados até a data da publicação da referida Lei.

### 15.1.2 Crédito referente a obras da Copa do Mundo de 2014, R\$ 14.266

Através da 2.119ª Reunião de Diretoria ocorrida em 28.07.2014, foi aprovada a transferência dos direitos creditórios dos custos relativos aos projetos de mobilidade para a Copa do Mundo de Futebol da Federação Internacional de Futebol - FIFA 2014 realizados pela Copel Distribuição e de responsabilidade do Estado do Paraná.

A Aneel, por meio do despacho nº 4.483/2015, anuiu a transação, e, assim, foi celebrado Instrumento de Cessão de Crédito transferindo os direitos da Copel Distribuição para a Copel.

A Lei 18.875 de 27.09.2016 autorizou o Estado do Paraná a parcelar os débitos vencidos e não pagos junto à Copel, relativos a serviços prestados até a data da publicação da referida Lei.

### 15.1.3 Crédito referente ao Programa Morar Bem, R\$ 19.482

O Programa Morar Bem Paraná, instituído pelo Decreto n.º 2.845/2011, é um convênio entre o Estado do Paraná, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Copel Distribuição, cuja gestão é realizada pela Cohapar. As principais atribuições da Copel no convênio são as construções das redes de distribuição de energia elétrica e das entradas de serviços das unidades consumidoras dos conjuntos habitacionais.

## **15.2 Copel Distribuição - Financiamento repassado - STN**

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

O saldo com a Copel Distribuição refere-se ao financiamento STN repassado com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e apresentado como obrigações por empréstimos e financiamentos na Copel Distribuição (NE nº 22).

### 15.3 Copel Telecomunicações - Mútuo

Em 12.06.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Copel Telecomunicações (mutuária), no limite de R\$ 20.000, alterado para R\$ 60.000 conforme termo aditivo assinado em 14.10.2016, com vigência até 29.12.2017, remuneração de 111,5% do CDI e com o objetivo de proporcionar recursos para atendimento ao programa de investimento da mutuária. Do valor limite aprovado, a mutuária utilizou o valor de R\$ 8.100. Em 2016, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 55.

### 15.4 Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. - Mútuo

Em 14.05.2015, foi assinado contrato de mútuo entre Copel (mutuante) e a Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (mutuária), com efeitos retroativos a partir de 06.02.2015, no limite de R\$ 29.400, com prazo de dois anos e remuneração de 111,5% do CDI e com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Do valor limite aprovado, a mutuária utilizou R\$ 18.885. Em 2016, foi registrada receita financeira no valor de R\$ 2.606 (R\$ 2.349, nos primeiros nove meses de 2015).

## 16 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>Fiscais</b>	<b>84.239</b>	<b>266.692</b>	<b>292.146</b>	<b>457.449</b>
<b>Trabalhistas</b>	<b>78</b>	<b>330</b>	<b>197.714</b>	<b>169.194</b>
<b>Cíveis</b>				
Fornecedores	-	-	2.798	2.828
Cíveis	2	389	85.590	75.788
Servidões de passagem	-	-	6.946	7.715
Consumidores	-	-	3.840	3.628
	<b>2</b>	<b>389</b>	<b>99.174</b>	<b>89.959</b>
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.325</b>	<b>3.325</b>
	<b>84.319</b>	<b>267.411</b>	<b>592.359</b>	<b>719.927</b>

## 17 Investimentos

### 17.1 Mutações dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2016	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 30.09.2016
<b>Controladas</b>							
Copel Geração e Transmissão	6.905.421	1.048.718	(1)	909.500	-	(152.550)	8.711.088
Copel Distribuição	5.603.673	(230.012)	-	-	-	(750.526)	4.623.135
Copel Telecomunicações	508.874	38.595	-	-	-	(94.201)	453.268
Copel Renováveis	17.889	(18.293)	-	5.000	-	-	4.596
Copel Comercialização	252.074	20.593	(375)	-	-	(96)	272.196
UEG Araucária (17.2)	171.648	(13.170)	-	-	-	(23.072)	135.406
Compagás (17.2)	150.818	23.601	-	-	-	-	174.419
Elejor (17.2)	51.800	20.435	-	-	-	(21.798)	50.437
Elejor - direito de concessão	15.270	-	-	-	(565)	-	14.705
	<b>13.677.467</b>	<b>890.467</b>	<b>(376)</b>	<b>914.500</b>	<b>(565)</b>	<b>(1.042.243)</b>	<b>14.439.250</b>
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>							
Voltalia São Miguel do Gostoso I (17.3)	72.249	3.174	-	-	-	-	75.423
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	11.507	-	-	-	(275)	-	11.232
Paraná Gás	106	(37)	-	-	-	-	69
	<b>83.862</b>	<b>3.137</b>	-	-	<b>(275)</b>	-	<b>86.724</b>
<b>Coligadas</b>							
Sanepar (17.4)	311.679	36.520	(479)	-	-	(19.372)	328.348
Dona Francisca Energética (17.4)	32.234	6.025	-	-	-	(4.606)	33.653
Foz do Chopim Energética (17.4)	15.574	8.475	-	-	-	(9.600)	14.449
Carbocampel	1.539	(6)	-	49	-	-	1.582
Dois Saltos	120	-	-	-	-	-	120
Copel Amec	203	12	-	-	-	-	215
Escoelectric	269	(283)	-	14	-	-	-
	<b>361.618</b>	<b>50.743</b>	<b>(479)</b>	<b>63</b>	-	<b>(33.578)</b>	<b>378.367</b>
<b>Outros investimentos</b>	<b>17.626</b>	-	<b>570</b>	-	-	-	<b>18.196</b>
	<b>14.140.573</b>	<b>944.347</b>	<b>(285)</b>	<b>914.563</b>	<b>(840)</b>	<b>(1.075.821)</b>	<b>14.922.537</b>

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 30.09.2016
<b>Empreendimentos controlados em conjunto (17.3)</b>							
Dominó Holdings	242.652	26.984	(375)	-	-	(7.473)	261.788
Voltalia São Miguel do Gostoso I	72.249	3.174	-	-	-	-	75.423
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	11.507	-	-	-	(275)	-	11.232
Paraná Gás	106	(37)	-	-	-	-	69
Costa Oeste	32.631	6.879	-	-	-	(1.020)	38.490
Marumbi	75.914	16.621	-	3.520	-	3.101	99.156
Transmissora Sul Brasileira	67.563	1.276	-	-	-	-	68.839
Caiuá	51.271	8.149	-	-	-	2.546	61.966
Integração Maranhense	104.286	15.473	-	1.569	-	4.248	125.576
Matrinchã	697.912	32.414	-	67.345	-	-	797.671
Guaraciaba	298.794	4.519	-	74.726	-	4	378.043
Paranaíba	100.726	8.795	-	19.542	-	-	129.063
Mata de Santa Genebra	26.903	(4.188)	-	120.240	-	-	142.955
Cantareira	60.105	3.066	-	97.431	-	389	160.991
	<b>1.842.619</b>	<b>123.125</b>	<b>(375)</b>	<b>384.373</b>	<b>(275)</b>	<b>1.795</b>	<b>2.351.262</b>
<b>Coligadas</b>							
Sanepar (17.4)	311.679	36.520	(479)	-	-	(19.372)	328.348
Dona Francisca Energética (17.4)	32.234	6.025	-	-	-	(4.606)	33.653
Foz do Chopim Energética (17.4)	15.574	8.475	-	-	-	(9.600)	14.449
Carbocampel	1.539	(6)	-	49	-	-	1.582
Dois Saltos	120	-	-	-	-	-	120
Copel Amec	203	12	-	-	-	-	215
Escoelectric	269	(283)	-	14	-	-	-
	<b>361.618</b>	<b>50.743</b>	<b>(479)</b>	<b>63</b>	<b>-</b>	<b>(33.578)</b>	<b>378.367</b>
<b>Outros investimentos</b>	<b>20.473</b>	<b>-</b>	<b>570</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.043</b>
	<b>2.224.710</b>	<b>173.868</b>	<b>(284)</b>	<b>384.436</b>	<b>(275)</b>	<b>(31.783)</b>	<b>2.750.672</b>

**17.2 Demonstrações financeiras das controladas com participação de não controladores**

<b>30.09.2016</b>	<b>Compagás</b>	<b>Elejor</b>	<b>UEG Araucária</b>
<b>ATIVO</b>	<b>498.190</b>	<b>723.332</b>	<b>751.658</b>
Ativo circulante	107.267	81.888	363.142
Ativo não circulante	390.923	641.444	388.516
<b>PASSIVO</b>	<b>498.190</b>	<b>723.332</b>	<b>751.658</b>
Passivo circulante	98.027	151.767	54.835
Passivo não circulante	58.166	499.513	19.791
Patrimônio Líquido	341.997	72.052	677.032
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
Receita operacional líquida	432.210	193.536	57.432
Custos e despesas operacionais	(363.184)	(73.396)	(145.291)
Resultado financeiro	2.389	(75.935)	22.010
Tributos	(25.139)	(15.012)	-
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>46.276</b>	<b>29.193</b>	<b>(65.849)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>46.276</b>	<b>29.193</b>	<b>(65.849)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	21.763	67.945	101.466
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(20.056)	(1.125)	(15.250)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	3.975	(63.457)	(200.001)
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>5.682</b>	<b>3.363</b>	<b>(113.785)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	29.321	41.655	132.854
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	35.003	45.018	19.069
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>5.682</b>	<b>3.363</b>	<b>(113.785)</b>

### 17.3 Saldos integrais dos grupos de ativos, passivos e resultado dos principais empreendimentos controlados em conjunto

	Dominó (a)	Voltalia	Costa Oeste	Marumbi	Transmissora Sul Brasileira	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
<b>30.09.2016</b>												
<b>ATIVO</b>	<b>545.927</b>	<b>154.030</b>	<b>111.375</b>	<b>183.996</b>	<b>695.692</b>	<b>257.369</b>	<b>516.989</b>	<b>2.628.730</b>	<b>1.275.219</b>	<b>1.272.313</b>	<b>796.716</b>	<b>419.500</b>
Ativo circulante	21.997	69	9.011	11.254	51.106	23.212	41.821	200.018	28.087	61.533	38.066	886
Caixa e equivalentes de caixa	3.043	67	3.546	2.084	21.279	581	245	139.190	21.981	10.899	27.211	594
Outros ativos circulantes	18.954	2	5.465	9.170	29.827	22.631	41.576	60.828	6.106	50.634	10.855	292
Ativo não circulante	523.930	153.961	102.364	172.742	644.586	234.157	475.168	2.428.712	1.247.132	1.210.780	758.650	418.614
<b>PASSIVO</b>	<b>545.927</b>	<b>154.030</b>	<b>111.375</b>	<b>183.996</b>	<b>695.692</b>	<b>257.369</b>	<b>516.989</b>	<b>2.628.730</b>	<b>1.275.219</b>	<b>1.272.313</b>	<b>796.716</b>	<b>419.500</b>
Passivo circulante	11.666	105	3.782	9.603	36.735	23.567	68.677	93.276	447.184	122.403	486.777	50.891
Passivos financeiros	-	-	3.109	5.169	27.690	7.357	13.148	48.076	418.358	49.243	468.914	-
Outros passivos circulantes	11.666	105	673	4.434	9.045	16.210	55.529	45.200	28.826	73.160	17.863	50.891
Passivo não circulante	-	-	32.122	54.848	314.760	107.340	192.034	1.139.749	67.995	673.122	24.600	71.129
Passivos financeiros	-	-	28.056	44.267	308.262	72.199	117.763	758.797	-	555.322	-	-
Afac	-	-	-	4.400	-	-	-	232.195	-	50.000	-	31.070
Outros passivos não circulantes	-	-	4.066	6.181	6.498	35.141	74.271	148.757	67.995	67.800	24.600	40.059
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>534.261</b>	<b>153.925</b>	<b>75.471</b>	<b>119.545</b>	<b>344.197</b>	<b>126.462</b>	<b>256.278</b>	<b>1.395.705</b>	<b>760.040</b>	<b>476.788</b>	<b>285.339</b>	<b>297.480</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>												
Receita operacional líquida	-	-	17.214	32.184	41.654	32.863	57.747	309.056	255.926	266.886	344.871	215.135
Custos e despesas operacionais	(665)	(105)	(1.771)	(7.201)	(7.672)	(2.457)	(2.524)	(151.721)	(191.944)	(167.992)	(296.669)	(206.063)
Resultado financeiro	(16.092)	5	(740)	(2.734)	(26.012)	(4.861)	(7.586)	(57.105)	(50.062)	(44.538)	(60.923)	1.415
Equivalência patrimonial	71.823	6.579	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	-	-	(1.215)	(1.471)	(1.589)	(9.181)	(16.061)	(34.078)	(4.697)	(18.454)	4.361	(4.229)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>55.066</b>	<b>6.479</b>	<b>13.488</b>	<b>20.778</b>	<b>6.381</b>	<b>16.364</b>	<b>31.576</b>	<b>66.152</b>	<b>9.223</b>	<b>35.902</b>	<b>(8.360)</b>	<b>6.258</b>
Outros resultados abrangentes	(765)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>54.301</b>	<b>6.479</b>	<b>13.488</b>	<b>20.778</b>	<b>6.381</b>	<b>16.364</b>	<b>31.576</b>	<b>66.152</b>	<b>9.223</b>	<b>35.902</b>	<b>(8.360)</b>	<b>6.258</b>
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	51,0	80,0	20,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	261.788	75.423	38.490	99.156	68.839	61.966	125.576	797.671	372.420	129.063	142.955	160.991

(a) Saldos ajustados às práticas contábeis da Copel.

### 17.4 Saldos integrais dos grupos de ativo, passivo e resultado das principais coligadas

<b>30.09.2016</b>	<b>Sanepar (a)</b>	<b>Dona Francisca</b>	<b>Foz do Chopim</b>
<b>ATIVO</b>	<b>8.885.513</b>	<b>156.021</b>	<b>49.028</b>
Ativo circulante	1.005.806	23.058	11.307
Ativo não circulante	7.879.707	132.963	37.721
<b>PASSIVO</b>	<b>8.885.513</b>	<b>156.021</b>	<b>49.028</b>
Passivo circulante	963.439	8.668	2.303
Passivo não circulante	3.615.990	1.228	6.332
Patrimônio líquido	4.306.084	146.125	40.393
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
Receita operacional líquida	2.550.911	53.092	30.778
Custos e despesas operacionais	(1.798.665)	(25.855)	(6.494)
Resultado financeiro	(119.160)	1.090	581
Provisão para IR e CSLL	(160.938)	(2.166)	(1.173)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>472.148</b>	<b>26.161</b>	<b>23.692</b>
Outros resultados abrangentes	(6.287)	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>465.861</b>	<b>26.161</b>	<b>23.692</b>
Participação na coligada - %	7,6252	23,0303	35,77
Valor contábil do investimento	328.348	33.653	14.449

(a) Saldos ajustados às práticas contábeis da Copel.

## 18 Imobilizado

### 18.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	30.09.2016			31.12.2015		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.614.635	(4.894.248)	2.720.387	7.621.081	(4.787.437)	2.833.644
Máquinas e equipamentos	5.525.855	(2.830.068)	2.695.787	5.704.333	(2.776.182)	2.928.151
Edificações	1.654.156	(1.098.389)	555.767	1.653.693	(1.068.430)	585.263
Terrenos	278.069	(11.618)	266.451	277.996	(9.416)	268.580
Veículos e aeronaves	62.490	(45.315)	17.175	63.101	(42.861)	20.240
Móveis e utensílios	17.095	(11.202)	5.893	16.910	(10.578)	6.332
(-) Reclassificação pela renovação das concessões	(1.462.661)	1.388.276	(74.385)	(1.462.686)	1.381.495	(81.191)
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(15.096)	-	(15.096)	(15.096)	-	(15.096)
(-) Obrigações especiais	(56)	8	(48)	(16)	2	(14)
	<b>13.674.487</b>	<b>(7.502.556)</b>	<b>6.171.931</b>	<b>13.859.316</b>	<b>(7.313.407)</b>	<b>6.545.909</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	3.716.342	-	3.716.342	2.851.078	-	2.851.078
(-) Provisão para redução ao valor recuperável (a)	(718.767)	-	(718.767)	(704.305)	-	(704.305)
	<b>2.997.575</b>	<b>-</b>	<b>2.997.575</b>	<b>2.146.773</b>	<b>-</b>	<b>2.146.773</b>
	<b>16.672.062</b>	<b>(7.502.556)</b>	<b>9.169.506</b>	<b>16.006.089</b>	<b>(7.313.407)</b>	<b>8.692.682</b>

(a) Referem-se a ativos de concessão de geração de energia elétrica.

### 18.2 Mutações do imobilizado

Consolidado	Saldo em	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	Saldo em
	1º.01.2016					30.09.2016
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.830.290	-	(109.149)	(556)	(3.237)	2.717.348
Máquinas e equipamentos	2.855.110	-	(139.347)	(8.831)	(78.161)	2.628.771
Edificações	581.554	-	(28.826)	(1.616)	1.380	552.492
Terrenos	267.623	-	(2.201)	(8)	81	265.495
Veículos e aeronaves	20.205	-	(3.401)	(120)	469	17.153
Móveis e utensílios	6.236	-	(636)	(4)	219	5.815
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(15.095)	-	-	-	-	(15.095)
(-) Obrigações especiais	(14)	-	6	-	(40)	(48)
	<b>6.545.909</b>	<b>-</b>	<b>(283.554)</b>	<b>(11.135)</b>	<b>(79.289)</b>	<b>6.171.931</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	2.851.078	965.895	-	(10.162)	(90.469)	3.716.342
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(704.305)	(14.462)	-	-	-	(718.767)
	<b>2.146.773</b>	<b>951.433</b>	<b>-</b>	<b>(10.162)</b>	<b>(90.469)</b>	<b>2.997.575</b>
	<b>8.692.682</b>	<b>951.433</b>	<b>(283.554)</b>	<b>(21.297)</b>	<b>(169.758)</b>	<b>9.169.506</b>

### 18.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no imobilizado durante os primeiros nove meses de 2016 totalizaram R\$ 5.499, à taxa média de 0,21% a.a. (R\$ 113.778, à taxa média de 6,50% a.a., durante o mesmo período de 2015).

#### **18.4 UHE Colíder**

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/2010 Aneel, a Copel Geração e Transmissão S.A. conquistou a concessão para exploração da UHE Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado de Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro e o contrato de financiamento, no montante total de R\$ 1.041.155 (NE nº 22). Os montantes liberados até 30.09.2016 totalizam R\$ 907.608.

Devido a eventos de caso fortuito ou de força maior e atos do poder público, o empreendimento sofreu impactos no seu cronograma, de modo que a geração comercial está prevista para o segundo semestre de 2017. Em decorrência desses eventos, consta registrado para este empreendimento um saldo de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ativo, no montante de R\$ 642.551, conforme descrito na NE nº 18.9 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 157,56 em 30.09.2016. Foram negociados 125 MW médios, com fornecimento a partir de janeiro de 2015, por 30 anos. A Copel Geração e Transmissão protocolou junto à Aneel um pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia vendida seja postergado. O pedido não foi aceito, então a Copel Geração e Transmissão entrou com recurso administrativo perante à Aneel, solicitando reconsideração da decisão, e pretende recorrer judicialmente desta decisão.

Enquanto o pedido de excludente de responsabilidade não é reconhecido pela Aneel, a Companhia vem cumprindo seus compromissos com sobras de energia descontratada em suas demais usinas e faturando ao preço do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Contudo, em 12.02.2016, a CCEE recebeu decisão liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1005856-20.2015.4.01.3400, impetrado pela Copel Geração e Transmissão, determinando que a Aneel se abstenha de impor, até a apreciação do pedido, quaisquer obrigações, penalidades e/ou restrição de direitos em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma de construção original. Os efeitos desta decisão são prospectivos à liquidação da CCEE de 13.10.2015 e suspende temporariamente atendimento dos contratos de vendas, disponibilizando os 125 MW médios para serem liquidados ao PLD.

Todavia, com a apreciação do pedido de excludente de responsabilidade pela Aneel, o mérito da ação será atendido, mas sua extinção só ocorrerá quando da revogação da ação liminar pelo próprio Desembargador do Tribunal Regional Federal que a deferiu.

A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

Os gastos realizados neste empreendimento apresentavam, em 30.09.2016, o saldo de R\$ 2.026.235.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 65.895, em 30.09.2016.

### 18.5 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado referentes às participações da Copel Geração e Transmissão em consórcios estão demonstrados a seguir:

<b>Empreendimento</b>	<b>Participação % Copel GeT</b>	<b>Taxa média anual de depreciação %</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Em serviço</b>				
UHE Mauá (Consórcio Energético Cruzeiro do Sul)	51,0		859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada		3,43	(110.260)	(88.165)
			<b>749.657</b>	<b>771.752</b>
<b>Em curso</b>				
UHE Baixo Iguaçu (18.5.1)	30,0		343.377	270.097
Consórcio Tapajós (18.5.2)	13,8		-	14.359
			<b>343.377</b>	<b>284.456</b>
			<b>1.093.034</b>	<b>1.056.208</b>

#### 18.5.1 Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu - Cebi

O consórcio tem o objetivo de construir e explorar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada mínima de 350,20 MW, localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná.

O início da geração comercial da unidade 1 está atualmente previsto para 1º.11.2018, e das unidades 2 e 3, para dezembro de 2018 e janeiro de 2019, respectivamente. O cronograma original sofreu alterações em função da suspensão da Licença de Instalação, conforme a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-RS), ocorrida em 16.06.2014, e que paralisou as obras a partir julho desse mesmo ano. Em março de 2015, foi publicada decisão autorizando a retomada das obras. No entanto, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio impôs condicionantes adicionais ao licenciamento ambiental que impediam a retomada imediata da obra. O Cebi encaminhou ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP todas as informações necessárias para o atendimento de tais condicionantes e, em agosto de 2015, a licença foi emitida. Com a licença do IAP, foram retomadas as obras.

Em 23.08.2016, foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que teve por objetivo formalizar a redefinição do cronograma da obra, reconhecendo a favor do Cebi excludente de responsabilidade pelo atraso na implantação do empreendimento de um período correspondente a 756 dias.

### 18.5.2 Consórcio Tapajós

Em 10.08.2016, a Administração da Companhia deliberou pela saída da Copel Geração e Transmissão do consórcio com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada.

Em decorrência de restrições legais e ambientais e de que há incerteza da data do leilão, a Companhia provisionou, em 30.09.2016, perda por redução ao valor recuperável do ativo na totalidade dos valores investidos, incluída na demonstração do resultado, em outras despesas operacionais, na rubrica Provisões e reversões (NE nº 32.4).

### 18.6 Compromissos das usinas eólicas

Em 30.09.2016, os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços das usinas eólicas em construção totalizam R\$ 1.437.515. O valor refere-se, principalmente, ao fornecimento de aerogeradores para as controladas da Cutia.

## 19 Intangível

### 19.1 Mutações do intangível

Consolidado	Contrato de concessão (a)				Direito de concessão e autorização (a)	Outros (b)		Total
	em serviço	em curso	Obrigações especiais			em serviço	em curso	
			em serviço	em curso				
<b>Em 01.01.2016</b>	<b>7.658.523</b>	<b>897.764</b>	<b>(2.830.995)</b>	<b>(40.763)</b>	<b>416.272</b>	<b>24.399</b>	<b>19.876</b>	<b>6.145.076</b>
Aquisições	-	676.208	-	-	-	-	6.851	683.059
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(108.472)	-	-	-	(108.472)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	593	-	-	-	-	-	593
Repactuação GSF	26.872	-	-	-	-	-	-	26.872
Provisão para litígios adicionada ao custo das obras	-	4.914	-	-	-	-	-	4.914
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão - prorrogação da concessão de distribuição (NE nº 10.1)	(2.230)	-	-	-	-	-	-	(2.230)
Transferências do imobilizado	-	-	-	-	-	-	30	30
Transferências do contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	150	-	150
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	-	(37.403)	-	-	-	-	-	(37.403)
Capitalizações para intangível em serviço	519.652	(519.652)	(103.239)	103.239	-	4.213	(4.213)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(320.317)	-	86.550	-	(9.853)	(6.688)	-	(250.308)
Quotas de amortização - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(12.530)	-	3.727	-	-	36	-	(8.767)
Baixas	(19.827)	(14.116)	-	-	-	-	(366)	(34.309)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>7.850.143</b>	<b>1.008.308</b>	<b>(2.843.957)</b>	<b>(45.996)</b>	<b>406.419</b>	<b>22.110</b>	<b>22.178</b>	<b>6.419.205</b>

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.  
(b) Taxa anual de amortização: 20%.

### 19.2 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no intangível durante os primeiros nove meses de 2016 totalizaram R\$ 4.388, à taxa média de 0,24% a.a. (R\$ 24.620, à taxa média de 1,34% a.a., durante o mesmo período de 2015).

## 20 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
<b>Obrigações sociais</b>				
Impostos e contribuições sociais	754	3.151	32.117	43.691
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	979	2.246	46.161	32.186
	<b>1.733</b>	<b>5.397</b>	<b>78.278</b>	<b>75.877</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>				
Folha de pagamento, líquida	32	195	1.050	2.568
Férias e 13º salário	3.021	6.919	141.354	101.485
Participação nos lucros e/ou resultados	345	2.925	34.301	78.462
Desligamentos voluntários	-	-	6.341	-
Outros	-	-	7	9
	<b>3.398</b>	<b>10.039</b>	<b>183.053</b>	<b>182.524</b>
	<b>5.131</b>	<b>15.436</b>	<b>261.331</b>	<b>258.401</b>

## 21 Fornecedores

Consolidado	30.09.2016	31.12.2015
Energia elétrica (21.1)	596.373	917.307
Materiais e serviços	472.391	478.895
Gás para revenda	47.745	87.384
Encargos de uso da rede elétrica	95.800	135.463
	<b>1.212.309</b>	<b>1.619.049</b>
	<b>Circulante</b>	<b>1.613.126</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>5.923</b>

### 21.1 Energia elétrica - CCEE

A Copel Geração e Transmissão liquidou em setembro de 2016 o parcelamento do passivo com a CCEE em decorrência da repactuação do risco hidrológico no valor de R\$ 321.640, o qual ocorreu em seis parcelas a partir de 18.04.2016 com juros e atualização monetária e após abatimento do crédito apurado no mês da liquidação.

## 21.2 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

Leilões	Período de suprimento	Energia comprada (MW médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)	
				histórico	atualizado
<b>Leilão de energia existente</b>					
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	35,33	11.10.2005	94,91	179,07
12º Leilão - Produto 2014 36M	01/01/2014 a 31/12/2016	129,30	17.12.2013	149,99	186,36
13º Leilão - Produto 2014-DIS	01/05/2014 a 31/12/2019	109,35	30.04.2014	262,00	316,48
13º Leilão - Produto 2014-QTD	01/05/2014 a 31/12/2019	218,82	30.04.2014	271,00	327,35
14º Leilão - Produto 2015-03 DIS	01/01/2015 a 31/12/2017	13,32	05.12.2014	191,99	224,18
14º Leilão - Produto 2015-03 QTD	01/01/2015 a 31/12/2017	13,58	05.12.2014	201,00	234,70
		<b>519,70</b>			
<b>Leilão de energia nova</b>					
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,62	16.12.2005	106,95	199,97
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	24,77	16.12.2005	132,26	247,29
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,55	16.12.2005	114,28	213,67
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	40,50	16.12.2005	129,26	241,68
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	70,06	16.12.2005	115,04	215,09
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	65,19	16.12.2005	121,81	227,75
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,82	10.10.2006	120,86	220,83
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,37	10.10.2006	137,44	251,12
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,49	26.07.2007	134,67	238,59
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,39	16.10.2007	129,14	226,63
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,69	16.10.2007	128,37	225,28
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	9,92	17.09.2008	128,42	212,74
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	0,15	30.09.2008	98,98	163,97
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	111,27	30.09.2008	145,23	240,59
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	32,68	27.08.2009	144,00	229,17
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,01	27.08.2009	144,60	230,13
		<b>658,48</b>			
<b>Leilão de projetos estruturantes</b>					
Santo Antônio	2012 a 2041	138,12	10.12.2007	78,87	136,87
Jirau	2013 a 2042	229,81	19.05.2008	71,37	120,39
		<b>367,93</b>			

## 22 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado		
							30.09.2016	31.12.2015	
<b>Moeda estrangeira</b>									
<b>Secretaria do Tesouro Nacional - STN</b>									
(1) Par Bond	Copel	20.05.1998	1	15.04.2024	6,0% + 0,20%	17.315	52.771	61.763	
(1) Discount Bond	Copel	20.05.1998	1	15.04.2024	1,1875%+0,20%	12.082	36.068	42.671	
<b>Total moeda estrangeira</b>							<b>88.839</b>	<b>104.434</b>	
<b>Moeda nacional</b>									
<b>Banco do Brasil</b>									
(2) 21/02155-4	Copel DIS	10.09.2010	2	15.08.2018	109,0% do DI	116.667	118.411	122.353	
(3) 21/02248-8	Copel DIS	22.06.2011	2	16.05.2018	109,0% do DI	150.000	158.050	151.901	
(4) CCB 21/11062X	Copel DIS	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% do DI	151.000	146.135	196.852	
(5) CCB 330.600.773	Copel DIS	11.07.2014	3	11.07.2019	111,8% do DI	116.667	119.616	123.478	
(5) NCI 330.600.132	Copel	28.02.2007	3	28.02.2019	107,8% do DI	231.000	233.018	241.059	
(5) NCI 330.600.151	Copel	31.07.2007	3	31.07.2017	111,0% do DI	18.000	6.140	12.722	
(5) CCB 306.401.381	Copel	21.07.2015	2	21.07.2018	109,40% do DI	640.005	652.530	672.985	
							<b>1.433.900</b>	<b>1.521.350</b>	
<b>Eletrobras</b>									
(6) 1293/94	Copel GeT	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	-	16.980	
(7) 980/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	6	8	
(7) 981/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	196	246	
(7) 982/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	77	95	
(7) 983/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	109	128	
(7) 984/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	47	55	
(7) 985/95	Copel DIS	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	31	35	
(8) 002/04	Copel DIS	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	-	643	
(8) 142/06	Copel DIS	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	7.279	10.007	
(8) 206/07	Copel DIS	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	34.876	41.550	
(8) 273/09	Copel DIS	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	10.277	11.510	
(8) 2540/06	Copel DIS	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	5.095	38	375	
							<b>52.936</b>	<b>81.632</b>	
<b>Caixa Econômica Federal</b>									
(8) 415.855-22/14	Copel DIS	31.03.2015	120	08.12.2026	6,0%	2.844	5.549	5.307	
							<b>5.549</b>	<b>5.307</b>	
<b>Finep</b>									
(9) 21120105-00	Copel Tel	17.07.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	12.761	15.132	
(9) 21120105-00	Copel Tel	17.07.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	10.647	12.406	
							<b>23.408</b>	<b>27.538</b>	
<b>BNDES</b>									
(10) 820989.1	Copel GeT	17.03.2009	179	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	131.128	138.347	
(11) 1120952.1-A	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	29.557	31.558	
(12) 1120952.1-B	Copel GeT	16.12.2011	168	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	1.595	1.702	
(13) 1220768.1	Copel GeT	28.09.2012	192	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	73.122	60.447	63.312	
(14) 13211061	Copel GeT	04.12.2013	192	15.10.2031	1,49% acima da TJLP	1.041.155	868.921	902.592	
(15) 13210331	Copel GeT	03.12.2013	168	15.08.2028	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	15.281	16.077	
(16) 15206041	Copel GeT	28.12.2015	168	15.06.2030	2,42% acima da TJLP	34.265	27.029	23.942	
(17) 15205921	Copel GeT	28.12.2015	168	15.12.2029	2,32% acima da TJLP	21.584	17.117	14.663	
(18) 14205611-A	Copel DIS	15.12.2014	72	15.01.2021	2,09% a.a. acima da TJLP	41.583	29.494	34.266	
(18) 14205611-B	Copel DIS	15.12.2014	6	15.02.2021	2,09 a.a. acima da TR BNDES	17.821	18.333	21.267	
(19) 14205611-C	Copel DIS	15.12.2014	113	15.06.2024	6% a.a.	78.921	60.738	47.353	
(20) 14205611-D	Copel DIS	15.12.2014	57	15.02.2021	TJLP	750	40	-	
(21) 14.2.1271.1	Santa Maria	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	59.462	55.453	57.789	
(21) 14.2.1272.1	Santa Helena	01.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	64.520	60.135	62.487	
(22) 11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	52.808	55.087	
(22) 11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	39.041	40.726	
(22) 11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	88.543	92.362	
(22) 11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	94.563	98.228	
							<b>1.650.223</b>	<b>1.701.758</b>	
(23) Notas Promissórias	Copel GeT	29.12.2015	1	18.12.2017	117% do DI	500.000	560.111	496.694	
							<b>560.111</b>	<b>496.694</b>	
<b>Banco do Brasil Repasse BNDES</b>									
(24) 21/02000-0	Copel GeT	16.04.2009	179	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	131.126	138.347	
							<b>131.126</b>	<b>138.347</b>	
<b>Total moeda nacional</b>							<b>3.857.253</b>	<b>3.972.626</b>	
							<b>3.946.092</b>	<b>4.077.060</b>	
							<b>Circulante</b>	<b>845.780</b>	<b>308.558</b>
							<b>Não circulante</b>	<b>3.100.312</b>	<b>3.768.502</b>

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Controladora	
						30.09.2016	31.12.2015
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Secretaria do Tesouro Nacional - STN</b>							
(1) <i>Par Bond</i>	20.05.1998	1	11.04.2024	6,0% + 0,20%	17.315	52.771	61.763
(1) <i>Discount Bond</i>	20.05.1998	1	11.04.2024	1,1875%+0,20%	12.082	36.068	42.671
						<b>88.839</b>	<b>104.434</b>
<b>Moeda nacional</b>							
<b>Banco do Brasil</b>							
(5) NCI 330.600.132	28.02.2007	3	28.02.2019	107,8% do DI	231.000	233.018	241.059
(5) NCI 330.600.151	31.07.2007	3	31.07.2017	111,0% do DI	18.000	6.140	12.722
(5) CCB 306.401.381	21.07.2015	2	21.07.2018	109,40% do DI	640.005	652.530	672.985
						<b>891.688</b>	<b>926.766</b>
						<b>980.527</b>	<b>1.031.200</b>
					<b>Circulante</b>	<b>421.618</b>	<b>61.788</b>
					<b>Não circulante</b>	<b>558.909</b>	<b>969.412</b>

#### Banco do Brasil

Prestações anuais.

- (2) Parcelas de R\$ 58.334 vencíveis em 15.08.2017 e 15.08.2018. Os juros proporcionais são pagos semestralmente.
- (3) Parcelas de R\$ 75.000 vencíveis em 16.05.2017 e 16.05.2018. Os juros proporcionais são pagos semestralmente.
- (4) Parcelas de R\$ 50.333 vencíveis em 27.07.2017 e 27.07.2018. Os juros proporcionais serão pagos juntamente com o principal.
- (5) Contrato CCB 330600773: parcelas de R\$ 38.889 vencíveis em 11.07.2017, 11.07.2018 e 11.07.2019. Os juros são pagos semestralmente.  
 Contrato NCI 330.600.132: parcelas de R\$ 77.000 vencíveis em 28.02.2017, 28.02.2018 e 28.02.2019. Os juros são pagos semestralmente.  
 Contrato NCI 330.600.151: parcelas de R\$ 6.000 vencíveis em 31.07.2017 e 31.07.2018. Os juros são pagos semestralmente.  
 Contrato CCB 306.401.381: parcelas de R\$ 320.003 vencíveis em 21.07.2017 e 21.07.2018. Os juros são pagos semestralmente.

#### Destinação

- (1) Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.
- (2) (3) (4) (5) Capital de giro.
- (6) Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão.
- (7) Programa Nacional de Irrigação - Proni.
- (8) Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.
- (9) Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB).
- (10) (24) Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.
- (11) Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.
- (12) Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima.
- (13) Implantação da PCH Cavernoso II.
- (14) Implantação da UHE Colíder e sistema de transmissão associado.
- (15) Implantação da Subestação Cerquilha III em 230/138kV.
- (16) Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.
- (17) Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim C2.
- (18) Investimento em preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão.
- (19) Máquinas e equipamentos nacionais credenciados no BNDES.
- (20) Implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE).
- (21) (22) Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
- (23) Pagamento de outorga - leilão nº 012/2015, referente UHE GPS.

#### **Garantias**

- (1) Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Garantias depositadas (NE nº 22.1).
- (2) (3) Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias.
- (2) (3) (4) (5) Cessão de créditos.
- (6) (7) (8) Receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil em igual número das parcelas a vencer.
- (9) Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação.
- (10) (13) (24) Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.
- (11) (12) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão.
- (14) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 01/2011MME-UHE Colíder e cessão fiduciária em decorrência do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEE) celebrado entre Copel e Sadia S.A.
- (15) Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 015/2010, celebrado entre Copel e União Federal.
- (16) Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão nº 002/2013-Aneel.
- (17) Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Concessão nº 022/2012-Aneel.
- (18) (19) (20) Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.
- (21) Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes do Contrato de Energia Reserva nº 153/2011; cessão fiduciária de receitas decorrentes do projeto.
- (22) Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.
- (23) Aval da Copel.

#### **22.1 Cauções e depósitos vinculados - STN**

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, *Par Bond*, no valor de R\$ 45.415 (R\$ 50.689 em 31.12.2015), e *Discount Bond*, no valor de R\$ 31.686 (R\$ 35.448 em 31.12.2015), destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos contratos da STN, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024. Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

## 22.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Consolidado			
		30.09.2016	%	31.12.2015	%
<b>Moeda estrangeira</b>					
Dólar norte-americano	(16,87)	88.839	2,25	104.434	2,56
		<b>88.839</b>	<b>2,25</b>	<b>104.434</b>	<b>2,56</b>
<b>Moeda nacional</b>					
CDI	(0,07)	1.994.011	50,53	2.018.044	49,50
TJLP	7,14	1.702.278	43,14	1.771.485	43,45
Ufir	0,00	58.485	1,48	69.959	1,72
IPCA	5,51	18.333	0,46	21.267	0,52
TR	1,52	10.647	0,27	12.406	0,30
Finel	1,50	-	-	16.980	0,42
Sem indexador	-	73.499	1,87	62.485	1,53
		<b>3.857.253</b>	<b>97,75</b>	<b>3.972.626</b>	<b>97,44</b>
		<b>3.946.092</b>	<b>100,00</b>	<b>4.077.060</b>	<b>100,00</b>
		<b>Circulante</b>	<b>845.780</b>	<b>308.558</b>	
		<b>Não circulante</b>	<b>3.100.312</b>	<b>3.768.502</b>	

## 22.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.09.2016	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2017	-	-	-	-	599.097	599.097
2018	-	395.086	395.086	-	798.512	798.512
2019	-	76.705	76.705	-	271.195	271.195
2020	-	-	-	-	151.806	151.806
2021	-	-	-	-	136.505	136.505
Após 2021	87.118	-	87.118	87.118	1.056.079	1.143.197
	<b>87.118</b>	<b>471.791</b>	<b>558.909</b>	<b>87.118</b>	<b>3.013.194</b>	<b>3.100.312</b>

## 22.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>887</b>	<b>103.547</b>	<b>307.671</b>	<b>3.664.955</b>	<b>4.077.060</b>
Ingressos	-	-	-	25.274	25.274
Encargos	2.874	-	269.646	68.375	340.895
Variação monetária e cambial	-	(16.429)	2.963	17.092	3.626
Transferências	-	-	762.502	(762.502)	-
Amortização - principal	-	-	(188.487)	-	(188.487)
Pagamento - encargos	(2.040)	-	(310.236)	-	(312.276)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>1.721</b>	<b>87.118</b>	<b>844.059</b>	<b>3.013.194</b>	<b>3.946.092</b>

## **22.5 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants***

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 30.09.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

## 23 Debêntures

Emissão	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado		
				inicial	final			30.09.2016	31.12.2015	
(1)	5ª	Copel	13.05.2014	3	13.05.2017	13.05.2019	111,5% da taxa DI	1.000.000	1.056.738	1.016.087
(2)	1ª	Copel GeT	15.05.2015	3	20.05.2018	20.05.2020	113,0% da taxa DI	1.000.000	1.055.469	1.090.755
(3)	2ª	Copel GeT	13.07.2016	2	13.07.2018	13.07.2019	121,0% da taxa DI	1.000.000	1.018.770	-
(4)	1ª	Copel DIS	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.061.914	1.023.378
(5)	1ª	Copel CTE	15.10.2015	5	15.10.2020	15.10.2024	IPCA + 7,9633% a.a.	160.000	176.598	162.158
(6)	2ª	Elejor	26.09.2013	60	26.10.2013	26.09.2018	DI + Spread 1,00% a.a.	203.000	81.138	111.516
(7)	1ª	Compagás	15.06.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP + 1,7% a.a.+1,0% a.a.	62.626	42.608	56.219
(8)	2ª	Compagás	15.04.2016	57	15.07.2017	15.12.2021	TJLP/Selic + 2,17% a.a.	33.620	23.725	-
(9)	1ª	(a)	10.06.2014	1	-	10.12.2016	DI + Spread 1,45% a.a.	222.000	-	223.815
(10)	2ª	(a)	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	TJLP + 2,02% a.a.	147.575	145.182	-
(11)	2ª	(a)	24.03.2016	192	15.08.2016	15.07.2032	IPCA + 9,87% a.a.	153.258	153.136	-
								<b>4.815.278</b>	<b>3.683.928</b>	
								<b>Circulante</b>	<b>1.132.609</b>	<b>924.005</b>
								<b>Não circulante</b>	<b>3.682.669</b>	<b>2.759.923</b>

(a) Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.

### Características

(1) (2) (3) (4) (5) (6) (9) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

(7) (8) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie flutuante, emissão privada.

(10) Debêntures simples, 1ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

(11) Debêntures simples, 2ª série, não conversíveis em ações, emissão privada.

### Encargos financeiros

(1) Juros semestrais - maio e novembro.

(2) Juros anuais - maio.

(3) Juros anuais - julho.

(4) (5) Juros semestrais - abril e outubro.

(6) (10) (11) Juros mensais.

(7) (8) Juros trimestrais - março, junho, setembro e dezembro.

(9) Juros semestrais - junho e dezembro.

### Destinação

(1) (2) (3) (4) Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.

(5) Implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações.

(6) Liquidação total do contrato de mútuo com a Copel.

(7) (8) Financiar plano de investimentos da emissora.

(9) Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

(10) (11) Implantação de centrais eólicas e sistemas de transmissão associados.

### Garantias

(1) (2) (3) (4) (5) (6) (9) Fidejussória.

(7) (8) Flutuante.

(10) (11) Real e fidejussória e penhor de ações da Copel Geração e Transmissão.

### Interveniente garantidora

(2) (3) (4) (5) (9) (10) (11) Copel.

(6) Copel, na proporção de 70% e Paineira Participações S.A., na proporção de 30%.

(7) (8) Compagás.

### Agente fiduciário

(1) (2) (3) (4) (5) (6) (9) Pentágono S.A. DTVM.

(7) (8) BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

(10) (11) Não há.

### 23.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.09.2016	Controladora	Consolidado
2017	-	519.758
2018	332.864	1.231.558
2019	332.863	1.182.230
2020	-	364.619
2021	-	41.036
Após 2021	-	343.468
	<b>665.727</b>	<b>3.682.669</b>

### 23.2 Mutação das debêntures

Consolidado	circulante	não circulante	Total
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>924.005</b>	<b>2.759.923</b>	<b>3.683.928</b>
Ingressos	-	1.322.965	1.322.965
Encargos e variação monetária	444.633	42	444.675
Transferências	400.261	(400.261)	-
Amortização - principal	(267.677)	-	(267.677)
Pagamento - encargos	(368.613)	-	(368.613)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>1.132.609</b>	<b>3.682.669</b>	<b>4.815.278</b>

### 23.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores.

Em 30.09.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

## 24 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

#### 24.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

#### 24.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

#### 24.3 Balanço patrimonial e demonstração de resultado

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Plano previdenciário	2	21	811	1.008
Plano assistencial	9.742	7.795	658.463	593.652
	<b>9.744</b>	<b>7.816</b>	<b>659.274</b>	<b>594.660</b>
<b>Circulante</b>	<b>161</b>	<b>21</b>	<b>43.221</b>	<b>43.323</b>
<b>Não circulante</b>	<b>9.583</b>	<b>7.795</b>	<b>616.053</b>	<b>551.337</b>

Os valores consolidados reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Plano previdenciário (CV)	1.266	2.986	54.930	47.054
Plano previdenciário (CV) - administradores	348	357	775	1.914
Plano assistencial - pós-emprego	1.891	1.174	96.573	106.758
Plano assistencial - funcionários ativos	591	1.526	55.664	46.227
Plano assistencial - administradores	74	59	169	105
(-) Transferências para imobilizado e intangível em curso	-	(3)	(15.748)	(13.449)
	<b>4.170</b>	<b>6.099</b>	<b>192.363</b>	<b>188.609</b>

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
Plano previdenciário (CV)	323	1.030	18.303	16.241
Plano previdenciário (CV) - administradores	114	130	270	249
Plano assistencial - pós-emprego	(1.826)	402	32.152	35.574
Plano assistencial - funcionários ativos	132	529	21.090	15.231
Plano assistencial - administradores	22	20	31	37
(-) Transferências para imobilizado e intangível em curso	-	-	(5.511)	(4.621)
	<b>(1.235)</b>	<b>2.111</b>	<b>66.335</b>	<b>62.711</b>

#### 24.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Consolidado			Total
	Circulante	Não circulante	
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>43.323</b>	<b>551.337</b>	<b>594.660</b>
Apropriação do cálculo atuarial	-	96.632	96.632
Contribuições previdenciárias e assistenciais	98.537	-	98.537
Transferências	31.916	(31.916)	-
Amortizações	(130.555)	-	(130.555)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>43.221</b>	<b>616.053</b>	<b>659.274</b>

#### 24.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao CPC 33 (R1), optam pela elaboração do laudo atuarial anualmente.

As informações elaboradas em conformidade com o Relatório de Avaliação Atuarial estão contidas na NE n  24 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.

## 25 Encargos do Consumidor a Recolher

Consolidado	30.09.2016	31.12.2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	133.247	204.309
Reserva global de reversão - RGR	11.110	20.768
Bandeira tarifária	-	52.381
	<b>144.357</b>	<b>277.458</b>

(a) Resoluções Homologatórias Aneel nós 2.004/2015 e 2.077/2016.

## 26 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

### 26.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.09.2016	Saldo em 31.12.2015
<b>Pesquisa e desenvolvimento - P&amp;D</b>					
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	4.341	-	4.341	5.762
MME	-	2.171	-	2.171	2.882
P&D	83.617	-	202.998	286.615	252.828
	<b>83.617</b>	<b>6.512</b>	<b>202.998</b>	<b>293.127</b>	<b>261.472</b>
<b>Programa de eficiência energética - PEE</b>					
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel	-	2.824	-	2.824	-
PEE	35.273	-	133.211	168.484	137.521
	<b>35.273</b>	<b>2.824</b>	<b>133.211</b>	<b>171.308</b>	<b>137.521</b>
	<b>118.890</b>	<b>9.336</b>	<b>336.209</b>	<b>464.435</b>	<b>398.993</b>
			<b>Circulante</b>	<b>159.552</b>	<b>167.881</b>
			<b>Não circulante</b>	<b>304.883</b>	<b>231.112</b>

### 26.2 Mutações dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D		Procel	PEE		Total
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	
Em 1º.01.2016	5.762	2.882	97.981	154.847	-	61.256	76.265	398.993
Constituições	18.716	9.358	774	17.941	2.824	-	23.479	73.092
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	-	1.503	1.503
Juros Selic (NE nº 33)	-	-	120	19.352	-	-	11.496	30.968
Recolhimentos	(20.137)	(10.069)	-	-	-	-	-	(30.206)
Conclusões	-	-	(4.400)	-	-	(5.515)	-	(9.915)
Em 30.09.2016	4.341	2.171	94.475	192.140	2.824	55.741	112.743	464.435

## 27 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	30.09.2016	31.12.2015	
(1) UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	IPCA	16.222	15.437	
(2) UHE Colider	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	22.720	21.493	
(3) UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	6.151	5.557	
(4) PCH Cavernoso	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	75	97	
(5) PCH Apucarantina	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	525	676	
(6) PCH Chaminé	Copel GeT	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	7,74% a.a.	IPCA	907	1.170	
(7) PCH Derivação Rio Jordão	Copel GeT	11.07.2013	24.02.2014	02.2019	7,74% a.a.	IPCA	586	702	
(8) UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	11,00% a.a.	IGPM	516.812	490.533	
							<b>563.998</b>	<b>535.665</b>	
							<b>Circulante</b>	<b>62.033</b>	<b>61.786</b>
							<b>Não circulante</b>	<b>501.965</b>	<b>473.879</b>

### Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

### Pagamento à União

- (1) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/2007.
- (2) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/2011.
- (3) (4) (5) (6) (7) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto, conforme cláusula 5ª do Contrato de Concessão nº 007/2013, pelo prazo de 5 anos.
- (8) Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/2001.

### 27.1 Mutações das contas a pagar vinculadas a concessão

Consolidado	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>61.786</b>	<b>473.879</b>	<b>535.665</b>
Adição (a)	574.827	593	575.420
Ajuste a valor presente	-	(922)	(922)
Variação monetária	13.538	73.442	86.980
Transferências	45.027	(45.027)	-
Pagamentos	(633.145)	-	(633.145)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>62.033</b>	<b>501.965</b>	<b>563.998</b>

(a) A adição de 574.827 refere-se à Bonificação de Outorga (NE nº 10.2). Este saldo está totalmente quitado.

## 28 Outras Contas a Pagar

<b>Consolidado</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Acordo Ivai Engenharia (NE nº 29.1.2 - g)	152.250	-
Consumidores	33.774	26.391
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	30.833	31.399
Taxa de iluminação pública arrecadada	23.619	11.671
Devolução ao consumidor	10.100	12.011
Aquisição de investimentos	9.571	9.571
Cauções em garantia	7.930	8.861
Outras obrigações	52.061	66.767
	<b>320.138</b>	<b>166.671</b>
	<b>Circulante</b>	<b>135.709</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>30.962</b>

## 29 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 4.11 das demonstrações financeiras de 31.12.2015 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das informações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

## 29.1 Provisões para litígios

### 29.1.1 Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Consolidado	Saldo em 1º.01.2016	Resultado			Imobilizado e intangível em curso	Quitações	Transfe- rências	Saldo em 30.09.2016
		Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
<b>Fiscais</b>								
Cofins (a)	258.715	4.700	(193.386)	-	-	-	-	70.029
Outras (b)	68.333	46.400	(7.766)	-	-	(1.598)	-	105.369
	<b>327.048</b>	<b>51.100</b>	<b>(201.152)</b>	-	-	<b>(1.598)</b>	-	<b>175.398</b>
<b>Trabalhistas (c)</b>	<b>408.133</b>	<b>157.434</b>	<b>(1.312)</b>	-	-	<b>(51.966)</b>	-	<b>512.289</b>
<b>Benefícios a empregados (d)</b>	<b>104.480</b>	<b>7.083</b>	<b>(34.840)</b>	-	-	<b>(363)</b>	-	<b>76.360</b>
<b>Cíveis</b>								
Cíveis e direito administrativo (e)	325.217	80.888	(22.617)	-	-	(15.435)	-	368.053
Servidões de passagem (f)	62.869	8.374	-	22.919	2.622	(497)	-	96.287
Desapropriações e patrimoniais (g)	196.895	18.341	-	1.639	7.361	(1.537)	(152.250)	70.449
Consumidores (h)	13.656	-	(2.084)	-	-	(5.470)	-	6.102
	<b>598.637</b>	<b>107.603</b>	<b>(24.701)</b>	<b>24.558</b>	<b>9.983</b>	<b>(22.939)</b>	<b>(152.250)</b>	<b>540.891</b>
<b>Ambientais (i)</b>	<b>868</b>	<b>266</b>	-	-	-	-	-	<b>1.134</b>
<b>Regulatórias (j)</b>	<b>55.770</b>	<b>2.835</b>	-	-	-	<b>(22)</b>	-	<b>58.583</b>
	<b>1.494.936</b>	<b>326.321</b>	<b>(262.005)</b>	<b>24.558</b>	<b>9.983</b>	<b>(76.888)</b>	<b>(152.250)</b>	<b>1.364.655</b>

Controladora	Saldo em 1º.01.2016	Provisões para litígios		Quitações	Saldo em 30.09.2016
		Adições	Reversões		
<b>Fiscais</b>					
Cofins (a)	258.715	4.700	(193.386)	-	70.029
Outras (b)	12.015	1.626	(99)	(1.567)	11.975
	<b>270.730</b>	<b>6.326</b>	<b>(193.485)</b>	<b>(1.567)</b>	<b>82.004</b>
<b>Trabalhistas (c)</b>	<b>29</b>	<b>24</b>	<b>(35)</b>	-	<b>18</b>
<b>Cíveis (f)</b>	<b>5.652</b>	<b>10.763</b>	-	<b>(6)</b>	<b>16.409</b>
<b>Regulatórias (j)</b>	<b>14.109</b>	-	-	-	<b>14.109</b>
	<b>290.520</b>	<b>17.113</b>	<b>(193.520)</b>	<b>(1.573)</b>	<b>112.540</b>

### 29.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

#### a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

**Autor:** Receita Federal

Exigência de Cofins e respectivos juros e multa, relativos aos períodos de agosto de 1995 a dezembro de 1996 lançados em decorrência de rescisão de acórdão judicial que havia reconhecido a imunidade da Companhia ao tributo.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

No segundo trimestre, a Copel efetuou a reversão de provisão no valor de R\$ 193.386, considerando que o processo nº 10980-720.458/2011-15, relativo ao período de outubro de 1998 a junho de 2001, transitou em julgado favoravelmente à Companhia, cancelando a exigência fiscal.

#### **b) Outras provisões fiscais**

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. A principal ação está descrita a seguir:

**Réu:** Receita Federal do Brasil

**Valor estimado:** R\$ 34.229

A Copel Geração e Transmissão requereu parcelamento do saldo a pagar do ajuste anual do IRPJ e da CSLL, referente ao período de apuração de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou o valor com aplicação de multa no patamar máximo. Foi ajuizado Mandado de Segurança com objetivo de obstar o ato da Receita Federal que, no entendimento da Administração, não observou o limite previsto na legislação.

**Situação atual:** auto nº 5037809-14.2015.4.04.7000, em sentença proferida pelo Juiz Federal da 2ª Vara Federal julgou improcedente a ação. Dessa decisão, a Companhia interpôs Apelação ao TRF.

#### **c) Trabalhistas**

Ações movidas por ex-empregados da Copel e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

#### **d) Benefícios a empregados**

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

#### **e) Cíveis e direito administrativo**

Ações que envolvem faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos. As principais ações estão descritas a seguir:

**Autor:** Tradener Ltda.

**Valor estimado:** R\$ 154.642

Ações populares e civis públicas ajuizadas nas quais se aponta ilegalidades e nulidades relativas à celebração do contrato de comercialização de energia elétrica firmado entre a Tradener e a Companhia. A ação popular nº 588/2006 já transitou em julgado e a decisão reconheceu como válida as comissões devidas pela Companhia à Tradener. Na ação civil pública nº 0000219-78.2003.8.16.0004, ajuizada pelo Ministério Público, também há decisão no sentido da ausência de irregularidades no contrato de comercialização de energia. Diante disso, a Tradener ajuizou ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões.

**Situação atual:** - auto nº 0005550-26.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 29.09.2014, a Companhia foi condenada ao pagamento das comissões devidas à Tradener, no valor de R\$ 17.765, em 30.09.2012, que, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da data da citação (25.10.2012), bem como em honorários advocatícios fixados em 9% sobre o valor da condenação e em custas processuais, totaliza R\$ 52.047, em 30.09.2016. Os recursos interpostos pela Copel não foram admitidos, de forma que e o processo transitou em julgado em 28.06.2016. A Tradener deu início ao cumprimento de sentença e requereu a intimação da Copel para o pagamento do valor por ela encontrado no total de R\$ 52.193, mais honorários advocatícios de R\$ 4.175. Em 07.11.2016, a Companhia efetuou o pagamento do valor executado de R\$ 57.116, de forma que este processo deverá ser extinto.

- auto nº 0005990.22.2012.8.16.0004 - em sentença proferida em 27.01.2014 a Companhia foi condenada ao pagamento do valor de R\$ 102.595, que é o valor atualizado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a partir do vencimento das comissões devidas à Tradener no contrato de comercialização firmado com a Celesc, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação (31.10.2012), bem como em honorários advocatícios no valor de R\$ 55, que deve ser corrigido a partir da prolação da sentença, pelo INPC/IBGE, a partir de 27.01.2014. Dessa decisão, a Companhia interpôs apelação, que ainda não foi julgada.

#### **f) Servidões de passagem**

As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

Ocorrem, também na intervenção do usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões.

#### **g) Desapropriações e patrimoniais**

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc).

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros nas áreas de propriedade da Companhia. Decorrem também, da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas. A principal ação está descrita a seguir:

**Autor:** Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Ação declaratória proposta pela autora com o objetivo de obter o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão, seguida de ação rescisória proposta pela Copel com objetivo de obter a desconstituição da decisão judicial transitada em julgado na ação declaratória, seguida de ação de cobrança proposta pela autora com objetivo de cobrar os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e seguida de cumprimento de sentença provisório proposto pela autora.

**Situação atual:** A ação declaratória e a ação rescisória já se encontram encerradas por decisão transitada em julgado, tendo havido a condenação da Copel ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência e despesas processuais. Os valores decorrentes do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato declarado na decisão transitada em julgado, proferida na ação declaratória, constituem objeto de discussão judicial em ação de cobrança, em fase recursal no Superior Tribunal de Justiça - STJ, sendo que, também, são objeto de cumprimento de sentença provisório iniciado pela parte contrária, em andamento no juízo de primeiro grau. Em 21.10.2016, foi assinado acordo, previamente aprovado pelo Conselho de Administração, em que a Copel se comprometeu a pagar à Ivaí Engenharia, a quantia de R\$ 152.250, em 15 parcelas mensais e sucessivas, no valor base de R\$ 10.150, de maneira que o pagamento da primeira parcela tem vencimento até o 5º dia útil após a assinatura do termo de transação e o pagamento das 14 parcelas restantes tem vencimento no 15º dia de cada um dos meses imediatamente seguintes, considerando que o valor base da segunda parcela, assim como todas que lhe seguirem, terão seu valor corrigido monetariamente, desde o momento da assinatura do acordo, pelo critério de atualização da aplicação de percentual equivalente a 50% do último índice IPCA divulgado até data de vencimento de cada parcela. O acordo abrange as discussões existentes entre as partes sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e suspende o andamento dos processos judiciais de ação de cobrança, em fase recursal no STJ, e do cumprimento de sentença provisório, até o pagamento de todas as parcelas do acordo, momento em que serão extintos os referidos processos judiciais. Em 30.09.2016, o valor de R\$ 152.250 foi transferido para Outras contas a pagar (NE nº 28).

#### **h) Consumidores**

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos.

### i) Ambientais

Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel Geração e Transmissão.

### j) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. A principal ação está descrita a seguir:

**Autores:** Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.

**Valor estimado:** R\$ 46.332

A Copel, a Copel Geração e Transmissão e a Copel Distribuição estão discutindo ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002, envolvendo as empresas citadas.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

## 29.2 Passivo contingente

### 29.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Fiscais (a)	598.747	1.252.740	815.879	1.476.765
Trabalhistas (b)	142	222	458.314	605.095
Benefícios a empregados (c)	-	-	51.014	73.310
Cíveis (d)	10.032	30.711	571.583	1.170.019
Regulatórias (e)	-	-	717.724	646.455
	<b>608.921</b>	<b>1.283.673</b>	<b>2.614.514</b>	<b>3.971.644</b>

### 29.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

#### a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. As principais ações estão descritas a seguir:

**Autor:** Receita Federal

**Valor estimado:** R\$ 150.564

Parte dos juros relativos à exigência da Cofins no processo administrativo nº 11453-720.001/2011-23 (períodos de agosto de 1995 a dezembro de 1996), decorrente de ação rescisória. Em virtude dos fortes argumentos para a defesa da Copel, sua classificação permanece como possível.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

No segundo trimestre, a Copel reduziu a estimativa deste item em R\$ 635.797, em virtude de o processo 10980-720.458/2011-15 (relativo à Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001) ter transitado em julgado favoravelmente à Companhia, cancelando esta exigência fiscal.

**Autor:** Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

**Valor estimado:** R\$ 301.657

Exigências fiscais contra a Copel referentes à execução fiscal de contribuição previdenciária (NFLD nº 35.273.870-7), sendo mister ressaltar que o processo já foi julgado favoravelmente à Companhia nas duas instâncias.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

**Autor:** Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS

**Valor estimado:** R\$ 26.790

Exigências fiscais contra a Copel relativas a contribuição previdenciária sobre a cessão de mão-de-obra (NFLD nº 35.273.876-6). Processo aguarda julgamento no CARF desde 2010. A atribuição de grau de risco possível decorre da existência de diversos argumentos jurídicos de defesa, especialmente a (a) ausência de prestação de serviços ou cessão de mão-de-obra e (b) desnecessidade de retenção da contribuição no caso de prestadoras de serviço optantes pelo Simples.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

**Autor:** Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA

**Valor estimado:** R\$ 60.430

O Estado do Paraná lavrou o auto de infração n. 6587156-4 em face da Copel Distribuição, por suposta ausência de recolhimento do ICMS sobre a rubrica 'demanda medida' destacada nas faturas de energia elétrica emitidas em face de grande consumidor, no período de maio de 2011 a dezembro de 2013.

A Copel Distribuição sustenta a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da presente autuação fiscal, vez que a mesma é decorrente da Ação Declaratória nº 33.036, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, ajuizada por grande consumidor em face do Estado do Paraná, a qual foi julgada procedente entendendo-se devida a incidência do ICMS apenas sobre a demanda medida, sentença essa posteriormente reformada pelo TJ/PR, no Recurso de Apelação Cível 822.670-2, entendendo-se pela ilegitimidade ativa do grande consumidor para questionar a incidência do ICMS sobre a demanda contratada.

Entende a Companhia que, não tendo figurado no referido processo judicial, não pode sofrer os efeitos da decisão judicial nele proferida, o que implicaria na sua ilegitimidade para figurar no polo passivo do auto de infração 6.587.156-4.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

#### **b) Trabalhistas**

Ações movidas por ex-empregados da Copel e de suas controladas, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

#### **c) Benefícios a empregados**

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel e de suas subsidiárias integrais contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

#### **d) Cíveis**

Ações que envolvem faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos. As principais ações estão descritas a seguir:

**Autor:** Mineradora Tibagiana Ltda.

**Valor estimado:** R\$ 140.390

Ação para indenização sobre supostos prejuízos nas atividades da mineradora pelas obras de construção da Usina Mauá, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, do qual a Copel Geração e Transmissão participa com o percentual de 51%, onde se discute judicialmente a validade da autorização de lavra de mineração da Mineradora Tibagiana no local da UHE Mauá e efeitos indenizatórios dela decorrentes.

**Situação atual:** Ação suspensa em 1º grau, até o deslinde da ação nº 5013943-50.2010.04.7000, em trâmite perante a 6ª Vara Federal de Curitiba.

**Autor:** Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Ação de cobrança proposta pela autora com o objetivo de cobrar os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão, reconhecido na ação declaratória. O valor principal deste débito está classificado como perda provável.

**Situação atual:** em 18.12.2015, ocorreu a publicação do acórdão de julgamento do 2º recurso de embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ, no qual se discute a diferença de valores decorrente da atualização do crédito da autora com cumulação da taxa Selic com outros índices de juros no período antecedente ao laudo pericial judicial (outubro de 2005). O julgamento prescreve o retorno do processo ao Tribunal de Justiça do Paraná - TJ-PR para que este profira

novo julgamento sobre os embargos de declaração da Copel Geração e Transmissão, suprindo a omissão do julgamento anterior. Há recurso de embargos de declaração apresentado em 05.02.2016, pela Ivaí, o qual encontra-se pendente de julgamento no STJ. Desse modo, considera-se como perda provável o valor do direito de crédito da autora corrigido pelo índice oficial do TJ-PR, sendo este a média do IGP-DI/INPC, buscado pela Copel Geração e Transmissão perante o Judiciário, acrescido de juros de mora de 1% ao mês, mais honorários advocatícios de sucumbência, embora ainda seja considerado como perda possível a reforma do acórdão do STJ, com a manutenção do acórdão anterior do TJ-PR, ou seja, permanecendo o valor do débito corrigido pela cumulação da taxa Selic com outros índices de juros no período antecedente ao laudo pericial. Em paralelo, há uma execução provisória do valor total do crédito buscado pela Ivaí. Conforme descrito na NE 29.1.2, foi celebrado acordo entre as partes, sendo que esse abrange as discussões existentes sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e suspende o andamento dos processos judiciais de ação de cobrança, em fase recursal no STJ, e do cumprimento de sentença provisório, até o pagamento de todas as parcelas do acordo, momento em que serão extintos os referidos processos judiciais.

**Autores:** franquizados de Agência/loja Copel

**Valor estimado:** R\$ 47.732

Propositura de 02 (duas) ações individuais em razão de contratos administrativos de franquia de Agência/loja Copel, com pedido principal para reconhecer subconcessão e transferir serviços prestados, com repasse integral dos valores das tarifas, e pedido secundário de prorrogação do contrato e indenização, com repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, atualmente com recursos pendentes de julgamento.

**Situação atual:** aguardando julgamentos.

#### **e) Regulatórias**

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais ações estão descritas a seguir:

**Autor:** Aneel

**Valor estimado:** R\$ 17.007

A Copel Distribuição interpôs recurso em face da decisão exarada pelo Diretor Geral da Aneel, através do despacho nº 3.959 de 08.12.2015, que determinou a aplicação de penalidade à Copel Distribuição, a título de parcela de ineficiência por subcontratação, em razão da sobrecontratação de Montante de Uso do Sistema de Distribuição - Musd junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

**Autor:** Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR

**Valor estimado:** R\$ 698.513

O principal questionamento é o que tende a prevenir as distribuidoras da responsabilização por prejuízos resultantes do atraso no cronograma das obras da UHE Jirau, a ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região.

A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se inclui a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõe que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual.

Uma das medidas adotadas foi a impetração do mandado de segurança nº 1001675-88.2015.4.01.0000, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, através da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, da qual a Copel Distribuição faz parte, cujo pedido principal é voltado à anulação do processo promovido pela ESBR contra a Aneel desde a citação. Embora se tenha sido obtida decisão liminar favorável, houve julgamento desfavorável no Mandado de Segurança, no sentido do seu não cabimento neste caso. Publicado o acórdão, foi interposto recurso ordinário pela Abradee, em processamento no TRF da 1ª região.

Contudo, em 30.11.2015, foi deferido em parte o pedido da Aneel em Suspensão de Execução de Sentença nº 0050083-30.2015.4.01.0000/RO, pela Presidência do TRF da 1ª Região, no sentido de manter a deliberação do Conselho de Administração da CCEE, decorrente da 813ª reunião de 21.07.2015, que considerou, a partir da decisão judicial no âmbito da Ação Cautelar nº 9500-90.2013.4.01.4100 “como obrigação de entrega 70% da garantia física proporcionada pela efetiva entrada em operação comercial das unidades geradoras da UHE Jirau até que esse montante seja equivalente à obrigação de entrega original”. Foi interposto recurso pela ESBR, rejeitado. Decisão também sujeita a recurso.

O risco de perda da ação está classificado como possível (intermediário), considerando o montante de R\$ 698.513 em 30.09.2016, relativo à liquidação da CCEE de maio de 2016. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.

**Situação atual:** aguardando julgamento.

### 30 Patrimônio Líquido

#### 30.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

##### 30.1.1 Capital social

O capital social integralizado monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	-	-	85.028.598	31,07
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,26	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA	18.610.553	12,83	76.763	23,36	64.949.176	50,62	83.636.492	30,57
NYSE	1.264.134	0,87	-	-	35.931.998	28,01	37.196.132	13,59
Latibex	-	-	-	-	83.449	0,07	83.449	0,03
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,84	3.471	-	191.190	0,07
Outros	119.853	0,08	242.538	73,80	45.568	0,04	407.959	0,15
	<b>145.031.080</b>	<b>100,00</b>	<b>328.627</b>	<b>100,00</b>	<b>128.295.668</b>	<b>100,00</b>	<b>273.655.375</b>	<b>100,00</b>

##### 30.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>1.177.372</b>	<b>1.177.372</b>
<b>Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Aplicações financeiras (a)	(1)	(1)
Investimentos em participações societárias	570	570
Tributos sobre os ajustes	(194)	(194)
<b>Ajustes referentes a passivos atuariais</b>		
Benefícios pós-emprego - equivalência	(854)	(854)
<b>Realização dos ajustes de avaliação patrimonial</b>		
Custo atribuído do imobilizado	-	(172.228)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	58.558
Custo atribuído do imobilizado - equivalência (a)	(113.670)	-
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>1.063.223</b>	<b>1.063.223</b>

(a) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos.

### 30.1.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	30.09.2016	30.09.2015
<b>Numerador básico e diluído</b>		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	526.103	403.387
Ações preferenciais classe "A"	1.418	1.164
Ações preferenciais classe "B"	511.828	392.365
	<b>1.039.349</b>	<b>796.916</b>
<b>Denominador básico e diluído</b>		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	355.214	380.291
Ações preferenciais classe "B"	128.269.081	128.244.004
	<b>273.655.375</b>	<b>273.655.375</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora</b>		
Ações ordinárias	3,62752	2,78138
Ações preferenciais classe "A"	3,99027	3,06081
Ações preferenciais classe "B"	3,99027	3,05952

### 30.2 Mutações do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>144.904</b>	<b>22.200</b>	<b>171.646</b>	<b>338.750</b>
Distribuição de dividendos com lucros retidos	-	(9.342)	-	(9.342)
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	(23.072)	(23.072)
Resultado do período	22.675	8.758	(13.169)	18.264
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>167.579</b>	<b>21.616</b>	<b>135.405</b>	<b>324.600</b>

## 31 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida 30.09.2016
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	7.578.264	(698.178)	(1.934.982)	(814.130)	-	4.130.974
Suprimento de energia elétrica (31.2)	2.207.291	(177.058)	-	(35.269)	-	1.994.964
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	5.457.157	(438.117)	(1.163.066)	(707.026)	-	3.148.948
Receita de construção	934.665	-	-	-	-	934.665
Telecomunicações	256.907	(9.831)	(57.990)	-	(1.737)	187.349
Distribuição de gás canalizado	506.457	(48.900)	(88.554)	-	-	369.003
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	(1.190.132)	-	-	-	-	(1.190.132)
Outras receitas operacionais (31.4)	119.386	(18.039)	-	-	(1.728)	99.619
	<b>15.869.995</b>	<b>(1.390.123)</b>	<b>(3.244.592)</b>	<b>(1.556.425)</b>	<b>(3.465)</b>	<b>9.675.390</b>

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida
						1º.07.2016 a 30.09.2016
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	1.970.839	(181.156)	(500.424)	(217.961)	-	1.071.298
Suprimento de energia elétrica (31.2)	754.903	(59.647)	-	(11.243)	-	684.013
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	1.177.763	(132.308)	(345.816)	(196.236)	-	503.403
Receita de construção	362.220	-	-	-	-	362.220
Telecomunicações	87.581	(3.344)	(20.250)	-	(628)	63.359
Distribuição de gás canalizado	162.305	(15.256)	(28.214)	-	-	118.835
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	64.355	-	-	-	-	64.355
Outras receitas operacionais (31.4)	47.067	(6.745)	-	-	(609)	39.713
	<b>4.627.033</b>	<b>(398.456)</b>	<b>(894.704)</b>	<b>(425.440)</b>	<b>(1.237)</b>	<b>2.907.196</b>

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida
						30.09.2015
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	8.152.489	(755.017)	(2.013.356)	(1.225.372)	-	4.158.744
Suprimento de energia elétrica (31.2)	3.443.255	(294.349)	-	(63.090)	-	3.085.816
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	4.212.679	(392.872)	(1.025.540)	(1.076.916)	-	1.717.351
Receita de construção	823.678	-	-	-	-	823.678
Telecomunicações	201.916	(9.481)	(37.128)	-	(1.624)	153.683
Distribuição de gás canalizado	531.204	(48.812)	(80.872)	-	-	401.520
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	979.343	-	-	-	-	979.343
Outras receitas operacionais (31.4)	86.016	(13.255)	-	-	(1.768)	70.993
	<b>18.430.580</b>	<b>(1.513.786)</b>	<b>(3.156.896)</b>	<b>(2.365.378)</b>	<b>(3.392)</b>	<b>11.391.128</b>

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (31.5)	ISSQN	Receita líquida
						1º.07.2015 a 30.09.2015
Fornecimento de energia elétrica (31.1)	3.051.640	(282.599)	(766.050)	(593.405)	-	1.409.586
Suprimento de energia elétrica (31.2)	854.784	(77.323)	-	(26.271)	-	751.190
Disponibilidade da rede elétrica (31.3)	1.547.215	(145.316)	(383.984)	(376.301)	-	641.614
Receita de construção	282.484	-	-	-	-	282.484
Telecomunicações	71.494	(2.756)	(13.440)	-	(520)	54.778
Distribuição de gás canalizado	190.235	(17.472)	(31.920)	-	-	140.843
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	(59.678)	-	-	-	-	(59.678)
Outras receitas operacionais (31.4)	29.214	(4.254)	-	-	(589)	24.371
	<b>5.967.388</b>	<b>(529.720)</b>	<b>(1.195.394)</b>	<b>(995.977)</b>	<b>(1.109)</b>	<b>3.245.188</b>

### 31.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Residencial	2.514.911	2.564.851	1.372.447	1.304.507
Industrial	2.414.604	2.789.444	1.417.199	1.489.916
Comercial, serviços e outras atividades	1.661.098	1.804.103	820.949	830.411
Rural	404.959	395.261	228.392	252.239
Poder público	183.791	188.972	107.929	103.210
Iluminação pública	178.736	192.403	90.025	88.211
Serviço público	220.165	217.455	94.033	90.250
	<b>7.578.264</b>	<b>8.152.489</b>	<b>4.130.974</b>	<b>4.158.744</b>

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
Residencial	664.474	944.686	360.588	433.054
Industrial	644.416	1.052.832	382.252	516.301
Comercial, serviços e outras atividades	409.277	669.295	198.193	276.438
Rural	95.647	148.653	53.351	83.030
Poder público	48.059	73.832	27.876	37.653
Iluminação pública	48.661	76.342	24.357	31.815
Serviço público	60.305	86.000	24.681	31.295
	<b>1.970.839</b>	<b>3.051.640</b>	<b>1.071.298</b>	<b>1.409.586</b>

### 31.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	30.09.2016	30.09.2015
Contratos bilaterais	1.006.160	877.526
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	549.885	2.029.716
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	519.419	528.329
Receita de juros efetivos - bônus de outorga	77.578	-
Regime de cotas	54.249	7.684
	<b>2.207.291</b>	<b>3.443.255</b>

Consolidado	Receita bruta	
	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
Contratos bilaterais	346.296	300.564
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	196.264	351.952
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	173.559	194.626
Receita de juros efetivos - bônus de outorga	20.683	-
Regime de cotas	18.101	7.642
	<b>754.903</b>	<b>854.784</b>

### 31.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
Residencial	1.570.219	1.412.881	736.398	510.239
Industrial	979.589	920.707	449.711	338.165
Comercial, serviços e outras atividades	1.069.588	995.780	499.959	362.835
Rural	258.340	213.384	180.865	124.399
Poder público	127.074	112.388	70.530	49.581
Iluminação pública	127.737	109.586	59.471	38.569
Serviço público	94.933	79.604	44.179	28.586
Consumidores livres	280.622	210.301	211.202	134.291
Rede básica, de fronteira e de conexão	1.148	951	863	608
Receita de operação e manutenção - O&M	113.351	75.487	104.265	59.140
Receita de juros efetivos	834.556	81.610	791.505	70.938
	<b>5.457.157</b>	<b>4.212.679</b>	<b>3.148.948</b>	<b>1.717.351</b>

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
Residencial	461.498	505.684	221.303	190.935
Industrial	288.429	346.167	127.572	123.976
Comercial, serviços e outras atividades	321.004	366.984	156.166	142.119
Rural	72.460	76.125	53.954	43.948
Poder público	38.931	43.087	22.095	20.065
Iluminação pública	39.610	42.358	18.776	15.622
Serviço público	29.909	30.233	14.318	11.292
Consumidores livres	103.077	87.934	78.520	57.494
Rede básica, de fronteira e de conexão	346	401	264	263
Receita de operação e manutenção - O&M	30.367	22.021	25.488	14.520
Receita de juros efetivos	(207.868)	26.221	(215.053)	21.380
	<b>1.177.763</b>	<b>1.547.215</b>	<b>503.403</b>	<b>641.614</b>

### 31.4 Outras receitas operacionais

Consolidado	Receita bruta	
	30.09.2016	30.09.2015
Arrendamentos e aluguéis (31.4.1)	75.664	64.759
Renda da prestação de serviços	18.110	11.926
Serviço taxado	7.177	6.624
Outras receitas	18.435	2.707
	<b>119.386</b>	<b>86.016</b>

Consolidado	Receita bruta	
	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
Arrendamentos e aluguéis (31.4.1)	26.276	22.032
Renda da prestação de serviços	6.827	3.836
Serviço taxado	2.786	2.345
Outras receitas	11.178	1.001
	<b>47.067</b>	<b>29.214</b>

#### 31.4.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	30.09.2016	30.09.2015
	Equipamentos e estruturas	75.435
Imóveis	186	100
Compartilhamento de instalações	43	547
	<b>75.664</b>	<b>64.759</b>

Consolidado	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
	Equipamentos e estruturas	26.193
Imóveis	71	41
Compartilhamento de instalações	12	52
	<b>26.276</b>	<b>22.032</b>

### 31.5 Encargos do consumidor

<b>Consolidado</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>30.09.2015</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE (31.5.1)	680.290	1.055.366
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia	586.753	-
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	178.152	854.486
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	73.092	93.284
Quota para reserva global de reversão - RGR	31.362	51.797
Taxa de fiscalização	6.776	4.053
Conta de desenvolvimento energético - Conta ACR	-	306.392
	<b>1.556.425</b>	<b>2.365.378</b>

<b>Consolidado</b>	<b>1º.07.2016 a 30.09.2016</b>	<b>1º.07.2015 a 30.09.2015</b>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	187.731	367.944
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia	199.652	-
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária	110	311.990
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	25.645	24.955
Quota para reserva global de reversão - RGR	9.849	29.173
Taxa de fiscalização	2.453	2.161
Conta de desenvolvimento energético - Conta ACR	-	259.754
	<b>425.440</b>	<b>995.977</b>

#### 31.5.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A CDE tem por finalidades principais: compensar os descontos tarifários aplicados às tarifas de uso e de energia para determinados usuários; a universalização do serviço de energia elétrica; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelo sistema elétrico interligado nacional - SIN e compensar as operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões de geração de energia elétrica.

Os recursos da CDE são provenientes, entre outras fontes, das quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final, através de encargo tarifário.

De fevereiro a dezembro de 2014, os recursos da Conta-ACR (Decreto nº 8.221/2014) cobriram total ou parcialmente os custos adicionais de exposição involuntária no mercado de curto prazo e do despacho termoeletrico associado aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada, na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D. Esses recursos minimizaram o impacto financeiro nas distribuidoras ocasionado pelo aumento dos custos de energia. O encargo foi alocado às distribuidoras na proporção do mercado de fornecimento e suprimento e é destinado a amortizar as operações de crédito contratadas pela CCEE, cujo valor considera os custos financeiros e administrativos das operações contratadas.

A Resolução Homologatória Aneel nº 2018, de 02.02.2016, definiu a quota da CDEUse, no valor de R\$ 83.728, e a quota da CDE Energia, no valor de R\$ 18.947, a partir da competência de janeiro de 2016. Entretanto, a partir da competência de junho do mesmo ano, em função da publicação da Resolução Aneel nº 2.077, os valores das quotas da CDE Uso foram alterados para R\$ 71.600. A Resolução Homologatória 1.863/2015 definiu o valor da quota de CDE relativa à Conta-ACR em R\$ 46.638, a partir da competência de junho/2015. A partir da competência de junho de 2016, por meio da Resolução Homologatória 2004/2015, o valor da quota passou para R\$ 49.362. Em 30.09.2016, restam 42 parcelas a serem pagas. Referidas parcelas são atualizadas anualmente, a partir do processo tarifário de cada distribuidora, de acordo com as condições contratadas pela CCEE para cada um dos financiamentos realizados junto às instituições financeiras participantes.

Em decorrência de decisões liminares em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores de Livres - Abrace, e da Associação Nacional dos Consumidores de Energia - Anace e de outras associadas, que questionam judicialmente os componentes tarifários da CDE Uso e Energia, a Aneel, pelas Resoluções Homologatórias 1.967/2015, 1.986/2015 e 2.083/2016, homologou o cálculo tarifário deduzindo estes encargos às associadas daquelas entidades, enquanto vigorar as liminares. Em contrapartida, pela decisão liminar em favor da Abradee, é assegurado às distribuidoras associadas o direito do não repasse, deduzindo da parcela da CDE Uso e CDE Energia os valores não arrecadados em razão dos efeitos das decisões liminares.

As diferenças entre a cobertura tarifária para este encargo e a cota efetivamente paga não impactaram o resultado da Distribuidora representam, desde o início da vigência das liminares até a competência de setembro de 2016, R\$ 56.466 para a CDE Uso e R\$ 5.276 para a CDE Energia, relativo aos valores não faturados decorrentes destas liminares.

### **31.6 Revisão tarifária periódica da Copel Distribuição**

A Aneel homologou o resultado da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 2.096, de 21.06.2016, que autorizou a aplicação de um reajuste médio a ser percebido pelos consumidores de -12,87%, o qual é composto da seguinte forma: -1,73% referentes à inclusão dos componentes financeiros; 4,48% decorrente da atualização da Parcela B; -2,57% referentes ao ajuste da Parcela A; e -13,05% que refletem a retirada dos componentes financeiros do processo tarifário anterior.

O referido reajuste foi aplicado integralmente às tarifas da Copel Distribuição a partir do dia 24.06.2016, iniciando-se em julho de 2016 a amortização dos saldos dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

## 32 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.09.2016
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(3.427.377)	-	-	-	(3.427.377)
Encargos de uso da rede elétrica	(681.554)	-	-	-	(681.554)
Pessoal e administradores (32.2)	(630.181)	(11.920)	(204.412)	-	(846.513)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(144.108)	(1.908)	(46.347)	-	(192.363)
Material	(56.249)	(577)	(6.272)	-	(63.098)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(24.577)	-	-	-	(24.577)
Gás natural e insumos para operação de gás	(264.236)	-	-	-	(264.236)
Serviços de terceiros (32.3)	(270.144)	(39.373)	(93.040)	-	(402.557)
Depreciação e amortização	(499.655)	(26)	(22.298)	(10.129)	(532.108)
Provisões e reversões (32.4)	-	(127.622)	-	(37.345)	(164.967)
Custo de construção (32.5)	(927.025)	-	-	-	(927.025)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(180.350)	6.910	(120.962)	(62.446)	(356.848)
	<b>(7.105.456)</b>	<b>(174.516)</b>	<b>(493.331)</b>	<b>(109.920)</b>	<b>(7.883.223)</b>

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	1º.07.2016 a 30.09.2016
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(1.173.733)	-	-	-	(1.173.733)
Encargos de uso da rede elétrica	(203.878)	-	-	-	(203.878)
Pessoal e administradores (32.2)	(212.373)	(4.138)	(69.499)	-	(286.010)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(50.779)	(608)	(14.948)	-	(66.335)
Material	(16.942)	(283)	(2.229)	-	(19.454)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(6.365)	-	-	-	(6.365)
Gás natural e insumos para operação de gás	(64.471)	-	-	-	(64.471)
Serviços de terceiros (32.3)	(84.725)	(17.027)	(34.448)	-	(136.200)
Depreciação e amortização	(168.051)	(9)	(7.925)	(3.376)	(179.361)
Provisões e reversões (32.4)	-	(33.736)	-	(74.415)	(108.151)
Custo de construção (32.5)	(373.521)	-	-	-	(373.521)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(49.215)	2.872	(51.686)	(12.557)	(110.586)
	<b>(2.404.053)</b>	<b>(52.929)</b>	<b>(180.735)</b>	<b>(90.348)</b>	<b>(2.728.065)</b>

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.09.2015
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(5.015.259)	-	-	-	(5.015.259)
Encargos de uso da rede elétrica	(623.467)	-	-	-	(623.467)
Pessoal e administradores (32.2)	(550.061)	(10.557)	(187.042)	-	(747.660)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(146.528)	(1.748)	(40.333)	-	(188.609)
Material	(50.534)	(543)	(6.722)	-	(57.799)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(188.020)	-	-	-	(188.020)
Gás natural e insumos para operação de gás	(1.054.077)	-	-	-	(1.054.077)
Serviços de terceiros (32.3)	(250.221)	(30.122)	(77.621)	-	(357.964)
Depreciação e amortização	(456.993)	(25)	(41.974)	(4.363)	(503.355)
Provisões e reversões (32.4)	-	(188.110)	-	(309.029)	(497.139)
Custo de construção (32.5)	(864.340)	-	-	-	(864.340)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(30.740)	3.030	(91.826)	(200.882)	(320.418)
	<b>(9.230.240)</b>	<b>(228.075)</b>	<b>(445.518)</b>	<b>(514.274)</b>	<b>(10.418.107)</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Custos operacionais</b>	<b>Despesas com vendas</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>1º.07.2015 a 30.09.2015</b>
Energia elétrica comprada para revenda (32.1)	(1.447.889)	-	-	-	(1.447.889)
Encargos de uso da rede elétrica	(216.759)	-	-	-	(216.759)
Pessoal e administradores (32.2)	(187.073)	(3.773)	(63.044)	-	(253.890)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(49.246)	(605)	(12.860)	-	(62.711)
Material	(16.758)	(196)	(2.619)	-	(19.573)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(54.966)	-	-	-	(54.966)
Gás natural e insumos para operação de gás	(298.099)	-	-	-	(298.099)
Serviços de terceiros (32.3)	(87.207)	(8.993)	(28.173)	-	(124.373)
Depreciação e amortização	(160.665)	(8)	(15.373)	(2.199)	(178.245)
Provisões e reversões (32.4)	-	(29.545)	-	(63.902)	(93.447)
Custo de construção (32.5)	(302.261)	-	-	-	(302.261)
Outros custos e despesas operacionais (32.6)	(15.233)	1.050	(39.762)	(77.205)	(131.150)
	<b>(2.836.156)</b>	<b>(42.070)</b>	<b>(161.831)</b>	<b>(143.306)</b>	<b>(3.183.363)</b>

<b>Controladora</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>30.09.2016</b>
Pessoal e administradores (32.2)	(21.992)	-	(21.992)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(4.170)	-	(4.170)
Material	(473)	-	(473)
Serviços de terceiros	(17.165)	-	(17.165)
Depreciação e amortização	(33)	(840)	(873)
Provisões e reversões (32.4)	-	176.407	176.407
Outras receitas (despesas) operacionais	(29.865)	1.384	(28.481)
	<b>(73.698)</b>	<b>176.951</b>	<b>103.253</b>

<b>Controladora</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>1º.07.2016 a 30.09.2016</b>
Pessoal e administradores (32.2)	(6.056)	-	(6.056)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	1.235	-	1.235
Material	(289)	-	(289)
Serviços de terceiros	(9.220)	-	(9.220)
Depreciação e amortização	(17)	(279)	(296)
Provisões e reversões (32.4)	-	(2.740)	(2.740)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.568)	945	(9.623)
	<b>(24.915)</b>	<b>(2.074)</b>	<b>(26.989)</b>

<b>Controladora</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>30.09.2015</b>
Pessoal e administradores (32.2)	(49.349)	-	(49.349)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(6.099)	-	(6.099)
Material	(416)	-	(416)
Serviços de terceiros	(9.035)	-	(9.035)
Depreciação e amortização	(1)	(4.363)	(4.364)
Provisões e reversões (32.4)	-	(20.283)	(20.283)
Outras receitas (despesas) operacionais	(18.422)	(1.327)	(19.749)
	<b>(83.322)</b>	<b>(25.973)</b>	<b>(109.295)</b>

<b>Controladora</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>Outras receitas (despesas), líquidas</b>	<b>1º.07.2015 a 30.09.2015</b>
Pessoal e administradores (32.2)	(16.770)	-	(16.770)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 24)	(2.111)	-	(2.111)
Material	(147)	-	(147)
Serviços de terceiros	(3.806)	-	(3.806)
Depreciação e amortização	(1)	(2.199)	(2.200)
Provisões e reversões (32.4)	-	(1.334)	(1.334)
Outras receitas (despesas) operacionais	(11.430)	29	(11.401)
	<b>(34.265)</b>	<b>(3.504)</b>	<b>(37.769)</b>

### 32.1 Energia elétrica comprada para revenda

<b>Consolidado</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>30.09.2015</b>
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.370.744	2.990.471
Itaipu Binacional	838.673	1.218.837
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	347.122	1.060.134
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	182.374	133.660
Contratos bilaterais	13.691	26.688
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(325.227)	(414.531)
	<b>3.427.377</b>	<b>5.015.259</b>

<b>Consolidado</b>	<b>1º.07.2016 a 30.09.2016</b>	<b>1º.07.2015 a 30.09.2015</b>
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	830.208	821.588
Itaipu Binacional	260.139	491.764
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	126.169	213.530
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	61.173	44.410
Contratos bilaterais	5.261	3.786
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(109.217)	(127.189)
	<b>1.173.733</b>	<b>1.447.889</b>

### 32.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	11.205	29.443	518.676	469.497
Encargos sociais	4.023	10.745	185.930	162.643
Auxílio alimentação e educação	860	2.674	74.091	66.673
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	345	985	34.301	28.437
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	15.726	3.945
	<b>16.433</b>	<b>43.847</b>	<b>828.724</b>	<b>731.195</b>
<b>Administradores</b>				
Honorários	4.392	4.369	14.130	13.138
Encargos sociais	1.123	1.112	3.488	3.203
Outros gastos	44	21	171	124
	<b>5.559</b>	<b>5.502</b>	<b>17.789</b>	<b>16.465</b>
	<b>21.992</b>	<b>49.349</b>	<b>846.513</b>	<b>747.660</b>

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2016	1º.07.2015	1º.07.2016	1º.07.2015
	a 30.09.2016	a 30.09.2015	a 30.09.2016	a 30.09.2015
<b>Pessoal</b>				
Remunerações	2.868	10.335	173.444	160.289
Encargos sociais	1.021	3.822	61.876	56.076
Auxílio alimentação e educação	209	945	24.517	22.437
Participação nos lucros e/ou resultados	88	(269)	11.518	8.473
Provisão para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	8.627	904
	<b>4.186</b>	<b>14.833</b>	<b>279.982</b>	<b>248.179</b>
<b>Administradores</b>				
Honorários	1.454	1.622	4.790	4.637
Encargos sociais	372	394	1.158	1.126
Outros gastos	44	(79)	80	(52)
	<b>1.870</b>	<b>1.937</b>	<b>6.028</b>	<b>5.711</b>
	<b>6.056</b>	<b>16.770</b>	<b>286.010</b>	<b>253.890</b>

### 32.3 Serviços de terceiros

Consolidado	30.09.2016	30.09.2015
Manutenção do sistema elétrico	112.507	97.602
Manutenção de instalações	67.613	65.503
Comunicação, processamento e transmissão de dados	41.716	49.873
Leitura e entrega de faturas	39.237	33.119
Agentes autorizados e credenciados	29.937	24.828
Consultoria e auditoria	30.116	12.057
Atendimento a consumidor	15.791	15.299
Outros serviços	65.640	59.683
	<b>402.557</b>	<b>357.964</b>

Consolidado	1º.07.2016	1º.07.2015
	a 30.09.2016	a 30.09.2015
Manutenção do sistema elétrico	28.560	35.213
Manutenção de instalações	22.844	22.707
Comunicação, processamento e transmissão de dados	13.464	26.342
Leitura e entrega de faturas	14.580	11.738
Agentes autorizados e credenciados	12.478	7.562
Consultoria e auditoria	16.561	(1.407)
Atendimento a consumidor	5.302	5.902
Outros serviços	22.411	16.316
	<b>136.200</b>	<b>124.373</b>

### 32.4 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	127.622	188.110
Provisão (reversão) para litígios	(176.407)	16.324	23.113	307.783
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (NE nº 18.5.2)	-	-	14.462	-
Provisão (reversão) para perdas de créditos tributários	-	-	(230)	1.246
Provisão para passivo a descoberto em controladas	-	3.959	-	-
	<b>(176.407)</b>	<b>20.283</b>	<b>164.967</b>	<b>497.139</b>

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2016	1º.07.2015	1º.07.2016	1º.07.2015
	a 30.09.2016	a 30.09.2015	a 30.09.2016	a 30.09.2015
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	33.736	29.545
Provisão para litígios	2.740	1.543	60.529	61.398
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	14.462	-
Provisão (reversão) para perdas de créditos tributários	-	-	(576)	2.504
Reversão de provisão para passivo a descoberto em controladas	-	(209)	-	-
	<b>2.740</b>	<b>1.334</b>	<b>108.151</b>	<b>93.447</b>

### 32.5 Custo de construção

Consolidado	30.09.2016	30.09.2015
Material	462.235	402.418
Serviços de terceiros	352.275	360.028
Pessoal	93.164	67.337
Outros	19.351	34.557
	<b>927.025</b>	<b>864.340</b>

Consolidado	1º.07.2016	1º.07.2015
	a 30.09.2016	a 30.09.2015
Material	182.707	146.770
Serviços de terceiros	149.891	124.239
Pessoal	33.473	23.461
Outros	7.450	7.791
	<b>373.521</b>	<b>302.261</b>

### 32.6 Outros custos e despesas operacionais

<b>Consolidado</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>30.09.2015</b>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	140.670	110.953
Indenizações	43.851	32.958
Propaganda e publicidade	30.014	17.795
Arrendamentos e aluguéis (32.6.1)	27.261	24.533
Perdas na desativação e alienação de bens	25.443	55.407
Tributos	23.132	22.985
Outros custos e despesas, líquidos	66.477	55.787
	<b>356.848</b>	<b>320.418</b>

<b>Consolidado</b>	<b>1º.07.2016</b>	<b>1º.07.2015</b>
	<b>a 30.09.2016</b>	<b>a 30.09.2015</b>
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	46.470	39.758
Indenizações	21.945	10.630
Propaganda e publicidade	10.957	9.337
Arrendamentos e aluguéis (32.6.1)	11.005	9.610
Perdas na desativação e alienação de bens	8.761	29.321
Tributos	7.472	6.273
Outros custos e despesas, líquidos	3.976	26.221
	<b>110.586</b>	<b>131.150</b>

#### 32.6.1 Arrendamentos e aluguéis

<b>Consolidado</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>30.09.2015</b>
Imóveis	23.131	19.472
Outros	5.173	6.002
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.043)	(941)
	<b>27.261</b>	<b>24.533</b>

<b>Consolidado</b>	<b>1º.07.2016</b>	<b>1º.07.2015</b>
	<b>a 30.09.2016</b>	<b>a 30.09.2015</b>
Imóveis	8.969	7.007
Outros	2.496	2.988
(-) Créditos de PIS e Cofins	(460)	(385)
	<b>11.005</b>	<b>9.610</b>

### 33 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	30.09.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	177.975	117.636
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	148.036	151.428	148.036	151.428
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.492	954	139.843	101.903
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	-	-	129.311	135.956
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	36.284	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.3)	-	-	27.733	89.809
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	16	13	10.297	12.657
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	1.115	1.637
Remuneração sobre contas a receber vinculadas à indenização da concessão	-	-	-	96.900
Outras receitas financeiras	120.583	19.433	153.603	40.800
	<b>271.127</b>	<b>171.828</b>	<b>824.197</b>	<b>748.726</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	218.680	198.969	785.652	447.644
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	73.634	68.748
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 26.2)	-	-	30.968	24.647
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 9.3)	-	-	18.204	-
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	11.708	-
Variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8.1)	5.235	-	5.235	-
Outras despesas financeiras	1.320	4.054	141.381	53.434
	<b>225.235</b>	<b>203.023</b>	<b>1.066.782</b>	<b>594.473</b>
<b>Líquido</b>	<b>45.892</b>	<b>(31.195)</b>	<b>(242.585)</b>	<b>154.253</b>

	Controladora		Consolidado	
	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015	1º.07.2016 a 30.09.2016	1º.07.2015 a 30.09.2015
<b>Receitas financeiras</b>				
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	61.402	44.318
Juros e variação monetária sobre repasse CRC	27.549	52.462	27.549	52.462
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	271	318	49.902	44.878
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	6.916	42.868
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	5.694	-
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	-	11.667
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	6	5	3.645	3.938
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão	-	-	37	250
Remuneração sobre contas a receber vinculadas à indenização da concessão	-	-	-	6.988
Outras receitas financeiras	4.940	8.035	8.863	12.846
	<b>32.766</b>	<b>60.820</b>	<b>164.008</b>	<b>220.215</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	74.992	76.028	288.445	177.271
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	15.983	21.806
Juros sobre P&D e PEE	-	-	10.994	9.477
Remuneração de ativos e passivos setoriais	-	-	(2.144)	-
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	1.129	-
Variação monetária sobre repasse CRC	5.235	-	5.235	-
Outras despesas financeiras	196	3.003	56.838	18.922
	<b>80.423</b>	<b>79.031</b>	<b>376.480</b>	<b>227.476</b>
<b>Líquido</b>	<b>(47.657)</b>	<b>(18.211)</b>	<b>(212.472)</b>	<b>(7.261)</b>

## 34 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

### 34.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

Nos primeiros nove meses de 2016, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como, todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional.

Não foram identificados nenhum cliente na Companhia e de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total dos primeiros nove meses de 2016.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas no resumo das principais práticas contábeis e as operações intersegmentos são realizadas como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

#### **34.2 Segmentos reportáveis da Companhia**

**Geração e transmissão de energia elétrica (GET)** - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada.

**Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS)** - tem como atribuição distribuir e comercializar energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

**Telecomunicações (TEL)** - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral;

**Gás** - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado; e

**Holding (HOL)** - tem como atribuição a participação em outras empresas.

### 34.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO 30.09.2016	Energia elétrica		TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
	GET	DIS					
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>16.194.656</b>	<b>9.754.233</b>	<b>802.572</b>	<b>498.190</b>	<b>3.482.828</b>	<b>(234.896)</b>	<b>30.497.583</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.034.666</b>	<b>2.532.912</b>	<b>79.793</b>	<b>107.267</b>	<b>637.213</b>	<b>(509.958)</b>	<b>4.881.893</b>
Caixa e equivalentes de caixa	967.110	307.973	6.827	35.003	100.793	-	1.417.706
Títulos e valores mobiliários	335.837	-	-	-	1.387	-	337.224
Cauções e depósitos vinculados	-	1.329	-	216	127	-	1.672
Clientes	500.383	1.757.882	41.096	57.712	867	(59.255)	2.298.685
Dividendos a receber	30.791	-	-	-	408.548	(411.543)	27.796
Contas a receber vinculadas à concessão	17.585	-	-	-	-	-	17.585
Outros créditos	103.272	209.443	4.091	10.768	12.579	(4.003)	336.150
Estoques	27.022	98.252	11.634	2.056	-	-	138.964
Imposto de renda e contribuição social	7.470	61.270	11.128	530	59.410	-	139.808
Outros tributos a recuperar	22.496	53.447	4.970	422	327	-	81.662
Despesas antecipadas	20.952	19.614	-	560	-	-	41.126
Partes relacionadas	1.748	23.702	47	-	53.175	(35.157)	43.515
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>14.159.990</b>	<b>7.221.321</b>	<b>722.779</b>	<b>390.923</b>	<b>2.845.615</b>	<b>275.062</b>	<b>25.615.690</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.377.002</b>	<b>1.818.583</b>	<b>70.741</b>	<b>87.136</b>	<b>2.054.202</b>	<b>(131.357)</b>	<b>7.276.307</b>
Títulos e valores mobiliários	140.509	1.421	-	6.495	40.816	-	189.241
Cauções e depósitos vinculados	-	77.101	-	-	-	-	77.101
Clientes	474	66.440	36.407	-	-	-	103.321
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	-	-	-	1.476.618	-	1.476.618
Depósitos judiciais	75.584	386.200	9.190	36.832	84.553	-	592.359
Contas a receber vinculadas à concessão	2.913.806	587.484	-	19.183	-	-	3.520.473
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	59.339	-	-	-	-	-	59.339
Outros créditos	15.932	25.835	81	1.860	-	-	43.708
Imposto de renda e contribuição social	600	15.859	-	-	149.212	-	165.671
Outros tributos a recuperar	72.528	47.435	8.340	-	15	-	128.318
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.399	610.808	16.723	22.613	46.582	-	723.125
Despesas antecipadas	29.314	-	-	153	-	-	29.467
Partes relacionadas	42.517	-	-	-	256.406	(131.357)	167.566
<b>Investimentos</b>	<b>2.004.223</b>	<b>1.374</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>745.075</b>	<b>-</b>	<b>2.750.672</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>8.493.174</b>	<b>-</b>	<b>633.766</b>	<b>-</b>	<b>42.566</b>	<b>-</b>	<b>9.169.506</b>
<b>Intangível</b>	<b>285.591</b>	<b>5.401.364</b>	<b>18.272</b>	<b>303.787</b>	<b>3.772</b>	<b>406.419</b>	<b>6.419.205</b>

### 34.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO 30.09.2016	Energia elétrica		TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
	GET	DIS					
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>16.194.656</b>	<b>9.754.233</b>	<b>802.572</b>	<b>498.190</b>	<b>3.482.828</b>	<b>(234.896)</b>	<b>30.497.583</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.568.661</b>	<b>2.519.112</b>	<b>116.683</b>	<b>98.027</b>	<b>841.313</b>	<b>(511.670)</b>	<b>4.632.126</b>
Obrigações sociais e trabalhistas	62.750	161.027	20.384	8.574	8.596	-	261.331
Partes relacionadas	17.729	2.482	8.259	-	6.688	(35.158)	-
Fornecedores	326.382	828.248	56.258	51.603	7.143	(63.248)	1.206.386
Imposto de renda e contribuição social	86.714	-	2.254	8.081	724	-	97.773
Outras obrigações fiscais	85.246	111.810	6.362	6.774	1.113	-	211.305
Empréstimos e financiamentos	125.682	294.278	5.923	-	421.618	(1.721)	845.780
Debêntures	151.766	561.931	6.245	21.656	391.011	-	1.132.609
Dividendos a pagar	414.357	5.000	8.000	-	3.319	(411.543)	19.133
Benefícios pós-emprego	10.846	30.537	1.653	-	185	-	43.221
Encargos do consumidor a recolher	11.110	133.247	-	-	-	-	144.357
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	51.986	107.566	-	-	-	-	159.552
Contas a pagar vinculadas à concessão	62.033	-	-	-	-	-	62.033
Passivos financeiros setoriais	-	193.402	-	-	-	-	193.402
Outras contas a pagar	162.060	89.584	1.345	1.339	916	-	255.244
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.085.236</b>	<b>2.611.986</b>	<b>232.621</b>	<b>58.166</b>	<b>1.940.684</b>	<b>(672.434)</b>	<b>10.256.259</b>
Partes relacionadas	5.713	-	-	-	579.524	(585.237)	-
Fornecedores	5.923	-	-	-	-	-	5.923
Obrigações fiscais	143.275	87.008	5.360	-	1.886	-	237.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	212.171	-	-	-	-	-	212.171
Empréstimos e financiamentos	2.107.173	503.863	17.485	-	558.909	(87.118)	3.100.312
Debêntures	2.301.929	499.983	170.353	44.677	665.727	-	3.682.669
Benefícios pós-emprego	170.699	403.296	25.291	4.221	12.546	-	616.053
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	82.475	222.408	-	-	-	-	304.883
Contas a pagar vinculadas à concessão	501.965	-	-	-	-	-	501.965
Passivos financeiros setoriais	-	165.205	-	-	-	-	165.205
Outras contas a pagar	46.931	-	-	8.517	9.525	(79)	64.894
Provisões para litígios	506.982	730.223	14.132	751	112.567	-	1.364.655
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.540.759</b>	<b>4.623.135</b>	<b>453.268</b>	<b>341.997</b>	<b>700.831</b>	<b>949.208</b>	<b>15.609.198</b>
Atribuível aos acionistas controladores	8.540.759	4.623.135	453.268	341.997	700.831	624.608	15.284.598
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	324.600	324.600

### 34.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica			TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
	GET		DIS					
	GER	TRA						
<b>30.09.2016</b>								
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.216.589</b>	<b>1.251.011</b>	<b>5.971.695</b>	<b>236.790</b>	<b>432.210</b>	<b>1.440</b>	<b>(434.345)</b>	<b>9.675.390</b>
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	441.614	-	3.688.330	-	-	1.030	-	4.130.974
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	-	2.969	-	-	-	(2.969)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.520.187	-	474.367	-	-	410	-	1.994.964
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	228.239	-	-	-	-	-	(228.239)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	-	895.771	2.253.177	-	-	-	-	3.148.948
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	-	62.780	12.857	-	-	-	(75.637)	-
Receita de construção	-	286.263	629.198	-	19.204	-	-	934.665
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	-	187.349	-	-	-	187.349
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	-	22.858	-	-	(22.858)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	-	369.003	-	-	369.003
Distribuição de gás canalizado entre segmentos	-	-	-	-	43.726	-	(43.726)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	(1.190.132)	-	-	-	-	(1.190.132)
Outras receitas operacionais para terceiros	8.301	-	93.128	(2.087)	277	-	-	99.619
Outras receitas operacionais entre segmentos	18.248	6.197	7.801	28.670	-	-	(60.916)	-
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.175.513)</b>	<b>(398.207)</b>	<b>(6.286.491)</b>	<b>(168.909)</b>	<b>(363.184)</b>	<b>74.663</b>	<b>434.418</b>	<b>(7.883.223)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(73.901)	-	(3.580.004)	-	-	(1.697)	228.225	(3.427.377)
Encargos de uso da rede elétrica	(237.906)	-	(516.545)	-	-	-	72.897	(681.554)
Pessoal e administradores	(132.232)	(65.620)	(519.356)	(66.065)	(25.865)	(37.375)	-	(846.513)
Planos previdenciário e assistencial	(31.504)	(15.956)	(121.732)	(14.037)	(1.983)	(7.151)	-	(192.363)
Material	(9.910)	(3.589)	(46.224)	(1.384)	(1.348)	(643)	-	(63.098)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(68.303)	-	-	-	-	-	43.726	(24.577)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	(264.236)	-	-	(264.236)
Serviços de terceiros	(133.126)	(15.935)	(266.033)	(32.780)	(14.083)	(22.342)	81.742	(402.557)
Depreciação e amortização	(280.352)	(2.021)	(205.149)	(25.492)	(18.215)	(879)	-	(532.108)
Provisão (reversão) para litígios	(16.514)	(7.460)	(169.384)	(6.062)	(74)	176.381	-	(23.113)
Outras provisões e reversões	(15.927)	(759)	(122.050)	(1.732)	(1.385)	(73)	72	(141.854)
Custo de construção	-	(278.623)	(629.198)	-	(19.204)	-	-	(927.025)
Outros custos e despesas operacionais	(175.838)	(8.244)	(110.816)	(21.357)	(16.791)	(31.558)	7.756	(356.848)
<b>RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>-</b>	<b>93.005</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80.863</b>	<b>-</b>	<b>173.868</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>	<b>1.041.076</b>	<b>945.809</b>	<b>(314.796)</b>	<b>67.881</b>	<b>69.026</b>	<b>156.966</b>	<b>73</b>	<b>1.966.035</b>
Receitas financeiras	89.297	12.558	423.112	11.150	10.839	278.737	(1.496)	824.197
Despesas financeiras	(430.479)	(106.290)	(275.465)	(21.524)	(8.450)	(226.070)	1.496	(1.066.782)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>699.894</b>	<b>852.077</b>	<b>(167.149)</b>	<b>57.507</b>	<b>71.415</b>	<b>209.633</b>	<b>73</b>	<b>1.723.450</b>
Imposto de renda e contribuição social	(243.578)	(258.331)	(62.863)	(18.912)	(25.139)	(57.014)	-	(665.837)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>456.316</b>	<b>593.746</b>	<b>(230.012)</b>	<b>38.595</b>	<b>46.276</b>	<b>152.619</b>	<b>73</b>	<b>1.057.613</b>

### 34.6 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

30.09.2016	GET		DIS	TEL	GÁS	HOL	Consolidado
	GER	TRA					
<b>Imobilizado</b>							
Adições	806.276	-	-	144.966	-	191	951.433
<b>Intangível</b>							
Adições	21	2.427	656.269	3.837	19.963	542	683.059

## 35 Instrumentos Financeiros

### 35.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	30.09.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	1.417.706	1.417.706	1.480.727	1.480.727
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	3.030	3.030	2.565	2.565
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	328.814	328.814	333.649	333.649
			<b>1.749.550</b>	<b>1.749.550</b>	<b>1.816.941</b>	<b>1.816.941</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caução STN (c)	22.1		77.101	43.670	86.137	51.414
Cauções e depósitos vinculados (a)			1.672	1.672	2.000	2.000
Clientes (a)	7		2.402.006	2.402.006	3.107.889	3.107.889
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8		1.476.618	1.523.568	1.383.242	1.343.497
Ativos financeiros setoriais (a)	9		-	-	1.045.662	1.045.662
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	10		2.361.848	2.361.848	943.473	943.473
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (f)	10		588.726	675.407	-	-
Estado do Paraná - Programas do Governo (a)	15.1		187.048	187.048	187.048	187.048
			<b>7.095.019</b>	<b>7.195.219</b>	<b>6.755.451</b>	<b>6.680.983</b>
<b>Disponíveis para venda</b>						
Contas a receber vinculadas à concessão (g)	10	3	587.484	587.484	424.140	424.140
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (h)	11	3	59.339	59.339	219.556	219.556
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	1.542	1.542	2.728	2.728
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	193.079	193.079	158.449	158.449
Outros investimentos (i)	17	1	18.196	18.196	17.626	17.626
			<b>859.640</b>	<b>859.640</b>	<b>822.499</b>	<b>822.499</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>9.704.209</b>	<b>9.804.409</b>	<b>9.394.891</b>	<b>9.320.423</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Outros passivos financeiros</b>						
Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil (c)	13.3		174.295	155.551	193.739	171.119
Fornecedores (a)	21		1.212.309	1.212.309	1.619.049	1.619.049
Empréstimos e financiamentos (c)	22		3.946.092	3.497.161	4.077.060	3.539.257
Debêntures (j)	23		4.815.278	4.815.278	3.683.928	3.683.928
Benefícios pós-emprego (k)	24		659.274	659.274	594.660	594.660
Passivos financeiros setoriais (a)	9		358.607	358.607	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão (l)	27		563.998	683.598	535.665	651.403
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>11.729.853</b>	<b>11.381.778</b>	<b>10.704.101</b>	<b>10.259.416</b>

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

**Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

**Nível 3:** obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

#### Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.

- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 124% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- d) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, a NTN-B Principal com vencimento em 15.08.2024, que paga em torno de 5,90% a.a. mais IPCA.
- e) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 4.3.10 das demonstrações financeiras de 31.12.2015, concessão de transmissão e NE nº 10.3.
- f) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%), melhor taxa para utilizar como referência de mercado para este direito.
- g) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 4.3.10 das demonstrações financeiras de 31.12.2015, concessão de distribuição. A mutação ocorrida nos primeiros nove meses de 2016 está demonstrada a seguir:

<b>Em 1º.01.2016</b>	<b>424.140</b>
Transferências para o intangível - prorrogação da concessão de distribuição	2.230
Capitalizações do intangível em curso	32.792
Variação monetária	128.377
Baixas	(55)
<b>Em 30.09.2016</b>	<b>587.484</b>

- h) Os ativos de geração têm valores justos equivalentes aos valores contábeis, conforme NE nº 11.
- i) Calculado conforme cotações de preços publicadas em mercado ativo.
- j) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 30.09.2016, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.
- k) Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 4.9 das demonstrações financeiras de 31.12.2015.
- l) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 7,74% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

### 35.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 35.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

<b>Consolidado</b>		
<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.417.706	1.480.727
Títulos e valores mobiliários (a)	526.465	497.391
Cauções e depósitos vinculados (a)	78.773	88.137
Clientes (b)	2.402.006	3.107.889
Repasso CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.476.618	1.383.242
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	3.538.058	1.367.613
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão (e)	59.339	219.556
Estado do Paraná - Programas do Governo (f)	187.048	187.048
	<b>9.686.013</b>	<b>9.377.265</b>

- a)** A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R\$ 200.
- Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.
- c)** A Administração considera o risco deste crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos provenientes de dividendos.
- d)** A Administração considera bastante reduzido o risco deste, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.

Para o valor relativo aos ativos RBSE existentes em 31.05.2000, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR. Tendo em vista que em 20.04.2016, por meio da Portaria MME nº 120, o Poder Concedente definiu a forma e prazo de recebimento desta ativo (ainda a ser regulamentada pela Aneel), a Administração considera como reduzido o risco de crédito.

- e) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. Apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado a forma do pagamento da remuneração dos ativos e de existirem incertezas quanto a homologação dos investimentos realizados, a expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados em 30.09.2016.
- f) A Administração considera bastante reduzido o risco deste crédito uma vez que tratam-se de programas específicos junto ao Governo do Estado, a destacar o Programa Luz Fraterna (NE nº 36.a).

#### 35.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2018, repetem-se os indicadores de 2017 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
<b>30.09.2016</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	31.087	148.094	1.091.318	2.440.247	1.548.446	5.259.192
Debêntures	NE nº 23	590.136	104.751	844.548	4.261.001	626.123	6.426.559
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	5.522	11.052	49.900	302.425	2.021.366	2.390.265
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	165.317	801.694	4.495.703	2.661.015	8.123.729
Outros fornecedores	-	847.686	160.459	69.407	132.827	1.930	1.212.309
Obrigações de compra Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil	IGP-M e IPCA	-	1.530.002	3.411.449	19.634.774	103.262.808	127.839.033
Benefícios pós-emprego	Selic	4.100	8.311	39.041	147.582	-	199.034
	8,94%	38.097	76.193	342.870	1.709.345	4.684.336	6.850.841
		<b>1.516.628</b>	<b>2.204.179</b>	<b>6.650.227</b>	<b>33.123.904</b>	<b>114.806.024</b>	<b>158.300.962</b>
<b>31.12.2015</b>							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 22	78.969	86.071	473.032	3.546.135	2.023.379	6.207.586
Debêntures	NE nº 23	6.277	13.735	1.313.062	3.485.797	205.515	5.024.386
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.978	9.958	46.687	287.316	2.001.514	2.350.453
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	210.867	988.015	5.774.563	5.047.764	12.021.209
Outros fornecedores	-	1.138.130	228.200	230.316	22.403	-	1.619.049
Obrigações de compra Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil	IGP-M e IPCA	-	1.278.480	3.629.110	21.371.882	112.292.091	138.571.563
Benefícios pós-emprego	Selic	3.764	7.641	36.228	191.659	-	239.292
	8,94%	38.097	76.193	342.870	1.709.345	4.684.336	6.850.841
		<b>1.270.215</b>	<b>1.911.145</b>	<b>7.059.320</b>	<b>36.389.100</b>	<b>126.254.599</b>	<b>172.884.379</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nº 22.5 e 23.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

### 35.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado na próxima revisão tarifário da Copel Distribuição.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagás computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Compagás mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

#### **Análise de sensibilidade do risco cambial**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 3,25) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2016 do Relatório Focus do Bacen de 07.10.2016. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

<b>Risco cambial</b>	<b>Risco</b>	<b>Base 30.09.2016</b>	<b>Cenários projetados - dez.2016</b>		
			<b>Provável</b>	<b>Adverso</b>	<b>Remoto</b>
<b>Ativos financeiros</b>					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	77.101	90	(19.208)	(38.505)
		<b>77.101</b>	<b>90</b>	<b>(19.208)</b>	<b>(38.505)</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	(88.839)	(104)	(22.340)	(44.575)
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	(173.984)	(204)	(43.751)	(87.297)
Petrobras (aquisição de gás pela Compagás)	Alta do dólar	(47.745)	(56)	(12.006)	(23.956)
		<b>(310.568)</b>	<b>(364)</b>	<b>(78.097)</b>	<b>(155.828)</b>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

#### **b) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 13,75%, IPCA – 7,04%, IGP-DI – 7,59%, IGP-M – 7,91% e TJLP – 7,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2016 do Relatório Focus do Bacen de 07.10.2016.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 30.09.2016	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	526.465	16.955	12.864	8.688
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	1.672	54	40	28
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.476.618	27.255	20.580	13.814
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	3.538.058	60.690	45.805	30.732
Contas a receber vinculadas à indenização da concessão	Indefinido (a)	59.339	-	-	-
Estado do Paraná - Programas do Governo	Sem Risco	187.048	-	-	-
		<b>5.789.200</b>	<b>104.954</b>	<b>79.289</b>	<b>53.262</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(1.433.900)	(46.935)	(57.998)	(68.820)
Eletrobrás - RGR	Sem Risco (b)	(52.936)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem Risco (b)	(5.549)	-	-	-
Finep	Alta TJLP	(23.408)	(427)	(530)	(632)
BNDES	Alta TJLP	(1.650.223)	(30.108)	(37.387)	(44.574)
Notas promissórias	Alta CDI	(560.111)	(18.334)	(22.655)	(26.883)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(131.126)	(2.392)	(2.971)	(3.542)
Debêntures	Alta CDI	(4.596.072)	(150.441)	(185.901)	(220.590)
Debêntures - CTE	Alta IPCA	(176.598)	(3.029)	(3.763)	(4.488)
Debêntures - Compagás	Alta TJLP	(42.608)	(777)	(965)	(1.151)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(358.607)	(11.738)	(14.505)	(17.211)
Parcelamento junto a Receita Federal do Brasil	Alta Selic	(174.295)	(5.705)	(7.050)	(8.365)
		<b>(9.205.433)</b>	<b>(269.886)</b>	<b>(333.725)</b>	<b>(396.256)</b>

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

(b) Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

#### 35.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Risco de déficit de energia elétrica, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto a ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas.

Os períodos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas, elevando o risco de desabastecimento de energia.

Nos últimos anos, as principais bacias hidrográficas do País, onde estão localizados os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste enfrentaram situações climáticas adversas, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento à carga.

O acompanhamento periódico realizado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE aponta equilíbrio estrutural entre demanda e oferta de energia, mantendo os índices de risco no curto prazo dentro margem de segurança. O mesmo posicionamento é adotado pelo ONS em relação ao risco de déficit no médio prazo, conforme apresentado no Plano da Operação Energética 2016-2020 - PEN 2016.

Embora os estoques armazenados nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos reguladores, quando combinadas com outras variáveis, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) para o ano de 2016 em todos os subsistemas.

#### 35.2.5 Risco de não prorrogação das concessões

Em um horizonte dos próximos cinco anos, ou seja até 2020, a Copel Geração e Transmissão deverá se manifestar pela prorrogação ou não das concessões de geração da UTE Figueira, UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) e UHE São Jorge até 26.03.2017, 17.09.2018 e 03.12.2019, respectivamente. Essas usinas representam uma Garantia Física de 587,8 MW médio.

Atualmente, a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei nº 9.074/1995 é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013. Segundo esta lei, a prorrogação é facultada à aceitação expressa das condições daquela Lei, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; ii) alteração da remuneração de preço para tarifa calculada pela Aneel para cada usina; iii) alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição; iv) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel; e, v) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão.

As concessões de geração de energia hidrelétrica, transmissão e distribuição de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. Contudo, para as concessões de geração de energia termelétrica, o prazo de prorrogação ficou limitado a até 20 anos.

O atual regramento regulatório também define que a concessionária tem um prazo de antecedência para solicitar a prorrogação da concessão de até 60 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica, transmissão e distribuição de energia elétrica e de 24 meses para as usinas de geração termelétricas.

Também é definido que, se o concessionário optar pela prorrogação da concessão, o Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou receita inicial.

A Companhia procederá futuras análises para a tomada de decisão em optar ou não pela prorrogação das concessões das usinas, frente as condições impostas pelo Poder Concedente, visando a preservação de seus níveis de rentabilidade.

No caso de não antecipação da prorrogação, o Poder Concedente licitará as concessões na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos, considerando no julgamento da licitação o menor valor de tarifa e a maior oferta de pagamento da bonificação pela outorga.

Em 2012, a Copel Geração e Transmissão prorrogou o Contrato de Concessão de Transmissão nº 060/2001, estendendo sua principal concessão de transmissão até 03.12.2042.

Recentemente, nos termos do aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição, a concessão foi prorrogada, condicionada à parâmetros de qualidade e eficiência na prestação do serviço de distribuição, mensurados por indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECI e FECi) e a eficiência na gestão econômica e financeira da empresa.

Também foi adquirida, até o ano de 2046, a concessão da UHE Governador Parigot de Souza, com capacidade instalada de 260 MW.

### 35.2.6 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

### 35.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* - Ebitda) consolidado, ajustado dos últimos dozes meses. A meta corporativa estabelecida no planejamento estratégico prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício. Em 30.09.2016, o índice realizado é de 2,42.

#### 35.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015
Empréstimos e financiamentos	980.527	1.031.200	3.946.092	4.077.060
Debêntures	1.056.738	1.016.087	4.815.278	3.683.928
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10.077	25.653	1.417.706	1.480.727
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante)	183	168	337.224	406.274
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.027.005</b>	<b>2.021.466</b>	<b>7.006.440</b>	<b>5.873.987</b>
Patrimônio líquido	15.284.598	14.245.728	15.609.198	14.584.478
<b>Endividamento em relação ao patrimônio líquido</b>	<b>0,13</b>	<b>0,14</b>	<b>0,45</b>	<b>0,40</b>

### 36 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	31.12.2015	30.09.2016	30.09.2015
<b>Controlador</b>						
Estado do Paraná - dividendos	-	-	-	96.691	-	-
Repasso CRC (NE nº 8)	1.476.618	1.383.242	-	-	142.801	151.428
Programa Luz Fraterna (a)	205.333	181.348	-	-	-	-
Obras da Copa do Mundo de 2014 (NE nº 15.1.2)	14.266	14.266	-	-	-	-
Programa Morar Bem Paraná (NE nº 15.1.3)	19.482	19.482	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	508	407	-	-	-	-
Serviços de telecomunicações (c)	45.259	42.634	-	-	22.052	22.571
<b>Entidades com influência significativa</b>						
<b>BNDES e BNDESPAR (d)</b> - dividendos	-	-	-	70.722	-	-
Financiamentos (NE nº 22)	-	-	1.650.223	1.701.758	(117.943)	(83.985)
Debêntures - Compagás (NE nº 23)	-	-	66.333	56.219	(2.883)	(2.259)
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>						
<b>Dominó Holdings</b> - dividendos	5.707	9.067	-	-	-	-
<b>Voltaia São Miguel do Gostoso</b> - mútuo (NE nº 15.3)	24.033	25.237	-	-	2.606	2.349
<b>Costa Oeste Transmissora de Energia</b> - dividendos	-	1.783	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção (e)	71	-	-	-	634	532
Rede básica e conexão (f) (g)	-	-	26	24	(2.294)	(1.829)
<b>Marumbi Transmissora de Energia</b> - dividendos	-	3.101	-	-	-	-
Rede básica (g)	-	-	13	9	(320)	-
Serviços de engenharia (h)	325	-	-	-	3.107	-
<b>Caiuá Transmissora de Energia</b> - dividendos	88	2.634	-	-	-	-
Rede básica e conexão (f) (g)	-	-	169	154	(11.227)	(10.754)
Serviços de engenharia (h)	616	-	-	-	1.450	-
<b>Integração Maranhense Transmissora</b> - dividendos	228	4.476	-	-	-	-
Rede básica (g)	-	-	-	-	(669)	(774)
<b>Transmissora Sul Brasileira</b> - Rede básica (g)	-	-	-	-	(1.154)	(1.196)
<b>Matrinchã Transmissora de Energia</b> - dividendos	8.115	8.115	-	-	-	-
Rede básica (g)	-	-	-	55	(1.154)	-
<b>Paranaíba Transmissora de Energia</b> - Rede básica (g)	-	-	25	-	(283)	-
<b>Guaraciaba Transmissora de Energia</b> - dividendos	3.930	3.930	-	-	-	-
<b>Coligadas</b>						
<b>Dona Francisca Energética S.A. (i)</b>	-	-	1.389	1.304	(12.691)	(26.688)
<b>Foz do Chopim Energética Ltda. (j)</b>	158	-	-	-	1.354	1.430
<b>Sercomtel S.A. Telecomunicações</b>						
Compartilhamento de postes (k)	-	236	-	-	3.060	708
Arrendamentos e serviços de telecomunicações (c)	870	-	-	-	3.452	4.405
<b>Companhia de Saneamento do Paraná</b> - dividendos	9.718	6.202	-	-	-	-
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	3	3	(1.076)	(950)
Serviços de telecomunicações (c)	6	492	-	-	2.335	2.151
<b>Pessoal chave da administração</b>						
Honorários e encargos sociais (NE nº 32.2)	-	-	-	-	(17.789)	(16.465)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	-	-	(944)	(825)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
<b>Fundação Copel</b>						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	341	688	(11.423)	(9.887)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 24)	-	-	659.274	594.660	-	-
Arrendamentos e serviços de telecomunicações (c)	45	44	-	-	222	220
<b>Lactec (l)</b>	58.998	39.421	2.022	938	(10.078)	(8.660)

- a)** O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nº 491/2003 e 17.639/2013, permite ao Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 120 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel Distribuição. Do saldo em 30.09.2016, o valor de R\$ 153.300 (R\$ 153.300, em 31.12.2015) está contabilizado na Controladora, na conta de Partes Relacionadas, conforme NE nº 15.1.1.
- b)** Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos da PCLD, no valor de R\$ 1.036, em 30.09.2016 (R\$ 1.040, em 31.12.2015).
- c)** Serviços de telecomunicações prestados e arrendamentos de equipamentos e infraestrutura, conforme contratos com a Copel Telecomunicações.
- d)** O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,26% das ações preferenciais "B").
- e)** Contrato de operação e manutenção, com vencimento em 26.12.2018, realizados entre a Costa Oeste Transmissora e a Copel Geração e Transmissão.
- f)** A Copel Distribuição mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- g)** A Copel Distribuição mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- h)** Contrato de prestação de serviço de engenharia realizado entre a Copel Geração e Transmissão e as empresas Marumbi Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia.
- i)** Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2025.
- j)** Contratos realizados entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão referentes à prestação de serviços de operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2019 e à conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- k)** Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 28.12.2018.

- I) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a P&D e PEE, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

Os valores decorrentes das atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

### 36.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros de controladas são informados nas NEs nºs 22, 23 e 37.

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel Geração e Transmissão na emissão de financiamentos, de debêntures e de contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 30.09.2016	% participação	Valor aval/fiança
(1) Caiuá Transmissora	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	79.556	49,0	38.982
(2) Costa Oeste Transmissora	Financiamento	30.12.2013	15.11.2028	36.720	31.165	51,0	15.894
(3) Guaraciaba Transmissora	Debêntures	20.06.2013	20.12.2016	400.000	418.358	49,0	204.995
(4) Integração Maranhense	Financiamento	30.12.2013	15.02.2029	142.150	130.911	49,0	64.146
(5) Mata de Santa Genebra	Debêntures	12.09.2014	30.06.2017	469.000	468.914	50,1	234.926
(6) Matrinchá Transmissora	Financiamento	27.12.2013	15.05.2029	691.440	625.754	49,0	306.619
(7) Matrinchá Transmissora	Debêntures	15.05.2016	15.06.2029	180.000	181.119	49,0	88.748
(8) Transmissora Sul Brasileira	Financiamento	12.12.2013	15.07.2028	266.572	230.260	20,0	46.052
(9) Transmissora Sul Brasileira	Debêntures	15.09.2014	15.09.2028	77.550	105.692	20,0	21.138
(10) Paranaíba Transmissora	Financiamento	21.10.2015	15.10.2030	606.241	604.565	24,5	148.118
(11) Marumbi Transmissora	Financiamento	06.10.2014	15.07.2029	55.037	49.436	80,0	39.549
(12) Voltalia São Miguel do Gostoso Part. S.A. (a)	Debêntures	15.01.2016	15.12.2028	57.000	60.213	49,0	29.504
(13) Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	74.000	61.635	49,0	30.201
(14) Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	70.000	61.639	49,0	30.203
(15) Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	74.000	58.259	49,0	28.547
(16) Usina de Energia Eólica São João S.A. (a)	Financiamento	24.08.2015	15.11.2031	68.000	58.739	49,0	28.782

(a) Subsidiária integral da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

**Instituição financeira financiadora:**

BNDES: (1) (2) (4) (6) (8) (11) (13) (14) (15) (16)

**Destinação:**

Programa Investimentos e/ou Capital de Giro.

**Aval / Fiança:**

Prestado pela Copel Geração e Transmissão: (1) (4)

Prestado pela Copel: (2) (3) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (11) (12) (13) (14) (15) (16)

**Garantias da Operação:**

Penhor de ações da Copel Geração e Transmissão proporcional à participação nos empreendimentos: 49% (1) (4) (6) (7);

51% (2); 20% (8) (9); 80% (11)

<b>Seguro Garantia de Fiel Cumprimento Empresa</b>	<b>Término da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>% aval Copel GeT</b>	<b>Valor do aval</b>
Matrinchã Transmissora	30.10.2016	90.000	49,0	44.100
Guaraciaba Transmissora	29.01.2017	47.000	49,0	23.030
Paranaíba Transmissora	02.01.2017	48.000	24,5	11.760
Mata de Santa Genebra	26.05.2018	78.300	50,1	39.228
Cantareira Transmissora	30.11.2018	31.200	49,0	15.288
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu	23.11.2016	54.546	30,0	16.364

### 37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e a data de vigência dos principais seguros estão demonstradas a seguir:

<b>Consolidado</b> <b>Apólice</b>	<b>Término</b> <b>da vigência</b>	<b>Importância</b> <b>segurada</b>
Responsabilidade Civil - Compagás	30.10.2016	4.200
Garantia de Participação - Aneel	11.11.2016	1.309
Garantia de Participação - Aneel	11.11.2016	437
Responsabilidade Civil Geral - Telecomunicações	12.11.2016	2.000
Garantia de Pagamento - Brisa Potiguar	16.11.2016	2.182
Automóveis - Compagás	16.11.2016	valor de mercado
Garantia de Pagamento - São Bento	16.11.2016	627
Riscos Operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	23.11.2016	799.290
Riscos Operacionais - UEG Araucária	30.11.2016	1.170.926
Multirrisco - Compagás	18.12.2016	21.750
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	28.12.2016	672.516
Responsabilidade Civil - Brisa Potiguar	28.12.2016	20.000
Riscos Operacionais - São Bento	28.12.2016	449.928
Responsabilidade Civil - São Bento	28.12.2016	20.000
Garantia de Fiel Cumprimento - CREA - Paraná	31.12.2016	24
Garantia Financeira - Elejor	01.01.2017	4.084
Seguro Aeronáutico (casco e responsabilidade civil)	30.01.2017	97.945
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	01.02.2017	2.890
Garantia de Participação - Aneel	04.02.2017	646
Seguro D&O - Compagás	16.02.2017	5.000
Multirriscos - Elejor	11.03.2017	197.800
Seguro D&O	28.03.2017	81.155
Multirrisco - Compagás	26.04.2017	470
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	01.05.2017	44.319
Riscos Nomeados - Elejor	14.05.2017	1.063
Garantia Judicial	12.07.2017	198
Seguro de Vida - Compagás	31.07.2017	36 x salário do empregado
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.07.2017	12.500
Garantia Judicial	15.08.2017	208
Riscos Nomeados	24.08.2017	2.112.196
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2017	521.931
Transporte Nacional e Internacional - exportação e importação	24.08.2017	apólice por averbação
Riscos Diversos	24.08.2017	1.324
Garantia Judicial - Cível	29.08.2017	2.701
Garantia de Fiel Cumprimento - Ministério da Justiça - Sup. de Polícia Rodoviária	31.08.2017	16
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	30.11.2017	2.450
Garantia Judicial - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	01.03.2018	20.089
Garantia Judicial - Município Cascavel	07.03.2018	91
Garantia Judicial - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	11.05.2018	291.396
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	02.06.2018	6.750
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	14.09.2018	33.532
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.10.2018	37.751
Garantia de Fiel Cumprimento - Agência Nacional de Petróleo - ANP	11.11.2018	59.440
Garantia de Fiel Cumprimento - CREA - Paraná	24.11.2018	19
Garantia de Fiel Cumprimento - Universidade Estadual de Ponta Grossa	31.12.2018	22
Garantia Judicial - 2ª Vara da Fazenda de Curitiba	04.07.2019	136
Garantia Judicial	31.08.2019	225
Garantia Judicial	23.09.2019	324
Garantia Judicial	23.09.2019	270
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	31.01.2020	26.609
Garantia de Fiel Cumprimento - Aneel	29.11.2021	58.060

(a) Os valores das importâncias seguradas de Riscos Operacionais - UEG Araucária e do Seguro D&O foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.09.2016, de R\$ 3,2462.

(b) Os seguros de garantia listadas acima possuem como avalista a Copel, no limite de sua participação em cada empreendimento.

## **38 Evento Subsequente**

### **38.1 2ª Emissão de debêntures da Copel Distribuição**

Em 04.11.2016, a Copel Distribuição concluiu a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação no âmbito da Instrução CVM 476/2009, no montante total de R\$ 500.000.

Foram emitidas 50.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10, com prazo de 3 anos e amortização no segundo e terceiro anos. As debêntures serão remuneradas com juros correspondentes à variação de 124,0% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia. Os recursos captados serão destinados ao pagamento da 1ª parcela de amortização da 1ª emissão de debêntures da Copel Distribuição.

**COMENTÁRIO DO DESEMPENHO NO PERÍODO**  
para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016  
em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## **1 Linhas de Distribuição**

**Redes Compactas** - A Copel Distribuição vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de setembro de 2016, a extensão das redes compactas instaladas era de 8.657 km (7.605 km em setembro de 2015), representando um acréscimo de 1.052 km em doze meses, variação de 13,8%.

**Rede Secundária Isolada** - A Copel Distribuição também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, dificultar o roubo de energia, melhorar as condições do meio ambiente, reduzir as áreas de podas, aumentar a segurança, reduzir a queda de tensão ao longo da rede e aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de setembro de 2016, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 15.890 km (14.362 km em setembro de 2015), representando um incremento de 1.528 nos últimos doze meses, variação de 10,6%.

## 2 Mercado de Energia

**Comportamento do mercado** - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão e parques eólicos nos primeiros nove meses de 2016 foi de 20.864 GWh (18.363 GWh no mesmo período de 2015). O montante de energia comprada por meio de CCEAR (leilão) por parte da Copel Distribuição foi de 10.104 GWh (12.443 GWh no mesmo período de 2015) e de Itaipu foi de 4.461 GWh (4.444 GWh no mesmo período de 2015), conforme demonstrado no fluxo a seguir:

Fluxo de energia (GWh) (a) (b)		janeiro a setembro de 2016	
<b>Geração própria</b>		<b>20.864</b>	<b>48,2%</b>
<b>Energia comprada</b>		<b>22.389</b>	<b>51,8%</b>
CCEAR	10.104		
Itaipu	4.461		
Dona Francisca	106		
Angra	768		
CCGF	5.622		
Elejor	891		
Proinfa	437		
<b>Disponibilidade</b>		<b>43.253</b>	
<b>Mercado Cativo</b>		<b>17.124</b>	<b>39,6%</b>
<b>Concessionárias</b>		<b>485</b>	<b>1,1%</b>
<b>Consumidores livres</b>		<b>2.778</b>	<b>6,4%</b>
<b>Energia suprida</b>		<b>19.937</b>	<b>46,1%</b>
Contratos bilaterais		5.796	
CCEAR		3.421	
CER		268	
CCEE (MCP)		3.645	
MRE		6.807	
<b>Perdas e diferenças</b>		<b>2.929</b>	<b>6,8%</b>
Perdas rede básica		885	
Perdas distribuição		1.805	
Alocação de contratos no CG		239	

(a) Estão incluídos os montantes de energia negociados entre as controladas da Copel.

(b) Valore sujeitos a alterações após fechamento pela CCEE.

CCEAR = Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MCP) = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)

MRE = Mecanismo de Realocação de Energia

CG = Centro de gravidade do Submercado (diferença entre a energia contratada e a recebida no CG - estabelecido em contrato)

Não considera a energia produzida pela UTE Araucária, vendida no mercado de curto prazo (MCP).

**Venda de energia** - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel, aberto entre Copel Distribuição, Copel Geração e Transmissão e parques eólicos:

Classe	Em GWh		
	jan a set 2016	jan a set 2015	Variação
<b>Copel Distribuição</b>			
<b>Mercado cativo</b>	<b>17.124</b>	<b>18.031</b>	<b>-5,0%</b>
Residencial	5.208	5.239	-0,6%
Industrial	4.604	5.172	-11,0%
Comercial	3.862	4.159	-7,1%
Rural	1.654	1.708	-3,2%
Outras	1.796	1.753	2,5%
<b>Concessionárias e permissionária</b>	<b>485</b>	<b>527</b>	<b>-8,0%</b>
<b>CCEE (MCP) (a)</b>	<b>2.250</b>	<b>377</b>	<b>496,8%</b>
<b>Total da Copel Distribuição</b>	<b>19.859</b>	<b>18.935</b>	<b>4,9%</b>
<b>Copel Geração e Transmissão</b>			
CCEAR (Copel Distribuição) (b)	115	170	-32,4%
CCEAR (outras concessionárias) (b)	2.677	3.333	-19,7%
Consumidores livres	2.778	2.963	-6,2%
Contratos bilaterais	5.796	5.085	14,0%
CCEE (MCP)	1.395	1.807	-22,8%
<b>Total da Copel Geração e Transmissão</b>	<b>12.761</b>	<b>13.358</b>	<b>-4,5%</b>
<b>Parques Eólicos</b>			
CCEAR (outras concessionárias) (b)	629	553	13,7%
CER (c)	268	179	49,7%
<b>Total dos Parques Eólicos</b>	<b>897</b>	<b>732</b>	<b>22,5%</b>
<b>Total</b>	<b>33.517</b>	<b>33.025</b>	<b>1,5%</b>

**Observação:** Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia)

(a) CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de curto prazo)

(b) CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

(c) CER: Contrato de Energia de Reserva

**Mercado cativo da Copel Distribuição** - A venda de energia para o mercado cativo da Copel Distribuição totalizou 17.124 GWh entre janeiro a setembro de 2016, redução de 5,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A classe residencial consumiu 5.208 GWh entre janeiro e setembro de 2016, registrando redução de 0,6%, reflexo da forte queda verificada no primeiro trimestre devido ao cenário econômico adverso, à racionalização do uso de energia elétrica no setor residencial e do registro de temperaturas mais amenas comparadas às registradas nos nove primeiros meses de 2015. Até setembro de 2016 essa classe representou 30,4% do mercado cativo, totalizando 3.580.622 consumidores.

A classe industrial apresentou redução de 11,0% no consumo de energia até setembro de 2016, totalizando 4.604 GWh, reflexo da desaceleração da economia e da migração de clientes cativos para o mercado livre. Nesse ano foram 192 clientes que migraram para o mercado livre, o que representa uma redução de 470,7 GWh no volume de energia do mercado cativo. Os setores que mais impactaram na retração do consumo foram: fabricação de papel e celulose, fabricação de produtos de borracha e material plástico, fabricação de produtos alimentícios e indústria automobilística. Em setembro de 2016, a classe industrial totalizava 83.683 consumidores, totalizando 26,9% do mercado cativo da Copel Distribuição.

A classe comercial consumiu 3.862 GWh nos nove primeiros meses de 2016, o que representa uma redução de 7,1% em relação ao mesmo período de 2015, em decorrência, principalmente, da retração no volume de vendas do comércio varejista no Estado, reflexo da crise econômica, da deterioração do mercado de trabalho e da redução da renda da população. Além disso, essa classe também foi afetada pela migração de 124 clientes para o mercado livre nesse ano, que correspondem a 103,8 GWh. Ao final de setembro de 2016 essa classe representava 22,5% do mercado cativo e eram atendidos 380.354 consumidores.

A classe rural apresentou retração de 3,2% no consumo em comparação com os nove primeiros meses de 2015, totalizando 1.654 GWh, refletindo o cenário econômico adverso. Ao final de setembro de 2016, a classe representava 9,7% do mercado cativo da Copel Distribuição e contava com 361.982 consumidores.

As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) totalizaram 1.796 GWh consumidos, crescimento de 2,5% em comparação com o mesmo período de 2015. Em conjunto, essas classes eram equivalentes a 10,5% do mercado cativo, totalizando 57.364 consumidores ao final de setembro de 2016.

**Número de consumidores** - O número de consumidores finais (cativos da Copel Distribuição e consumidores livres da Copel Geração e Transmissão) faturados em setembro de 2016 foi de 4.464.032, representando um crescimento de 1,6% sobre o mesmo mês de 2015.

Classe	set 2016	set 2015	Varição
Residencial	3.580.622	3.501.313	2,3%
Industrial	83.683	89.551	-6,6%
Comercial	380.354	373.827	1,7%
Rural	361.982	369.905	-2,1%
Outras	57.364	57.174	0,3%
<b>Total cativo</b>	<b>4.464.005</b>	<b>4.391.770</b>	<b>1,6%</b>
Consumidores livres - Copel Geração e Transmissão	27	28	-3,6%
<b>Total geral</b>	<b>4.464.032</b>	<b>4.391.798</b>	<b>1,6%</b>

### 3 Administração

#### Quadro de empregados

<b>Empregados</b>	<b>set 2016</b>	<b>set 2015</b>
<b>Copel e subsidiárias integrais</b>		
Copel	69	334
Copel Geração e Transmissão	1.681	1.563
Copel Distribuição	6.097	6.063
Copel Telecomunicações	640	622
Copel Comercialização	20	10
Copel Renováveis	56	51
	<b>8.563</b>	<b>8.643</b>
<b>Controladas</b>		
Compagás	162	162
Elejor	7	7
UEG Araucária	16	16
	<b>185</b>	<b>185</b>

### 4 Relações com o Mercado

De janeiro a setembro de 2016, as ações ordinárias nominativas (ON - código CPLE3) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB - código CPLE6) da Copel estiveram presentes em 100% dos pregões da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA).

As ações em circulação totalizaram 44,18% do capital da Companhia. Ao final de setembro de 2016, o valor de mercado da Copel, considerando as cotações de todos os mercados, ficou em R\$ 7.395.100.

Dos 66 papéis que compõem a carteira teórica do Ibovespa, as ações PNB da Copel, participam com 0,351% e com índice Beta de 1,0562.

Na carteira do Índice Setorial de Energia Elétrica- IEE, a Copel participa com 7,101%.

No Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBOVESPA, a COPEL PNB tem participação de 1,049%.

Na BM&FBOVESPA, as ações ON fecharam o período cotadas a R\$ 21,15 e as ações PNB a R\$ 33,63, com variações positivas de 32,19% e 38,40%, respectivamente. No mesmo período, o IBOVESPA teve variação positiva de 34,64%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as ações PNB são negociadas no “Nível 3” na forma de ADS's, sob o código ELP, as quais estiveram presentes em 98% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$ 10,37, com variação positiva 76,66%. Nesse mesmo período o índice *Dow Jones* teve variação positiva de 5,07%.

No Latibex (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB da Companhia são negociadas sob o código XCOP, as quais estiveram presentes em 60% dos pregões, fechando o período cotadas a € 9,45 com variação positiva de 73,08%. No mesmo período o índice Latibex *All Shares* teve variação positiva de 49,67%.

A tabela a seguir sintetiza as negociações das ações da Copel de janeiro a setembro de 2016:

Negociação das ações - jan a set 2016	ON		PNB	
	Total	Média diária	Total	Média diária
<b>Bovespa</b>				
Negócios	15.034	119	533.654	4.235
Quantidade	4.692.200	37.240	96.981.600	769.695
Volume (R\$ mil)	79.078	628	2.484.011	19.714
Presença nos pregões	126	100%	126	100%
<b>Nyse</b>				
Quantidade	359.565	3.745	65.960.903	519.377
Volume (US\$ mil)	1.462	15	476.945	3.755
Presença nos pregões	96	74%	127	98%
<b>Latibex</b>				
Quantidade	-	-	182.846	2.344
Volume (€ mil)	-	-	1.014	13
Presença nos pregões	-	-	78	60%

## 5 Tarifas

### Tarifas de fornecimento de energia

Tarifas médias de fornecimento (a) - R\$/MWh	set 2016	set 2015	Variação
Residencial	421,41	492,11	-14,4%
Industrial (b)	366,98	418,28	-12,3%
Comercial	408,88	462,49	-11,6%
Rural	285,90	316,44	-9,7%
Outras	306,14	357,86	-14,5%
	<b>379,04</b>	<b>433,92</b>	<b>-12,6%</b>

(a) Sem ICMS. Não considera Bandeiras Tarifárias.

(b) Não inclui consumidores livres.

### Tarifas de compra de energia

Tarifas de compra de energia* - R\$/MWh	set 2016	set 2015	Variação
Itaipu (a)	183,65	320,61	-42,7%
Leilão 2008 - 2015	-	143,96	-100,0%
Leilão 2010 - H30	210,41	192,66	9,2%
Leilão 2010 - T15 (b)	186,62	208,80	-10,6%
Leilão 2011 - H30	217,82	199,58	9,1%
Leilão 2011 - T15 (b)	225,79	336,67	-32,9%
Leilão 2012 - T15 (b)	205,01	207,90	-1,4%
Leilão 2016 - T20 (b)	149,15	-	-
Leilão CCEAR 2014 - 2019 (c)	138,18	147,46	-6,3%
Leilão CCEAR 2014 - 2019 (d)	320,12	292,93	9,3%
Leilão 2014 - 18M	-	-	-
Leilão 2014 - 36M	176,64	159,60	10,7%
Bilaterais	232,69	210,32	10,6%
Angra	204,39	170,38	20,0%
Contrato de cotas de garantia física - CCGF (e)	69,27	30,31	128,5%
Santo Antonio	134,99	123,48	9,3%
Jirau	118,73	106,87	11,1%
Demais Leilões (f)	191,75	225,59	-15,0%
<b>Média</b>	<b>159,79</b>	<b>183,18</b>	<b>-12,8%</b>

(a) Transporte de Furnas não incluído.

(b) Preço médio do leilão corrigido pelo IPCA. Na prática o preço é formado por 3 componentes: parcela fixa, parcela variável e despesa na CCEE. O custo dos dois últimos itens depende do despacho das usinas conforme programação do Operador Nacional do Sistema (ONS).

(c) Disponibilidade.

(d) Quantidade.

(e) Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

(f) Preço médio ponderado dos produtos.

\*A tabela foi atualizada para todos os períodos conforme nova metodologia de apuração dos preços médios, resultado da 4ª fase da AP 78/2011 da Aneel, aprovada em 28/03/2016.

### Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia - R\$/MWh	set 2016	set 2015	Variação
Leilão - CCEAR 2008-2015	-	141,46	-
Leilão - CCEAR 2009-2016	177,20	162,87	8,8%
Leilão - CCEAR 2011-2040	201,05	184,33	9,1%
Leilão - CCEAR 2013-2042	215,44	195,28	10,3%
Leilão - CCEAR 2015 - 2045	151,69	139,96	8,4%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	217,14	272,32	-20,3%

## 6 Resultado Econômico-Financeiro

### Receitas (NE nº 31)

Até setembro de 2016, a Receita operacional líquida atingiu R\$ 9.675.390, montante 15,1% inferior aos R\$ 11.391.128 registrados no mesmo período de 2015.

Essa variação decorreu, principalmente, pelos seguintes fatos:

- a) redução de 35,4% na Receita de Suprimento em virtude do decréscimo na receita da venda de energia produzido pela UTE Araucária e do menor valor do PLD no primeiro semestre de 2016 em relação ao mesmo período em 2015;
- b) compensada pelo acréscimo de 83,4% na Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica, devido ao reajuste tarifário aplicado no ciclo 2015/2016 e principalmente pelo reconhecimento dos efeitos da remensuração do fluxo de caixa em decorrência da Portaria MME 120, relativo aos ativos RBSE;
- c) aumento de 21,9% na Receita de Telecomunicações, decorrente principalmente do aumento do número de clientes, sobretudo no mercado varejo com o produto BEL Fibra.

### **Custos e Despesas Operacionais (NE nº 32)**

Até setembro de 2016, o total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 7.883.223, valor 24,3% inferior aos R\$ 10.418.107 registrados no mesmo período de 2015. Os principais destaques foram:

- a) decréscimo de 31,7% na conta Energia elétrica comprada para revenda devido, sobretudo pela redução de energia adquirida na CCEE e CCEAR e ao menor valor do PLD até setembro de 2016 em relação ao mesmo período em 2015;
- b) acréscimo de 13,2% em relação ao mesmo período de 2015 no saldo da conta Pessoal e administradores, refletindo sobretudo o reajuste salarial, conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2015;
- c) redução de 74,9% em Gás natural e insumos para operação de gás devido ao decréscimo no despacho de energia da UTE Araucária; e
- d) decréscimo de 66,8% em Provisões e reversões devido principalmente à constituição de PCLD em 2015, referente a diferenças entre os preços de venda de energia negociada nos contratos de comercialização da Usina Hidrelétrica de Colíder e o Preço de Liquidação de Diferença - PLD, negociado na CCEE, a reversão de provisão do litígio sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, que foi transitada em julgado favoravelmente à Companhia, e ao menor valor das demais provisões para contingências.

### **Resultado Financeiro (NE nº 33)**

O decréscimo de R\$ 396.838 no resultado financeiro deve-se, principalmente:

- a) acréscimo na receita financeira de 10,1% decorrente sobretudo ao maior valor de acréscimos moratórios sobre faturas de energia e à variação nos indexadores de aplicações financeiras no período;
- b) acréscimo de 79,5% em despesas financeiras decorrente principalmente do ingresso de recursos de empréstimos, financiamentos e debêntures no período, além do aumento dos índices que atualizam os contratos (IPCA, TJLP, DI, dólar).

## Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) está demonstrado a seguir:

<b>Consolidado</b>	<b>30.09.2016</b>	<b>30.09.2015</b>
Lucro líquido do período	1.057.613	863.439
IRPJ e CSLL diferidos	26.200	(157.119)
Provisão para IRPJ e CSLL	639.637	571.855
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	242.585	(154.253)
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>1.966.035</b>	<b>1.123.922</b>
Depreciação e Amortização	532.108	503.355
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>2.498.143</b>	<b>1.627.277</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	9.675.390	11.391.128
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>25,8%</b>	<b>14,3%</b>

## COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	FERNANDO XAVIER FERREIRA
Secretário Executivo	LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA
Membros	MAURO RICARDO MACHADO COSTA JOSÉ RICHÁ FILHO CARLOS HOMERO GIACOMINI SANDRA MARIA GUERRA DE AZEVEDO SERGIO EDUARDO WEGUELIN VIEIRA MARLOS GAIO HÉLIO MARQUES DA SILVA

### COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente	CARLOS HOMERO GIACOMINI
Membros	JOSÉ RICHÁ FILHO MAURO RICARDO MACHADO COSTA

### CONSELHO FISCAL

Presidente	JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares	GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN NELSON LEAL JUNIOR MASSAO FABIO OYA JOÃO CARLOS FLOR JUNIOR
Membros Suplentes	OSNI RISTOW ROBERTO BRUNNER GILMAR MENDES LOURENÇO AURÉLIO BELARMINO BARBOSA VINÍCIUS FLOR

### DIRETORIA

Diretor Presidente	LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA
Diretor de Gestão Empresarial	GILBERTO MENDES FERNANDES
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Diretor de Desenvolvimento de Negócios	JONEL NAZARENO IURK
Diretor de Relações Institucionais	CRISTIANO HOTZ
Diretor Adjunto	PAULO CESAR KRAUSS

### CONTADORA

CRC-PR-041655/O-6	NANCY ATENALIA ALVES
-------------------	----------------------

### Informações sobre este relatório

Relações com investidores	Fone: +55 (41) 3222-2027 ri@copel.com
---------------------------	--

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Paranaense de Energia - Copel  
Curitiba - PR

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Paranaense de Energia - Copel (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

### **Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As Informações Trimestrais – ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações financeiras correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e as mutações do patrimônio líquido, fluxo de caixa e valor adicionados para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, obtidas das Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2015, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2015 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 11 de novembro de 2015 e 15 de março de 2016, respectivamente, sem ressalvas.

Curitiba, 09 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC n.º 1 PR-050.422/O-3